



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

EDER FERREIRA DE ARRUDA

EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO INTEGRAL: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES
DOCENTES E DOS DESAFIOS PRÁTICOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

RIO BRANCO – AC

2025

EDER FERREIRA DE ARRUDA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO INTEGRAL: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES
DOCENTES E DOS DESAFIOS PRÁTICOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo *Campus* Rio Branco do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira

RIO BRANCO – AC

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

A779e Arruda, Eder Ferreira de.
Educação sexual e formação integral: análise das concepções docentes e dos desafios práticos no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre. / Eder Ferreira de Arruda. – Rio Branco / Acre: 2025. 136f. : il

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, Campus Rio Branco, 2025.
Orientadora: Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
Coorientador: Dr. Ricardo dos Santos Pereira
ISBN 978-65-01-59130-8

1. Currículo integrado. 2. Educação sexual. 3. Ensino médio. I. Freitas, Renata Gomes de Abreu. II. Pereira, Ricardo dos Santos. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IV. Título

CDD 372.372



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA

ATA DE BANCA DE EXAME DE QUALIFICAÇÃO NO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT) PÓLO IFAC

No dia 18 de junho de 2025, às 8h15 min, no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), realizou-se, por Web Conferência (via google meet), a defesa de dissertação e Produto Educacional do discente **Eder Ferreira de Arruda**, orientado pela Professora Dra. **Renata Gomes de Abreu Freitas** e co-orientado pelo Professor Dr. **Ricardo dos Santos Pereira**, tendo por título: **“EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO INTEGRAL: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOCENTES E DOS DESAFIOS PRÁTICOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE”** e o Produto Educacional **“ONDE O SABER ENCONTRA O CORPO: Caderno de Produtos Educacionais do Profept para práticas educativas em sexualidade no Ensino Médio Integrado”**.

O tema de pesquisa integra a linha de pesquisa 01 do programa, Práticas Profissionais na Educação Profissional e Tecnológica. Iniciando a sessão, a presidente da Banca Examinadora, profª Renata, agradeceu a presença de todos e de forma sucinta apresentou os membros da banca, o professor Dr. Cledir de Araújo Amaral (Profept Ifac/Campus Rio Branco) como membro interno ao PROFEPT, e como avaliadores externos, a Dra. Antonia Regynara Moreira Rodrigues (Universidade Federal do Acre/Ufac) e o Dr. Givanildo Rodrigues da Silva (Ifac/Campus Tarauacá).

A presidente seguiu, mencionando sobre os principais aspectos envolvidos no rito de exame de qualificação, destacando que o mestrando teria entre 30 a 40 minutos para fazer apresentação de sua proposta de pesquisa e, em seguida, a Banca Examinadora poderia realizar sua arguição, sendo a ordem de praxe os membros externos, membros internos e orientador. Solicitou ainda, que os participantes não fizessem comentários pelo chat e que todos os microfones e vídeos fossem desabilitados durante a banca, a fim de não retirar a atenção ou intervir no processo avaliativo. Assim, o discente Eder, apresentou seu trabalho no tempo de 43 minutos, e, em seguida, a banca iniciou a apreciação. Após o mestrando responder os comentários solicitados pela Banca e questões em arguição, a banca reuniu-se para deliberação em sala reservada da web conferência pelo período de 7 minutos, retornando para leitura da ata e encerramento pela presidente. No momento do retorno, o parecer foi divulgado, sendo o discente **APROVADO**, tendo sido destacado pela banca a relevância e o potencial do tema para a educação profissional e tecnológica, devendo ainda o discente considerar as recomendações dos membros..

O exame de qualificação se encerrou às 11h46 min, participaram até o final 10 pessoas, com representação de segmentos da comunidade externa ao Ifac e discentes do Profept local. Eu, **Renata Gomes de Abreu Freitas**, na condição de presidente da Banca lavrei e assinei esta ata que será também assinada pelos demais membros via Sistema Eletrônico de Informação do Ifac (SEI Ifac), após a disponibilização da mesma pela coordenação do PROFEPT.

Rio Branco/Acre, 18 de junho de 2025.

Banca Examinadora:

Presidente: Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas (Profept/Ifac).

Membros Externos:

Dra. Antonia Regynara Moreira Rodrigues (Universidade Federal do Acre/Ufac)

Dr. Givanildo Rodrigues da Silva (Ifac/Campus Tarauacá)

Membros Interno:

Dr. Cledir de Araújo Amaral (Profept Ifac/Campus Rio Branco)



Documento assinado eletronicamente por **RENATA GOMES DE ABREU FREITAS**, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT, em 30/06/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Rio Branco (UTC-5), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cledir de Araújo Amaral**, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT, em 30/06/2025, às 13:40, conforme horário oficial de Rio Branco (UTC-5), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonia Regynara Moreira Rodrigues**, Usuário Externo, em 01/07/2025, às 11:55, conforme horário oficial de Rio Branco (UTC-5), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

EDER FERREIRA DE ARRUDA

**EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO INTEGRAL: ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES
DOCENTES E DOS DESAFIOS PRÁTICOS NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO
INSTITUTO FEDERAL DO ACRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em: 18 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas – Presidente da banca
Doutora em Ciências
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral – Avaliador interno
Doutor em Saúde Pública
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)

Prof.^a. Dra. Antonia Regynara Moreira Rodrigues – Avaliadora externa
Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde
Universidade Federal do Acre (UFAC)

Prof. Dr. Givanildo Rodrigues da Silva – Avaliador externo
Doutor em Física da Matéria Condensada
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)

EDER FERREIRA DE ARRUDA

**“ONDE O SABER ENCONTRA O CORPO”: CATÁLOGO DE PRODUTOS
EDUCACIONAIS DO PROFEPT PARA PRÁTICAS EDUCATIVAS EM
SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em: 18 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas – Presidente da banca
Doutora em Ciências
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)

Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral – Avaliador interno
Doutor em Saúde Pública
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)

Prof.^a. Dra. Antonia Regynara Moreira Rodrigues – Avaliadora externa
Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde
Universidade Federal do Acre (UFAC)

Prof. Dr. Givanildo Rodrigues da Silva – Avaliador externo
Doutor em Física da Matéria Condensada
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac)

Dedico à minha mãe, Dona Maria, e à minha avó do coração, Dona Mazé (*in memoriam*), cuja saudade é imensa e sentida todos os dias, minha gratidão pelo amor, carinho e café. Amarei vocês para sempre.

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de jornadas, e esta, em especial, foi marcada por desafios, aprendizados, renúncias e, sobretudo, por um imenso amor ao conhecimento e à esperança de contribuir com o mundo ao meu redor. Ao final deste caminho, não posso seguir sem voltar o olhar com gratidão a todos que, de alguma forma, estiveram comigo, direta ou indiretamente, nesta travessia.

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte inesgotável de força, luz e sabedoria. Foi em Sua presença que encontrei serenidade nas noites mais difíceis, coragem diante dos obstáculos e fé para continuar quando o cansaço queria me fazer parar. A Ele, toda honra, toda glória e todo o meu mais sincero louvor.

Expresso minha eterna gratidão à minha orientadora Prof.^a. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas, cuja paciência, escuta atenta, sensibilidade freireana e olhar cuidadoso e humanizado foram essenciais para a conclusão desta pesquisa. Ao meu coorientador Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira, agradeço imensamente pelas valiosas contribuições que tornaram este estudo mais sólido e significativo.

Ao meu amigo Prof. Dr. Cledir de Araújo Amaral, por me ajudar a entender que a malária é um importante problema... kkk (piada interna), agradeço muito pela generosidade do saber compartilhado. Ao meu amigo Prof. Dr. José Marlo de Azevedo, meus sinceros agradecimentos pela atenção, disponibilidade e contribuições relevantes ao longo desta jornada acadêmica.

Aos queridos professores da disciplina de Práticas Educativas em EPT, não poderia deixar de agradecer, mais uma vez, por tudo que representaram na minha caminhada. Vocês não apenas compartilharam saberes, mas semearam conhecimento com amor e compromisso. Sra. Renata, Sr. Cledir, Sr. Ricardo, vocês fizeram e continuam fazendo a diferença na minha vida, e levarei comigo, para sempre, os ensinamentos que transcenderam os conteúdos e tocaram o coração.

Aos queridos membros da banca externa, Prof.^a. Dra. Antonia Regynara Moreira Rodrigues e Prof. Dr. Givanildo Rodrigues da Silva, meu sincero agradecimento. Vocês foram escolhidos com muito carinho, não apenas por serem profissionais admiráveis, mas também por ocuparem um lugar especial na minha trajetória. Muito obrigado por aceitarem este convite com tanto acolhimento e por fazerem parte, de forma tão significativa, deste capítulo da minha história.

À minha família, meu alicerce mais profundo e a rede invisível que me sustentou com amor em tantos momentos, mesmo quando as palavras faltavam, a tristeza me consumia e a dor parecia interminável.

Agradeço de todo coração à minha esposa, Ane Kelly Severino Salvino. Foi por sua causa que eu “caí de paraquedas” neste mestrado... e, sinceramente, foi uma das melhores quedas da minha vida! Seu incentivo constante, seu apoio silencioso (e às vezes barulhento também), seus gestos de cuidado e sua (in)paciência nas horas difíceis foram essenciais para eu me manter de pé.

Às minhas filhas, meus pequenos grandes amores: Annie Heloíse (minha Luíse, a Miss Princesa da Mamãe) e Anna Lis (Amor da Vida, a nossa Lila do Cledir). Vocês são minha inspiração diária, meu estresse e meu riso. Quando tudo parecia nublado, bastava olhar para vocês para lembrar por que continuar. Este trabalho é de vocês tanto quanto é meu. É uma semente que carrega o amor com o qual vocês me alimentam todos os dias. Aos demais familiares que torceram e me ajudaram, saibam que cada um teve um papel essencial nesta conquista.

Aos meus colegas de turma, deixo um abraço fraterno e cheio de gratidão. Quantas trocas, quantos sorrisos, quantas dores compartilhadas e quantos incentivos recebidos! Seguimos juntos, mesmo nos momentos de silêncio (menos eu porque não calo a boca), e isso fez toda a diferença. Gratidão especial a Hildo Ferreira, Liliana Rodrigues, Celso Ritter, Aline Araújo e Naliny Bezerra (meu grupinho/panelinha, vocês são incríveis), Tainá Bonfim, Mari Souza, Vânia Cunha, Carlos Jr (galera de TK City, inspirações), Ney Leitão, Neia Tomaz, Rosi Ferreira e João Cabral (nomes abreviados para destacar o carinho). Meu muito obrigado!

Aos professores do Ifac que gentilmente responderam ao questionário e participaram da pesquisa, meu sincero agradecimento. Sem a disposição de vocês em colaborar, este estudo não teria encontrado a mesma força e sentido.

Finalmente, agradeço a todos os meus amigos! Sim, a todos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para esta conquista e que foram pontes ao invés de muros. Não vou citar nomes para não esquecer de ninguém e depois ser cobrado, porque eu conheço vocês e sei que não vão dispensar esse vacilo.

Finalidade primária da educação sexual: não é a de “ensinar” muita coisa, mas de permitir que se pense sobre o tema (Gaiarsa, 1986)¹.

¹GAIARSA, J. A. **Poder e prazer**: o livro negro da família, do amor e do sexo. São Paulo: Agora, 1986.

ARRUDA, E. F. **Educação sexual e formação integral: análise das concepções docentes e dos desafios práticos no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre**. 2025. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. Rio Branco, Acre, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo desenvolver uma estratégia didático-metodológica para incentivar docentes a incorporarem práticas educativas dialógicas sobre educação sexual no Ensino Médio Integrado (EMI), inserindo-se na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Macroprojeto 3 – Práticas Educativas no Currículo Integrado. Adotando abordagem quali-quantitativa, realizou-se levantamento com 45 docentes do EMI técnico, abrangendo todos os *campi* do Instituto Federal do Acre (Ifac). O estudo analisou marcos legais, políticas públicas, concepções docentes e desafios práticos relacionados à educação sexual, culminando em três artigos e na elaboração de um Produto Educacional (PE). O primeiro artigo examina os fundamentos legais e as políticas públicas voltadas à educação sexual no contexto escolar brasileiro, discutindo suas implicações e possibilidades de inserção na EPT, com foco na formação humana integral. O segundo artigo aborda as concepções e os desafios enfrentados pelos docentes para efetivação da educação sexual no EMI do Ifac. O terceiro artigo trata do mapeamento sistemático de PEs do ProfEPT e do desenvolvimento de um catálogo como estratégia de incentivo à adoção de práticas educativas dialógicas sobre sexualidade no EMI, valorizando a abordagem multidimensional das temáticas relacionadas à educação sexual. Por fim, é apresentado o PE intitulado: “Onde o saber encontra o corpo”: catálogo de produtos educacionais do ProfEPT para práticas educativas em sexualidade no EMI para a abordagem da educação sexual a partir de uma abordagem dialógica, reflexiva e transformadora.

Palavras-chave: currículo integrado; educação sexual; educação profissional; ensino médio; saúde escolar.

ARRUDA, E. F. **Sexual Education and comprehensive education: analysis of teacher conceptions and practical challenges in integrated secondary education at the Federal Institute of Acre**. 2025. 136 p. Dissertation (Professional Master's in Professional and Technological Education – ProEPT) – Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre, Rio Branco, Acre, 2025.

ABSTRACT

This research aimed to develop a didactic-methodological strategy to encourage teachers to incorporate dialogical educational practices on sexual education in Integrated High School (EMI), within the research line of Educational Practices in Professional and Technological Education (EPT) and Macroproject 3 – Educational Practices in Integrated Curriculum. Adopting a quali-quantitative approach, a survey was conducted with 45 teachers from technical EMI programs across all campuses of the Federal Institute of Acre (Ifac). The study analyzed legal frameworks, public policies, teachers' conceptions, and practical challenges related to sexual education, culminating in three articles and the development of an Educational Product (EP). The first article examines the legal foundations and public policies for sexual education in the Brazilian school context, discussing their implications and possibilities for integration into EPT, focusing on comprehensive human development. The second article addresses the conceptions and challenges faced by teachers in implementing sexual education in Ifac's EMI programs. The third article deals with the systematic mapping of EPs from ProfEPT and the development of a catalog as a strategy to encourage the adoption of dialogical educational practices on sexuality in EMI, emphasizing a multidimensional approach to sexual education themes. Finally, the EP entitled "Where Knowledge Meets the Body": A Catalog of Educational Products from ProfEPT for Educational Practices in Sexuality in EMI is presented to address sexual education through a dialogical, reflective, and transformative approach.

Keywords: integrated curriculum; sex education; vocational education; secondary education; school health.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
REFERÊNCIAS.....	13
2 ARTIGO I – A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: MARCOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS CURRICULARES.....	16
2.1 INTRODUÇÃO.....	17
2.2 METODOLOGIA.....	18
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	30
3 ARTIGO II – ENTRE SABERES E PRÁTICAS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO INSTITUTO FEDERAL NO ACRE.....	35
3.1 INTRODUÇÃO.....	36
3.2 METODOLOGIA.....	38
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	40
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	55
4 ARTIGO III – DO MAPEAMENTO AO CATÁLOGO: “PRODUTO (DES)EDUCACIONAL” EM SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	65
4.1 INTRODUÇÃO.....	66
4.2 METODOLOGIA.....	68
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	70
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DO PROFEPT: PANORAMA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SEXUALIDADE NO EMI DO IFAC.....	86
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	87
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)	89
APÊNDICE C – PRODUTO EDUCACIONAL: “ONDE O SABER ENCONTRA O CORPO”: CATÁLOGO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS DO PROFEPT PARA PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.....	91

1 INTRODUÇÃO

A educação configura-se como elemento estruturante para a construção de sociedades democráticas e equitativas, desempenhando um papel central na formação de sujeitos críticos e autônomos (Saviani, 2021; Frigotto, 2024). Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) transcende a mera qualificação para o trabalho, orientando-se pelo princípio da formação omnilateral, que integra dimensões científicas, políticas e culturais no desenvolvimento humano (Ciavatta; Ramos, 2011).

Para que essa formação integral se concretize, torna-se essencial a incorporação de temas transversais que promovam uma leitura crítica da realidade, entre os quais se destaca a educação sexual (Figueiró, 2009; Furlani, 2016; Louro, 2014; 2018). A educação sexual implica uma reflexão abrangente sobre gênero, diversidade, direitos sexuais e reprodutivos, contribuindo para a desconstrução de abordagens preconceituosas, reducionistas, preventivas e higienistas, e promovendo a equidade de direitos humanos (Furlanetto *et al.*, 2018; Gemaque; Cavalcanti; Jesus, 2021; Cassiavillani; Albrecht, 2023).

Nesse contexto, no Ensino Médio Integrado (EMI) ao técnico, a educação sexual deveria encontrar espaço adequado, considerando seu potencial para a formação integral e emancipatória para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho (Ramos, 2014; Araujo; Frigotto, 2015; Oliveira, 2023). Entretanto, ainda persistem lacunas significativas entre esse ideal e as práticas pedagógicas, as quais são marcadas por formação docente insuficiente, carência de materiais didáticos e instrucionais apropriados, invisibilidade curricular e institucional e dificuldades na realização de uma abordagem interdisciplinar (Badarane, 2021; Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021; Valença; Carvalho, 2021).

Diante desse cenário, a presente pesquisa justificou-se pela necessidade de compreender os aspectos legais, políticos e práticos da educação sexual no EMI, contribuindo para o avanço do conhecimento acerca da inserção dessa temática na EPT e ofertando subsídios para a formulação de políticas institucionais e o aprimoramento de práticas pedagógicas, em face do urgente enfrentamento dos desafios vivenciados pelos jovens na contemporaneidade. Entre esses desafios, destacam-se os elevados índices de gravidez na adolescência, o aumento das

infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), bem como a persistência de múltiplas violências associadas à orientação sexual, gênero, identidade e diversidade dentro e fora do espaço escolar, entre outros. Tais problemáticas demandam intervenções educativas de caráter holístico, fundamentadas em evidências científicas e sensíveis aos aspectos éticos, políticos, sociais e culturais que perpassam a sexualidade (UNESCO, 2019; OPAS, 2019).

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo desenvolver uma estratégia didático-metodológica para incentivar docentes a incorporarem práticas educativas dialógicas sobre educação sexual no EMI, a partir da análise dos marcos legais, das políticas públicas, das concepções docentes e dos desafios práticos da educação sexual no EMI do Ifac e da elaboração de um Produto Educacional (PE) estruturado na forma de um catálogo consultivo, os quais resultaram na elaboração de três artigos que compõem a presente dissertação.

O primeiro artigo, intitulado: **A educação sexual na educação profissional e tecnológica: marcos legais, políticas públicas e desafios curriculares**, parte da análise da legislação e políticas voltadas à educação e saúde sexual no contexto escolar brasileiro e discute as implicações e possibilidades de inserção na EPT, sobretudo no EMI, no sentido de promover a formação humana integral.

O segundo artigo, com o título: **Entre saberes e práticas: os desafios da educação sexual no ensino médio integrado no Instituto Federal no Acre**, analisa as concepções e os principais desafios vivenciados pelos docentes para a efetivação de abordagens educativas relacionadas à educação sexual no âmbito do EMI do Ifac, evidenciando lacunas entre os princípios da formação integral preconizada pela EPT e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas na instituição (Apêndices A e B).

O terceiro artigo, denominado **Do mapeamento ao catálogo: “Produto (Des)Educativo” em sexualidade na Educação Profissional e Tecnológica**, analisa o processo de mapeamento sistemático e o desenvolvimento do catálogo consultivo como estratégia de incentivo à adoção de práticas educativas dialógicas sobre sexualidade por parte dos docentes.

Por fim, elaborou-se o PE no formato de catálogo, reunindo PEs com foco na educação sexual desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), programa de pós-graduação *stricto sensu* em

rede nacional presente em todos os Institutos Federais do país, intitulado “**Onde o saber encontra o corpo**”: catálogo de produtos educacionais do ProfEPT para práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado, servindo de apoio e consulta para os docentes, compartilhando informações básicas, vivências e práticas educativas consideradas exitosas para a abordagem da educação sexual (Apêndice C).

Acredita-se que o presente estudo poderá oferecer contribuições relevantes para as dimensões legal-política e prático-institucional, promovendo uma compreensão abrangente e crítica dos desafios da educação sexual no EMI. Dessa forma, espera-se colaborar para a construção de propostas educativas verdadeiramente emancipatórias e transformadoras na EPT, bem como para o desenvolvimento de uma educação integral, inclusiva e humanizadora.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v.52, n.38, p.61-80, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BADARANE, A. M. **Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/mpecim/menu/dissertacoes/turma-2018/dissertacao-amanda-moura-badarane.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v.39, p.1-23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469839794>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, v.5, n.8, p.27-41, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 04 jul. 2024.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.141-171. Disponível em: https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/Educacao_Sexual_Multiplos_Temas.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

FRIGOTTO, G. Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.24, p.1-18, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17172>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v.48, n.168, p.550-571, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em: 07 fev. 2025.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 343 p.

GEMAUQUE, R. S.; CAVALCANTI, N. C. S. B.; JESUS, J. G. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.13516>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INOCÊNCIO, J. V.; GARZONI, L. C.; MARCUSSO, M. F. Horizontes para uma educação emancipatória: a articulação entre gênero, sexualidade e mundo do trabalho na EPT a partir de uma sequência didática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12882/pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184 p.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 224 p.

OLIVEIRA, R. Ensino Médio Integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.23, p.1-17, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688/3721>. Acesso em: 05 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>. Acesso em: 02 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Estratégia e plano de ação para a saúde do adolescente e do jovem: Relatório final**. 2019. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/59751>. Acesso em: 02 abr. 2025.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Caderno de Pesquisa em Educação**, v.19, n.39, p.1-29, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12 ed. Campinas: Autores associados, 2021. 370p.

VALENÇA, C. R.; CARVALHO, K. L. Gênero, sexualidade e protagonismo juvenil: relato de uma experiência no CEFET-RJ. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.20, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10516>. Acesso em: 01 fev. 2025.

2 ARTIGO I

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: MARCOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESAFIOS CURRICULARES²

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar os aspectos legais e as políticas públicas voltadas à educação e saúde sexual no contexto escolar brasileiro, discutindo suas implicações e possibilidades para a promoção de uma abordagem transversal, crítica e inclusiva no currículo integrado da EPT. Adotou-se uma pesquisa de natureza básica, com procedimentos bibliográficos e documentais. A coleta de dados foi realizada no Google Acadêmico por meio da combinação de descritores como “educação sexual”, “adolescentes”, “saúde sexual”, “ensino médio integrado” e “educação profissional e tecnológica”. Foram analisados legislações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, manuais, cartilhas, diretrizes e textos referenciais sobre as bases conceituais e os princípios norteadores da EPT, a fim de contemplar a evolução do arcabouço legal, político e pedagógico do tema, com ênfase no EMI. Os resultados indicaram que a EPT, sobretudo no EMI, configura-se como um espaço privilegiado para a inserção de práticas pedagógicas que contemplem as múltiplas dimensões da sexualidade e para a promoção da formação humana integral. O estudo identificou o respaldo legal e político para sua inserção no currículo integrado. Assim, essa perspectiva potencializa o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, da cidadania e contribui para a equidade social e a qualificação para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: currículo integrado; direitos sexuais e reprodutivos; ensino médio; saúde escolar; transversalidade.

Abstract

This study aimed to analyze the legal aspects and public policies related to sexual education and health within the Brazilian school context, examining their implications and possibilities for promoting a transversal, critical, and inclusive approach in the integrated curriculum of Professional and Technological Education (PTE). A basic research approach was adopted, employing bibliographic and documentary procedures. Data collection was conducted through Google Scholar using a combination of descriptors including "sexual education," "adolescents," "sexual health," "integrated high school," and "professional and technological education." The analysis encompassed legislation, scientific articles, books, book chapters, manuals, guidelines, and reference texts concerning the conceptual foundations and guiding principles of PTE, aiming to examine the evolution of the legal, political, and pedagogical framework of the topic, with emphasis on Integrated High School (IHS). The results indicated that EPT, particularly in EMI, constitutes a privileged space for incorporating pedagogical practices that encompass the multiple dimensions of sexuality and for promoting comprehensive human development. The study identified legal and political support for its integration into the integrated curriculum. Thus, this

²A versão preliminar e resumida deste artigo foi publicada na **Revista Conexão na Amazônia**, v.3, edição especial do VII Congresso de Ciência e Tecnologia do Instituto Federal do Acre (VII CONC&T 2022) - VIII Seminário de Pós-graduação do Ifac, p.130-145. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/146/110>.

perspective enhances the development of autonomy, critical thinking, and citizenship, contributing to social equity and workforce preparation.

Keywords: integrated curriculum; sexual and reproductive rights; secondary education; school health; Cross-curricular approach.

2.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consolidou-se como uma modalidade educacional de referência no ensino básico, técnico e tecnológico (Brasil, 2008), notadamente pela oferta do Ensino Médio Integrado (EMI) ao técnico, exercendo papel fundamental na formação humana integral, omnilateral e politécnica e ao proporcionar aos estudantes a integração entre os conhecimentos propedêuticos e técnico-profissionais (Brasil, 2007).

Ademais, para que o EMI cumpra sua função de formação de sujeitos críticos e reflexivos, é imprescindível incluir, em sua proposta curricular, conteúdos e temáticas que promovam a superação da dualidade entre formação geral e técnica, bem como a compreensão crítica da vida em sociedade e do mundo do trabalho (Brasil, 2021). Nesse cenário, as questões relacionadas à educação e saúde sexual ganham centralidade e devem ser pautadas por um arcabouço legal, bem como fomentadas por políticas públicas de educação e saúde (Marcon; Prudêncio; Gesser, 2016).

Adicionalmente, a abordagem dessas temáticas exige a formação continuada de docentes e o desenvolvimento de práticas educativas ativas, dialógicas, inclusivas e criticamente contextualizadas, que recorram a recursos educacionais diversificados, com vistas a promover, efetivamente, a compreensão, o respeito e a emancipação dos estudantes no que se refere às questões relacionadas à sexualidade (Valença; Carvalho, 2021).

A justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de analisar os instrumentos normativos e políticos da educação e saúde sexual, visando aprofundar a compreensão acerca dos principais conceitos, abordagens pedagógicas, aspectos legais, desafios enfrentados e preencher lacunas na articulação entre gênero, sexualidade e trabalho no currículo integrado da EPT.

Considera-se que tal análise pode contribuir para a consolidação de práticas pedagógicas e políticas institucionais que fomentem a inclusão, o respeito à diversidade, o autoconhecimento e a redução das desigualdades, em conformidade com os princípios orientadores da EPT (Brasil, 2021). A partir desse contexto, emerge a questão norteadora da pesquisa: *Quais são os principais instrumentos legais e as políticas educacionais e de saúde que fundamentam a educação sexual no ambiente escolar brasileiro e qual é a relevância e as potencialidades de tematizar essas questões no currículo integrado da EPT?*

Dada a relevância da educação e saúde sexual para a formação integral dos estudantes do EMI e os desafios inerentes à sua abordagem no contexto da EPT, este estudo teve como objetivo analisar os aspectos legais e as políticas públicas voltadas à educação e saúde sexual no contexto escolar brasileiro, discutindo suas implicações e possibilidades para a promoção de uma abordagem transversal, crítica e inclusiva no currículo integrado da EPT.

2.2 METODOLOGIA

Este artigo integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (Ifac), vinculada à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, que adotou como procedimento metodológico o estudo bibliográfico narrativo e documental, abordagem que possibilita a análise de referenciais teóricos e documentos oficiais, permitindo uma compreensão abrangente da temática de estudo (Prodanov; Freitas, 2013; Lüdke; André, 2018).

A pesquisa foi realizada no Google Acadêmico a fim de identificar publicações relevantes para o escopo da pesquisa, utilizando descritores: “*educação sexual*”, “*saúde sexual*” “*adolescentes*” “*ensino médio integrado*” e “*educação profissional e tecnológica*” de forma combinada, todos indexados no Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased).

A escolha do Google Acadêmico como principal base de busca justifica-se pela necessidade de abranger uma variedade de tipos documentais essenciais à pesquisa. Esta plataforma permite o acesso a legislações, políticas públicas e documentos

institucionais que frequentemente não estão disponíveis em bases de dados específicas da área científica ou de acesso mais restrito. Essa estratégia mostrou-se fundamental para contemplar o arcabouço legal e político-pedagógico.

Foram incluídos no estudo legislações, artigos científicos, livros, capítulos de livros, manuais, cartilhas e diretrizes, com o intuito de contemplar a evolução histórica do arcabouço legal, político e pedagógico relacionado à educação sexual no Brasil, especialmente no que se refere ao currículo do EMI da EPT. Ademais, foram consultadas produções acadêmicas e textos referenciais que discutem as bases conceituais e os princípios norteadores da EPT, garantindo assim uma abordagem compreensiva e multidimensional do objeto de estudo.

O processo de seleção e análise dos materiais ocorreu em três etapas: inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para triagem preliminar. Em seguida, os materiais pré-selecionados foram submetidos à leitura integral para confirmação da elegibilidade. E por fim, foram extraídos de cada obra conceitos-chave, dispositivos legais e/ou políticos pertinentes à temática. A síntese interpretativa desses materiais subsidiou a estruturação argumentativa do presente artigo, diante das implicações e possibilidades da abordagem da educação e saúde sexual no currículo integrado da EPT.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.3.1 A educação sexual no currículo integrado da EPT: desafios à formação humana integral

Não há um consenso sobre o início da EPT no Brasil. No entanto, é possível afirmar que essa modalidade de ensino remonta ao período colonial, tendo evoluído com o avanço industrial e se (re)configurado ao longo da história, em resposta às demandas e necessidades sociais, políticas e econômicas da nação (Vieira; Souza Júnior, 2016; Souza; Benites, 2021).

Atualmente, a EPT é compreendida como uma modalidade educacional voltada à formação integral do indivíduo, cuja finalidade principal é preparar os alunos tanto para a inserção e atuação no mundo do trabalho quanto para a participação ativa na vida em sociedade (Lorenzet; Andreolla; Paludo, 2020).

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT:

A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (Brasil, 2021, p.1).

A EPT caracteriza-se pela verticalização do processo formativo verticalizado que abrange desde a educação básica, com iniciativas como a Formação Inicial e Continuada (FIC) e programas de qualificação profissional no ensino fundamental, até o ensino médio técnico nas modalidades integrada, concomitante ou subsequente, com possibilidade de articulação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), estendendo-se igualmente ao ensino superior e pós-graduação. Esse percurso formativo articulado e progressivo tem como fundamentos pedagógicos a pesquisa e o trabalho como princípios norteadores, visando à construção de competências profissionais por meio da integração entre ciência, cultura e tecnologia (Brasil, 2021).

O processo de ensino-aprendizagem na EPT preconiza a articulação entre todas as etapas da educação e as diversas dimensões da vida, especialmente o trabalho, a ciência e a cultura, visando promover uma formação integral, politécnica e omnilateral. Dessa forma, busca-se possibilitar que os indivíduos compreendam a realidade na qual estão inseridos e, caso as condições sociais assim exijam, possam ingressar no mundo do trabalho de maneira consciente e crítica (Ciavatta; Ramos, 2011).

A partir da década de 1970, a reorganização da classe trabalhadora brasileira gerou instrumentos de luta e resistência contra as estruturas responsáveis pelas precárias condições de vida da população. Esses movimentos consolidaram-se em instituições de representação política que, ao ascender ao poder por meio de coalizões de centro no início do século XXI, construíram uma proposta de educação profissional voltada à demanda crescente por qualificação da mão de obra (Cichaczewski; Castro, 2023).

Em resposta a essa demanda, foi promulgado o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que viabilizou a oferta da educação profissional técnica de nível médio

através da integração curricular entre as diferentes modalidades formativas. Essa legislação assegurou a complementaridade entre a formação geral e a profissional, criando assim o Ensino Médio Integrado (EMI). Para viabilizar essa integração, foi necessária a ampliação da carga horária, garantindo simultaneamente o atendimento às finalidades da educação básica e a apropriação dos fundamentos científicos e tecnológicos que sustentam os processos produtivos contemporâneos (Brasil, 2004).

O EMI é instituído com base nos princípios orientadores da EPT, fundamentando-se nos conceitos de formação integral, politecnia e omnilateralidade, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, bem como na escola unitária de Gramsci (Moura, 2013). Essa perspectiva busca articular, de maneira indissociável, os conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, configurando uma formação essencial para os estudantes, independentemente de suas futuras trajetórias profissionais. Trata-se, portanto, de uma concepção que ultrapassa a lógica estritamente técnica e profissionalizante, conforme argumenta Saviani (2007), ao defender uma educação que valoriza a totalidade das dimensões humanas e promove a emancipação dos sujeitos:

Essa é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante, caso em que a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo (Saviani, 2007, p.161).

Como modalidade educacional que articula formação geral e técnica, o EMI constitui um espaço formativo privilegiado para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a totalidade social. Essa abordagem possibilita aos estudantes não apenas a compreensão dos processos produtivos, mas também o desenvolvimento de competências para uma atuação transformadora na sociedade (Cestaro; Farias; Plese, 2021).

Contudo, a trajetória da educação brasileira revela contradições estruturais no processo formativo entre as diferentes modalidades de ensino médio. A formação geral tradicionalmente se destinava às elites, enquanto a educação profissional e técnica se voltava, predominantemente, para as camadas populares, reproduzindo assim a divisão social do trabalho. Diante dessa dualidade histórica e da fragmentação

estrutural das políticas educacionais, o EMI na EPT surge como alternativa potencial para superar essas limitações (Souza; Pereira; Rodrigues, 2016).

Conforme salientam Ciavatta e Ramos (2011), a superação dessa dicotomia educacional representa um desafio complexo para os docentes do EMI. A integração curricular não pode limitar-se a discussões pedagógicas circunscritas, mas deve incorporar necessariamente uma abordagem crítica das questões sociopolíticas que fundamentam e perpetuam as desigualdades na sociedade.

De acordo com Nosella e Azevedo (2012), a escola unitária contemporânea não se caracteriza somente pela integração curricular entre disciplinas voltadas à produção e aquelas relacionadas à cultura geral, mas, sobretudo, pela necessidade de oferecer condições objetivas para que todos os cidadãos possam optar livremente pela formação que desejam. Nesse sentido, a problemática da dualidade escolar assume um novo enfoque, direcionando a atenção não apenas aos conteúdos, mas, principalmente, às condições sociais que determinam o acesso e a liberdade de escolha educacional. Assim, a escola, ao invés de apenas transmitir conhecimentos diversos, precisa atuar na superação das desigualdades que limitam o direito à escolha consciente e autônoma dos indivíduos.

O ensino médio na contemporaneidade transcende a função de transmissão de conhecimentos elementares, os quais, embora fundamentais, mostram-se insuficientes para responder às complexas demandas da sociedade atual. O processo educativo assume aqui o papel central de demonstrar como o conhecimento, enquanto construção social transformadora, se materializa nas dinâmicas produtivas (Saviani, 2007). Dessa forma, a formação escolar em nível médio deve desenvolver sistematicamente competências para intervenção crítica nos processos sociais e inovação nos modelos produtivos, superando a histórica separação entre formação intelectual e mundo do trabalho.

Essa concepção reforça a importância da construção de um currículo que transcenda a mera preparação técnica e instrumental para o mercado de trabalho. Torna-se essencial uma formação integral que contemple tanto o desenvolvimento intelectual e científico quanto a formação ética, política e social dos estudantes. Isso significa incorporar ao currículo escolar temas que dialoguem com os desafios contemporâneos da sociedade, como a promoção da saúde, a educação sexual, a equidade de gênero, a sustentabilidade ambiental e a cidadania.

O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, em seu art. 4º, inciso I, estabeleceu que a educação profissional técnica de nível médio deveria ser desenvolvida de forma articulada, observando os objetivos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2004). Mais recentemente, o §1º do inciso X do art. 16 das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a EPT definiu que as aprendizagens essenciais no EMI devem ser asseguradas com:

Compromisso ético em relação ao desenvolvimento de conhecimentos, expressos em termos de conceitos e procedimentos, de habilidades, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, bem como de atitudes, valores e emoções, que os coloquem em condições efetivas de propiciar que esses saberes sejam continuamente mobilizados, articulados e integrados, expressando-se em competências profissionais essenciais para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania no mundo do trabalho e na prática social (Brasil, 2021, p.8).

Saviani (2021) ressalta a necessidade de detectar questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, de identificar quais conhecimentos os estudantes devem dominar, em uma contínua vinculação entre educação e sociedade.

Essa concepção evidencia “a necessidade de se avançar o pensamento sobre o currículo do ensino médio, ultrapassando a marca conteudista e/ou tecnicista” (Ramos, 2011, p.784). Considerando essa demanda, é importante reconhecer que o EMI:

Defina sua identidade como última etapa da educação básica mediante um projeto que, conquanto seja unitário em seus princípios e objetivos, desenvolva possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades sócio-culturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos – reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o ensino médio (Ramos, 2007, p.4).

A construção de um currículo para o EMI deve articular temáticas interdisciplinares e transversais, promovendo a formação integral dos estudantes. Essa abordagem visa desenvolver não apenas competências técnicas para o mundo profissional, mas também capacidades críticas, éticas e socioafetivas, formando indivíduos autônomos e conscientes de seu papel social (Brasil, 2021).

A abordagem integral, ao incorporar temas de educação e saúde sexual ao processo educativo, favorece uma formação emancipatória que respeita a pluralidade dos estudantes. O currículo assim concebido prepara os alunos tanto para demandas do mundo do trabalho quanto para vida em sociedade, incluindo promoção da saúde, direitos humanos, equidade de gênero e valorização da diversidade (Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021).

A efetivação da educação sexual no EMI requer a estrita observância dos princípios norteadores da EPT, particularmente no que concerne à valorização das identidades de gênero e étnico-raciais mediante um enfoque interdisciplinar e transversal. Essa abordagem exige estratégias pedagógicas que articulem a contextualização dos conteúdos e a flexibilidade metodológica, criando as condições necessárias para a construção de aprendizagens significativas. Tal perspectiva promove a articulação teoria-prática, reafirmando o papel fundamental da EPT na formação de cidadãos críticos e socialmente comprometidos, segundo os princípios da formação humana integral (Brasil, 2021).

A educação sexual no EMI no âmbito da EPT revela-se fundamental, demandando uma intervenção responsável, crítica e científica, que respeite a diversidade de orientações sexuais, identidades de gênero e contextos socioculturais. Trata-se de um processo contínuo de desenvolvimento de competências para tomada de decisões conscientes em saúde sexual (Heilborn, 2006).

É imprescindível que a abordagem de temas relacionados à sexualidade seja ampla e dialogue em suas dimensões biológicas, psicológicas e sociológicas, superando perspectivas reducionistas de cunho estritamente biológico ou higienista. Essa ampliação decorre do reconhecimento da sexualidade como construção histórica e cultural, além de direito humano fundamental (Valença; Carvalho, 2021).

A inclusão da educação sexual no currículo do EMI configura-se como medida necessária para efetivar direitos à educação e à saúde, fundamentais ao pleno desenvolvimento dos estudantes como sujeitos históricos e sociais. Trata-se de formação humanizadora que prepara os jovens não apenas para o exercício profissional, mas para a vida em sua complexidade e pluralidade.

2.3.2 Educação sexual: arcabouço legal, políticas públicas, desafios e possibilidades de integração curricular na EPT

A historiografia da educação sexual no Brasil revela que, desde as primeiras décadas do século XX, médicos, professores e até sacerdotes dedicaram-se ao estudo sobre sexualidade, sexologia e educação sexual nos meios acadêmico e leigo, porém apesar desses esforços, não houve, de fato, a instituição de leis e políticas de educação sexual, verificando-se apenas iniciativas isoladas, dispersas e pouco perenes antes do ano de 1988 (Bueno; Ribeiro 2018).

Nesse panorama histórico, o principal marco legal que orienta as políticas públicas voltadas à educação e à saúde de adolescentes no Brasil foi a Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu o direito à educação e à saúde como direitos sociais fundamentais para o pleno exercício da cidadania. Essa garantia constitucional não apenas assegura a universalização do acesso a esses direitos, como também inaugura um novo paradigma de proteção integral à infância e à adolescência, servindo de alicerce para a formulação de políticas públicas intersetoriais nessas áreas (Brasil, 1988).

No campo da saúde pública, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, representou a institucionalização do direito universal, integral e equitativo à saúde, conforme previsto na Carta Magna. O SUS, ao adotar diretrizes como integralidade da atenção, equidade no acesso e participação social, tornou-se o principal instrumento para a efetivação de ações voltadas à promoção da saúde de adolescentes, incluindo a saúde sexual e reprodutiva (Brasil, 1990a).

No ano de 1990, foi promulgada a Lei nº 8.069, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco jurídico fundamental na consolidação dos direitos infantojuvenis no Brasil. Essa legislação assegura o direito à educação e à saúde por meio de ações e serviços voltados à promoção, proteção e recuperação de agravos que comprometem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. O ECA estabelece que tais direitos devem ser garantidos com absoluta prioridade, reconhecendo a condição peculiar de desenvolvimento desse grupo etário e a necessidade de políticas públicas universalizantes e equitativas, sendo definido no art. 3º que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990b, p.1).

Esse dispositivo reafirma a centralidade do princípio da proteção integral e exige que as esferas pública e privada se articulem para garantir a efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente no que se refere à educação e à saúde, nas dimensões física, emocional, cognitiva e social.

Ao final de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que se consolidou como um novo marco legal para a educação brasileira. Essa legislação estabeleceu princípios orientadores para a organização dos currículos da educação básica, entre os quais se destaca a abordagem de temas transversais, como a educação sexual, nas práticas pedagógicas, representando um avanço significativo ao reconhecer que determinadas temáticas, embora não constituam disciplinas específicas, são fundamentais para a formação integral dos estudantes (Brasil, 1996).

Fundamentados nos princípios da LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), publicados em 2000, consolidaram uma visão ampliada da educação ao reconhecer o corpo e a saúde como eixos temáticos essenciais, estabelecendo que tais temas devem ser abordados de forma crítica e reflexiva, contribuindo para a formação dos jovens no exercício responsável da sexualidade, pautado pela autonomia e pelo respeito mútuo, em consonância com os direitos humanos e os princípios da dignidade da pessoa humana (Brasil, 2000).

A incorporação desses temas nos currículos escolares responde à necessidade de enfrentar desigualdades históricas, preconceitos e práticas discriminatórias, especialmente no que se refere às questões de gênero, sexualidade, saúde sexual e reprodutiva. Além disso, reafirma o papel da escola como espaço privilegiado de construção do conhecimento e da cidadania, comprometido com a promoção da equidade e da justiça social, visando, sobretudo, que a sexualidade seja exercida de maneira responsável:

As visões, fantasias e decisões sobre o próprio corpo e saúde, base para um desenvolvimento autônomo, poderão ser mais bem orientadas se as

aprendizagens da escola estiverem significativamente relacionadas com as preocupações comuns na vida de todo jovem: aparência, sexualidade e reprodução, consumo de drogas, hábitos de alimentação, limite e capacidade física, repouso, atividade, lazer (Brasil, 2000, p.81).

Nesse sentido, os PCNEM destacaram a importância do exercício de cidadania mediante práticas sociais, políticas e culturais que devem se iniciar na vida pessoal, sendo que questões do cotidiano e a convivência em sociedade devem fazer parte da organização curricular por meio de temas transversais ligados ao meio ambiente, corpo e saúde dos estudantes (Brasil, 2000).

Ao mesmo tempo, aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM), os documentos organizados sob a denominação “PCN+” aprofundaram as diretrizes específicas para o ensino das áreas do conhecimento. No volume dedicado às Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, destaca-se a ênfase na necessidade de que os estudantes ampliem sua compreensão sobre os fenômenos biológicos, os seres vivos, o funcionamento do corpo humano, a sexualidade, a saúde e as aplicações sociais dos saberes científicos e dos avanços tecnológicos (Brasil, 2002).

Nesse escopo, embora haja o reconhecimento da importância de abordar temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva no Ensino Médio, observa-se a predominância de uma abordagem centrada na perspectiva biológica. Essa ênfase, ao privilegiar conteúdos voltados para os aspectos anatômicos, fisiológicos e reprodutivos da sexualidade, tende a limitar a amplitude do debate e a desconsiderar dimensões socioculturais, éticas, subjetivas e relacionais que constituem a sexualidade como um fenômeno complexo e multidimensional.

As diretrizes formuladas em 2005 pelos Ministérios da Saúde e Educação representaram um marco na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes, integrando-os às políticas públicas de saúde mediante abordagens que reconhecem as especificidades dessa fase do desenvolvimento (Brasil, 2005). O documento orientador propôs uma compreensão multidimensional da sexualidade que articule saberes da saúde, educação e aspectos sociais, sendo que para garantir os direitos dos adolescentes em relação à saúde sexual é preciso considerar que:

Na adolescência, a sexualidade tem dimensão especial, que é o aparecimento da capacidade reprodutiva no ser humano concomitante à reestruturação do seu psiquismo. Ocorre, ainda, gradativa definição de

valores éticos e morais à personalidade que se delineia, bem como a incorporação de comportamentos e atitudes frente a uma estrutura de padrões sociais e sexuais fortemente influenciados pelas relações de gênero, raça e etnia, estabelecidos social e culturalmente (Brasil, 2005, p.20).

A efetivação desses direitos demanda a conjugação de esforços intersetoriais capazes de promover acesso à informação qualificada, atendimento humanizado e cultura institucional pautada nos princípios de diversidade, equidade e autonomia progressiva.

A saúde sexual e reprodutiva assume papel central na promoção da equidade de gênero e no fortalecimento da autonomia dos jovens. Essas dimensões configuram-se como pilares essenciais para a formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente responsáveis, comprometidos com práticas de vida saudáveis. Ao favorecer o desenvolvimento integral, tais aspectos contribuem significativamente para o exercício pleno da cidadania e para a consolidação de uma sociedade mais justa e inclusiva (Brasil, 2007a).

Para operacionalizar essa formação integral, foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE) por meio do Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Esse programa visa contribuir para a formação integral dos estudantes, mediante ações de atenção, promoção, prevenção e assistência à saúde, incluindo, no inciso XII do art. 4º, ações voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva. Tais ações buscam enfrentar as vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento dos adolescentes matriculados na rede pública de ensino, incluindo os estudantes da RFEPCT (Brasil, 2007b; 2011).

As Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes complementam essa abordagem ao estabelecer que as políticas públicas em saúde sexual e reprodutiva devem ser concebidas sob uma perspectiva integrada, articulando de forma sistemática instituições escolares, comunidades e núcleos familiares. Tais políticas devem capacitar os jovens para a tomada de decisões autônomas e responsáveis sobre sua vivência sexual. Ao incorporar dimensões éticas, sociais, culturais e afetivas, essas intervenções educativas potencializam o desenvolvimento cidadão, a equidade de gênero e a construção de práticas de cuidado integral consigo, com o outro e com o coletivo (Brasil, 2010).

No âmbito curricular, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgada recentemente, ao substituir os PCNs como referencial para educação básica,

reorganizou as temáticas transversais sob a nomenclatura de Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), os quais foram organizados em seis macroáreas: cidadania e civismo, ciência e tecnologia, economia, meio ambiente, multiculturalismo e saúde (Brasil, 2019). Contudo, observa-se a omissão da educação sexual como um eixo temático específico, configurando uma política regressiva que compromete uma abordagem transversal e interdisciplinar e pode limitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva, à equidade de gênero e à formação cidadã crítica e consciente (Vicente, 2024).

Diante desse cenário, as legislações e políticas públicas relacionadas à educação sexual no Brasil têm sido caracterizadas por avanços, retrocessos e pela intensificação de disputas ideológicas e políticas ao longo do tempo (Bedin; Muzzeti; Ribeiro, 2021). Essa polarização pode ser exemplificada pelo fato de que, entre 2014 e 2022, foram apresentados 217 projetos de lei no país destinados a proibir explicitamente o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas (Paulo, 2023).

A educação sexual encontra respaldo em diversos instrumentos normativos e políticas que legitimam sua inserção nos currículos escolares brasileiros, com especial relevância para a EPT. Entretanto, a realidade escolar do país revela que sua institucionalização permanece insuficiente, limitada e, muitas vezes, silenciada, mesmo diante desse robusto arcabouço legal. A efetivação dessas diretrizes exige a integração de práticas pedagógicas sistematizadas e contextualizadas, pautadas por abordagens transversais, interdisciplinares e intersetoriais que superem as lacunas existentes entre a legislação e a prática educativa.

A persistência dessa lacuna na formação cidadã integral decorre de fatores interligados: resistências culturais e ideológicas de visões conservadoras que veem a educação sexual como inadequada, inaptidão docente para abordar o tema com profundidade e limitações curriculares e institucionais, que marginalizam conteúdos transversais. Essa desconexão entre teoria e prática mantém um ciclo de formação cidadã incompleta, privando os estudantes de conhecimentos essenciais para seu desenvolvimento integral e participação democrática na sociedade.

Para superar os desafios na educação sexual, é essencial adotar estratégias integradas que incluam a formação continuada de professores, abordando aspectos técnicos e metodológicos, além de questões de gênero e diversidade. Além disso, é

importante desenvolver projetos pedagógicos que incorporem a educação sexual de forma transversal, com recursos educacionais contextualizados. Parcerias com setores como saúde, assistência social e movimentos sociais, junto ao diálogo com famílias e a comunidade escolar, ajudam a criar redes de apoio que fortalecem essas práticas e promovem uma educação sexual transformadora.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, evidencia-se que a EPT, particularmente no EMI, apresenta potencialidades singulares para o desenvolvimento de uma formação integral, omnilateral e politécnica. Nesse contexto, a abordagem de temáticas relacionadas à educação e à saúde sexual configura-se como componente relevante e necessário, quando devidamente articulada às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia.

Este estudo demonstra a existência de um arcabouço legal e de políticas públicas que fundamentam a educação sexual no ambiente escolar e, mais especificamente, na EPT. A efetivação dessa proposta requer estruturação adequada mediante práticas pedagógicas que fortaleçam a autonomia dos estudantes. Tais práticas devem promover uma leitura reflexiva da realidade, possibilitar a construção de subjetividades emancipatórias e consolidar a formação humana integral.

Por fim, identificam-se lacunas e a necessidade de novas pesquisas sobre a aplicação prática dessas legislações e políticas, bem como sobre as percepções de docentes e estudantes acerca das temáticas relacionadas à educação sexual como subsídio ao desenvolvimento de estratégias didático-metodológicas mais adequadas ao contexto da EPT.

REFERÊNCIAS

BEDIN, R. C.; MUZZETI, L. R.; RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil: sexologia e educação sexual do século XIX aos nossos dias. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.27, p.71-88, 2021.

Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5160>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio**: documento base. Brasília: MEC, 2007a. 59 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez. 2007b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 2 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais e direitos reprodutivos**: uma prioridade do governo. Brasília: MS, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: MS, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990a. Seção 1, p. 18055. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco teórico e referencial saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens**. Brasília: MS, 2007. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0471_M.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**: bases legais. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Passo a passo PSE Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade**. Brasília: MS, 2011. 46 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo_a_passo_programa_saude_escola.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio**: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 2021. Seção 1, p. 19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 4 fev. 2025.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.29, n.1, p.49-56, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CESTARO, J. A. A.; FARIAS, C. S.; PLESE, L. P. M. Ensino médio integrado? **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v.8, n.1, p.476-496, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/3439>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, v.5, n.8, p.27-41, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CICHACZEWSKI, J. C.; CASTRO, C. A. IF's: uma expressão particular das experiências políticas da classe trabalhadora brasileira no século XX. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v.15, n.3, p.448-467. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.54513>. Acesso em: 04 jul. 2024.

HEILBORN, M. L. *et al.* (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond, 2006. 536p.

INOCÊNCIO, J. V.; GARZONI, L. C.; MARCUSSO, M. F. Horizontes para uma educação emancipatória: a articulação entre gênero, sexualidade e mundo do trabalho na EPT a partir de uma sequência didática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12882/pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

LORENZET, D.; ANDREOLLA, F.; PALUDO, C. Educação Profissional e Tecnológica (EPT): os desafios da relação trabalho-educação. **Trabalho & Educação**, v.29, n.2, p.15-28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/13522>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018. 112 p.

MARCON, A. N.; PRUDÊNCIO, L. E. V.; GESSER, M. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.20, n.2, p.291-301, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/XyfxTchpMdBdRVHPzFSg47K/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, v.39, n.3, p.705-720, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000300010>. Acesso em: 01 fev. 2025.

NOSELLA, P.; AZEVEDO, M. L. N. A educação em Gramsci. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v.15, n.2, p.25-33, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PAULO, V. S. Ensino de gênero nas escolas: projetos e discursos em disputa. **Anais do Colóquio de História Unicap e VII Colóquio do PPGH: Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: Desafios e Perspectivas**, v.17, p.183-193, 2023. Disponível em:

<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/2665>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013. 277 p.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. 2007. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

RAMOS, M. N. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educação & Sociedade**, v.32, n.116, p.771-788, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000300009>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 12 ed. Campinas: Autores associados, 2021. 370p.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p.152-165, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SOUZA, E.; BENITES, L. C. Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos. **Revista Cocar**, v.15, n.32, p.1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4135>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SOUZA, F. C. S.; PEREIRA, U. A.; RODRIGUES, I. S. Ensino Médio Integrado e formação docente: impasses e proposições. **Dialogia**, n.24, p.25-37, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.N24.6372>. Acesso em: 04 jul. 2024.

VALENÇA, C. R.; CARVALHO, K. L. Gênero, sexualidade e protagonismo juvenil: relato de uma experiência no CEFET-RJ. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.20, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10516>. Acesso em: 01 fev. 2025.

VICENTE, L. S. A educação sexual nas diferentes versões da base nacional comum curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática. **Educação em Revista**, v.40, n.40, p.25-33, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/45439/45926>. Acesso em: 01 fev. 2025.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JÚNIOR, A. A Educação profissional no Brasil. **Interacções**, v.12, n.40, p.152-169, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25755/int.10691>. Acesso em: 02 jan. 2025.

3 ARTIGO II

ENTRE SABERES E PRÁTICAS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar as concepções e os principais desafios vivenciados por docentes para efetivação de abordagens educativas relacionadas à educação sexual no âmbito do EMI do Instituto Federal do Acre (Ifac). Adotou-se uma pesquisa de natureza aplicada, abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva. Participaram 45 docentes do EMI dos 06 *campi* do Ifac. Utilizou-se questionário eletrônico estruturado com questões fechadas (*Escala Likert*), semiabertas e abertas. A análise combinou abordagens quantitativas (estatística descritiva) e qualitativas (Discurso do Sujeito Coletivo). Os resultados identificaram que 76,9% dos docentes não incorporavam a educação sexual em suas práticas pedagógicas e 75,7% se sentiam pouco ou nada aptos para abordar a temática. Os principais desafios incluíram: ausência de formação específica, concepções inadequadas acerca da sua relevância e abordagens reducionistas de cunho estritamente biológico ou higienista, resistências socioculturais, transferência de responsabilidade para o âmbito familiar e invisibilidade curricular. Assim, evidenciou-se uma lacuna entre os princípios da formação emancipatória preconizada pela EPT e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas. A superação desses desafios demanda a inserção de programas formativos específicos, reformulação curricular, diálogo com os pais, responsáveis e comunidade intra e extraescolar, visando à construção de uma EPT comprometida com uma formação crítica, plural e inclusiva.

Palavras-chave: educação sexual; educação profissional; ensino médio; formação de professores; currículo integrado.

Abstract

This study aimed to analyze the conceptions and main challenges experienced by teachers in implementing educational approaches related to sexual education within the Integrated High School (IHS) programs at the Federal Institute of Acre (Ifac). An applied research approach was adopted, employing a mixed-methods design that was exploratory and descriptive in nature. Forty-five IHS teachers from the six Ifac campuses participated in the study. A structured electronic questionnaire was utilized, containing closed questions (*Likert Scale*), semi-open, and open questions. The analysis combined quantitative approaches (descriptive statistics) and qualitative approaches (Collective Subject Discourse). The results identified that 76.9% of teachers did not incorporate sexual education into their pedagogical practices, and 75.7% felt inadequately or not at all prepared to address the topic. The main challenges included: absence of specific training, inadequate conceptions regarding its relevance, reductionist approaches of a strictly biological or hygienist nature, sociocultural resistance, transfer of responsibility to the family sphere, and curricular invisibility. The findings revealed a gap between the principles of emancipatory education advocated by Professional and Technological Education (PTE) and the pedagogical practices implemented. Overcoming these challenges requires the implementation of specific training programs, curricular reformulation, and dialogue with parents, guardians, and

both intra- and extra-school communities, aiming to construct a PTE committed to critical, pluralistic, and inclusive education.

Keywords: sexual education; professional education; secondary education; teacher training; integrated curriculum.

3.1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem seu marco inicial em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, evoluindo posteriormente para Liceus Industriais e, mais tarde, para Escolas Industriais e Técnicas. Em 1959, foram instituídas as Escolas Técnicas Federais, seguidas, em 1978, pela criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A consolidação do modelo atual ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, que instituiu os Institutos Federais (IFs), fortalecendo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) por meio de um modelo multicampi e pluricurricular, integrando ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2008).

Essa trajetória evidencia a evolução histórica da EPT no Brasil, marcada por transformações estruturais e normativas que buscaram alinhar a formação profissional às demandas socioeconômicas e tecnológicas do país (Moll, 2010; Ramos, 2014). Nesse contexto histórico, o Ensino Médio Integrado (EMI) ao técnico configura-se como uma proposta educacional que visa à formação humana integral, superando a histórica dicotomia entre conhecimentos propedêuticos e técnico-profissionais (Ciavatta, 2005; Oliveira, 2023). Ao integrar ciência, cultura, trabalho e tecnologia numa perspectiva politécnica, no EMI assume-se o trabalho como princípio educativo e a pesquisa configura-se como princípio pedagógico, articulando as dimensões técnicas e políticas, com vistas à formação de sujeitos críticos, capazes de atuar na transformação social (Araujo; Frigotto, 2015).

Na perspectiva dessa educação omnilateral, a inserção de temáticas como educação e saúde sexual emerge como um eixo fundamental, sendo essencial tanto para o desenvolvimento do sujeito, enquanto participante ativo na sociedade, quanto para a qualificação profissional no mundo do trabalho (Furlanetto *et al.*, 2018; Brasil, 2021). Portanto, o currículo integrado da EPT deve assumir o papel de uma escola unitária e emancipadora, reconhecendo-se como espaço de construção de subjetividades, identidades e capacidades dos estudantes, a partir de múltiplos pertencimentos, incluindo classe social, gênero, identidade e território (Drabach, 2018;

Martins, 2021). Essa abordagem exige práticas pedagógicas integradoras, fundamentadas em princípios ético-políticos, e orientadas por finalidades educacionais que superem a fragmentação do ensino (Pereira; Alves, 2020; Feijó, 2022).

Consequentemente, torna-se imprescindível que temáticas relevantes à formação integral e à compreensão crítica da realidade, como a educação sexual, sejam incorporadas de forma transversal e interdisciplinar, por meio de práticas dialógicas e contextualizadas com as vivências e os contextos socioculturais dos estudantes do EMI. Sob tal perspectiva, a sua inserção na EPT favorece uma aprendizagem significativa, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de tomada de decisões conscientes e responsáveis no que se refere à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos (Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021; Camargo, 2022).

Contudo, embora se reconheça sua relevância na EPT, constata-se a escassez de pesquisas relativas à abordagem da educação sexual no contexto do EMI, especialmente quanto à formação docente específica em questões relacionadas a gênero, sexualidade, identidade, diversidade, saúde sexual e reprodutiva (Valença; Carvalho, 2021; Badarane, 2021). Além disso, os poucos estudos existentes evidenciam que a educação sexual tem sido abordada de maneira tangencial e fragmentada nos currículos e nas práticas pedagógicas nos IFs (Camargo, 2021; Gemaque; Cavalcanti; Jesus, 2021; Badarane; Freitas, 2024).

Diante desse cenário, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca da concepção e desenvolvimento das práticas educativas no contexto da EPT, possibilitando a identificação de fatores que dificultam a inserção de uma abordagem transversal e interdisciplinar no EMI, constituindo subsídios para reflexões sobre a integração curricular, políticas institucionais e processos formativos específicos e continuados, que favoreçam a prática pedagógica que de fato seja emancipatória, crítica, plural e inclusiva. Assim, surge a seguinte questão norteadora: *Como os docentes do EMI do Ifac concebem a educação sexual e quais entraves encontrados para incorporá-la em suas práticas pedagógicas?*

Diante ao exposto, esta pesquisa teve como objetivo analisar as concepções e os desafios vivenciados pelos docentes para efetivação de abordagens educativas relacionadas à educação sexual no âmbito do EMI do Instituto Federal do Acre (Ifac).

3.2 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (Ifac), vinculado à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Macroprojeto 3 – Práticas Educativas no Currículo Integrado. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e classifica-se como exploratória e descritiva. Adotou-se a pesquisa de levantamento como procedimento metodológico principal.

A pesquisa de levantamento, conforme Gil (2008), consiste na coleta sistematizada de informações junto aos participantes do estudo sobre determinado fenômeno, objetivando estabelecer conclusões mediante análise quali-quantitativa dos dados, utilizando instrumentos padronizados como os questionários. Fowler Jr. (2011) ressalta que as respostas obtidas constituem a base empírica para as análises subsequentes, configurando-se como elementos centrais na construção dos achados da investigação.

O estudo foi realizado no Instituto Federal do Acre (Ifac), considerando sua estrutura multicampi (Rio Branco, Baixada do Sol, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri). Participaram da pesquisa 45 docentes do EMI, com representação de todos os *campi* da instituição, selecionados por meio da amostragem por conveniência.

Para a seleção dos participantes, foram estabelecidos como critérios de inclusão: experiência mínima de um ano de docência na EPT e a atuação, atual ou anterior, no EMI. Esses critérios visaram assegurar que os participantes possuísem vivência e conhecimento institucional suficientes para fundamentar reflexões consistentes sobre a temática investigada. Como critérios de exclusão, foram considerados: docentes afastados integralmente por motivo de licença, capacitação ou qualificação *stricto sensu* e professores temporários.

O instrumento utilizado foi um questionário eletrônico estruturado, elaborado na plataforma *Google Forms*, composto por questões distribuídas em três seções principais: 1) Perfil sociodemográfico e profissional; 2) Concepções sobre educação sexual e sua relação com a formação integral; e 3) Práticas pedagógicas adotadas na abordagem da educação sexual no EMI (Apêndice A). O questionário contemplou

questões fechadas (*Escala Likert* de cinco pontos, conforme Bermudes *et al.*, 2016; Costa Júnior *et al.*, 2024), semiabertas e abertas, permitindo uma análise multidimensional do objeto de estudo.

Para a coleta de dados, o questionário foi enviado aos potenciais participantes via e-mail institucional, com apoio da Pró-Reitoria de Ensino e das Diretorias de Ensino de todos os *campi* do Ifac. A mensagem continha uma breve apresentação da pesquisa e o *link* de acesso ao formulário eletrônico, no qual constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado em formato digital (Apêndice B).

O questionário permaneceu disponível por 30 dias e, com vistas a potencializar a taxa de resposta, os pesquisadores efetivaram-se três estratégias: 1) envio de três lembretes em intervalos semanais; 2) divulgação da pesquisa na sala dos professores e reuniões pedagógicas; e 3) estabelecimento de contato direto e/ou digital com os docentes e/ou com as coordenações de curso para sensibilização e engajamento dos potenciais participantes.

Os dados foram analisados por meio de uma abordagem mista, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos. Para as questões fechadas e semiabertas, especialmente aquelas estruturadas em *Escala Likert*, utilizou-se o editor de planilhas Microsoft® Office Excel 2016 para a realização das análises de frequências absolutas e relativas.

Para as questões abertas e semiabertas, optou-se pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), metodologia que sintetiza depoimentos em discursos coletivos preservando as ideias centrais (Lefèvre; Lefèvre, 2014; Genaro *et al.*, 2024). A aplicação seguiu quatro etapas: 1) seleção de expressões-chave; 2) identificação de ideias centrais; 3) agrupamento por similaridade temática; e 4) construção de discursos-síntese (Batista *et al.*, 2021). A técnica mostra-se apropriada para analisar as concepções docentes sobre determinada temática, pois articula vozes individuais em representações coletivas sem comprometer a riqueza qualitativa dos dados (Sales; Souza; John, 2007).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa local e atendeu aos princípios dispostos nas resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sob o CAAE n.º 88782925.9.0000.5009 (Anexo A).

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise descritivas das respostas dos docentes e da aplicação do DSC, foi possível analisar os desafios para a efetivação das práticas de educação sexual no EMI do Ifac. Para esse coletivo, identificou-se como entraves, principalmente, ausência de formação docente inicial e continuada específica, concepções inadequadas sobre a relevância da temática, tradicionalismo e resistências socioculturais, transferência da responsabilidade exclusivamente às famílias, predominância de abordagens reducionistas centradas em aspectos biológicos ou preventivos e invisibilidade curricular do tema. Esses obstáculos evidenciaram uma contradição entre os princípios emancipatórios da EPT e as práticas pedagógicas sobre educação sexual efetivamente desenvolvidas no contexto institucional.

3.3.1 Docentes do EMI no Ifac: uma breve caracterização dos participantes da pesquisa

Considerando a diversidade formativa e profissional que caracteriza o corpo docente do Ifac, a descrição do perfil dos sujeitos desta pesquisa (n=45), com participantes de todos os *campi*, constitui-se como elemento fundamental para a compreensão das concepções docentes e dos desafios vivenciados na institucionalização das práticas pedagógicas voltadas à educação sexual, particularmente currículo do EMI.

Observou-se que 62,2% (n=28) dos docentes tinha formação inicial em licenciatura, 35,6% (n=16) referiu ser bacharel e 2,2% (n=1) tecnólogo, evidenciando a predominância de formação pedagógica entre os participantes, fator que, em tese, poderia favorecer a efetivação de práticas educativas alinhadas às demandas do EMI e a formação integral. Conforme destaca Machado (2008), configura-se como fundamento essencial que o professor atuante na EPT se caracterize como um sujeito reflexivo, humanizado, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica.

Nesse mesmo sentido, Kuenzer (2017) destaca que:

O processo de formação de professores deve abranger não apenas o desenvolvimento de competências técnicas para o exercício profissional, mas também o desenvolvimento da capacidade de intervenção crítica e criativa nos processos de formação humana, porque essa é a própria natureza dos processos educativos (Kuenzer, 2017, p.351).

Quanto à titulação, 82,2% dos respondentes possuíam pós-graduação *stricto sensu*, sendo 42,2% (n=19) mestres e 37,8% (n=17) doutores. As principais áreas de formação são Ciências Exatas e da Terra (24,4%; n=11), Linguística, Letras e Arte (22,2%; n=10), Ciências Humanas (17,8%; n=8) e Ciências Agrárias (13,3%; n=6). Esse perfil evidencia um corpo docente qualificado e com diversificação técnico-científica que, a princípio, poderia contribuir para abordagens pedagógicas inter e multidisciplinares, especialmente em temas transversais, alinhando-se às diretrizes da EPT.

Todavia, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, frequentemente, priorizam a formação de pesquisadores em detrimento da formação pedagógica, não preparando adequadamente para a atuação docente, sobretudo quando se trata de questões que extrapolam os conteúdos técnico-científicos convencionais de sua área de domínio, conforme alerta Saviani (2017):

O elemento definidor da pós-graduação *stricto sensu* é a pesquisa, a qual determina o objetivo a ser alcançado para o qual o ensino concorre como uma mediação destinada a dispor e garantir os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa que será a pedra de toque da formação pretendida (Saviani 2017, p.5).

Nesse sentido, Locatelli (2021) destaca que a titulação *stricto sensu*, enquanto componente da formação docente, necessita ser ressignificada, ultrapassando o foco exclusivamente no letramento científico e incorporando dimensões didático-pedagógicas específicas, essenciais à prática educativa. Tal compreensão revela-se especialmente relevante no contexto da EPT, no qual a pesquisa configura-se como princípio pedagógico, voltada ao desenvolvimento de competências investigativas, da autonomia intelectual e de habilidades colaborativas, elementos fundamentais à formação integral proposta pelo EMI. Contudo, para que esse processo formativo se efetive, torna-se imprescindível que o docente articule o domínio científico com

competências pedagógicas, assegurando uma mediação qualificada na construção dos saberes (Silva; Fiori, 2021).

Além disso, 62,2% (n=28) dos respondentes referiu ter mais de 10 anos de experiência na EPT e 60% (n=27) afirmaram ter mais de 6 anos de atuação, especificamente no EMI. Esses dados indicam que, provavelmente, a maioria dos docentes acompanhou a consolidação da RFEPCT desde sua criação em 2008, demonstrando terem potencial conhecimento e familiaridade com os princípios norteadores e as particularidades do currículo integrado no contexto da EPT.

No entanto, a experiência docente, embora valiosa, não assegura por si só o domínio de abordagens pedagógicas voltadas à formação integral dos estudantes (Pasqualli; Viella; Vieira, 2023). Pesquisas evidenciam que muitos docentes, mesmo com extensa trajetória profissional, enfrentam dificuldades em incorporar temas como educação sexual em suas práticas, revelando lacunas na formação inicial e no percurso como educadores nos diferentes níveis educacionais. Essa limitação frequentemente resulta na manutenção de abordagens tradicionais e descontextualizadas (Peinado; Arnt; Giroto Júnior, 2019; Santos Neto, 2021; Maia; Lima Neto, 2022). A questão agrava-se pelo fato de que as práticas pedagógicas tendem a concentrar-se nos componentes curriculares específicos de suas áreas de conhecimento, negligenciando a perspectiva interdisciplinar e transversal essencial ao currículo integrado (Sousa; Moura, 2019).

3.3.2 Educação sexual no EMI: concepções e desafios dos docentes do Ifac

No presente estudo, identificou-se que apenas 23,1% (n=9) relataram desenvolver algum tipo de prática pedagógica voltada a educação sexual. Além disso, a autopercepção dos docentes quanto à sua aptidão para a abordagem da temática se mostrou inadequada, visto que 75,7% (n=34) manifestaram sentir-se pouco aptos ou nada aptos para desenvolver tais abordagens pedagógicas.

Consequentemente, quando questionados sobre os fatores que explicam sua inaptidão ou baixa aptidão, os docentes apontaram três principais razões: 1) lacunas de formação pedagógica inicial e continuada específica para a área (43,2%; n=19); 2) o desconforto em tratar de determinados conteúdos (22,1%; n=10) e 3) a insuficiente

integração curricular relacionada à educação sexual (20,8%; n=9). Os demais docentes indicaram outras razões ou não especificaram os motivos (13,9%; n=7).

Esses resultados corroboram com os achados da pesquisa realizada por Badarane (2021) com docentes do EMI, *Campus* Rio Branco, que evidenciou a restrição do tema a disciplinas específicas, abordagens reducionistas, práticas educativas esporádicas, isoladas e descontextualizadas e uso de estratégias didático-metodológicas inapropriadas. Tais resultados apontam que a temática tem sido tratada em desacordo com as diretrizes legais e políticas públicas que preconizam uma abordagem transversal e interdisciplinar (Cassiavillani; Albrecht, 2023), além de contrariar os princípios da educação plural, que exigem a integração de dimensões afetivas, sociais e culturais no processo formativo (Louro, 2014; 2018; Ramos, 2014; Brasil, 2019).

Essas evidências sinalizam para a existência de importantes desafios na inserção da educação sexual como componente curricular transversal e interdisciplinar no âmbito do EMI do Ifac, sugerindo a necessidade de uma análise dos múltiplos fatores que dificultam sua efetivação, bem como a elaboração de intervenções pedagógicas e organizacionais para superar tais limitações.

3.3.2.1 Lacunas na formação docente: barreiras às práticas educativas em sexualidade

Dentre os fatores limitantes, a ausência de formação pedagógica específica e adequada em educação sexual é um dos principais obstáculos para as práticas docentes nesse tema. Muitos professores da EPT não tiveram acesso, durante sua formação inicial ou continuada, a espaços que discutissem gênero, sexualidade e diversidade (Souza; Barbosa; Queiroz, 2017; Pires, 2019; Camargo, 2022).

Nesse contexto, no que se refere à formação pedagógica sobre temas relacionados à educação sexual ao longo do percurso como docente do EMI, 69,2% (n=27) dos participantes afirmaram não ter recebido ou participado de nenhum processo formativo específico sobre a temática durante sua trajetória profissional.

Quando questionados sobre a necessidade de formação pedagógica em educação sexual, os docentes apresentaram uma média de 3,64 na *Escala Likert* (1-5 pontos), revelando tendência moderadamente favorável a essa demanda formativa.

Esse resultado indica uma percepção positiva, considerando que valores próximos a 5 expressam forte concordância, enquanto valores próximos a 1 demonstram forte discordância.

Nesse sentido, Furlanetto *et al.* (2018), mediante revisão sistemática, identificaram que a insegurança didático-metodológica constitui fator preponderante para a não abordagem da educação sexual no espaço escolar. Outros estudos, demonstram que, mesmo em instituições com corpo docente altamente qualificado, as intervenções pedagógicas voltadas à sexualidade, frequentemente, não se efetivam em virtude de lacunas formativas específicas (Castro, 2018; Pedroso, 2018).

A ausência de espaços formativos adequados na EPT contribui para o desconhecimento do tema e o receio em abordá-lo levando muitos docentes a evitarem ou tratarem as questões relacionadas a educação sexual de forma superficial, sendo escassa a discussão de gênero e sexualidade em cursos de formação de professores, e mesmo quando reconhecem a importância dessa temática, nem todos os professores manifestam desejo de participar de capacitações (Correr; Matos; Picolo, 2024; Picolo, 2024).

Com relação aos docentes que são indiferentes e/ou consideram a formação em educação sexual irrelevante no contexto do EMI, observa-se que, normalmente, associam sua abordagem ao domínio familiar ou religioso, temem controvérsias ou consideram o tema restrito a determinadas disciplinas (Madureira; Branco, 2015; Gesser; Castro; Panisson, 2015). De modo similar, profissionais com formação predominantemente tecnicista tendem a estabelecer hierarquização de saberes, privilegiando conteúdos técnico-científicos de suas áreas de especialidade e subordinando temas transversais a um plano secundário no processo formativo (Quirino; Rocha, 2012).

No que concerne à formação docente em educação sexual, é imperativo destacar que sua efetivação no âmbito da EPT demanda processos formativos que transcendam a mero tecnicismo, promovendo a articulação entre saberes disciplinares, curriculares e experienciais, a fim de potencializar a segurança didático-metodológica dos docentes e incentivar a abordagem da temática de maneira transversal e interdisciplinar (França; Calsa, 2011; Franco; Santos; Maio, 2018; Guimarães *et al.*, 2023).

Moura (2007; 2008; 2014), ao defender uma formação docente que transcenda a mera instrumentalização didática e se oriente por uma perspectiva humanizadora e crítica, pressupõe que o processo formativo deve estar em consonância com os princípios norteadores da EPT. Essa perspectiva alinha-se com a concepção de Freire (1987), que concebe o docente como mediador do processo educativo, superando a educação bancária por uma prática pedagógica dialógica, reflexiva e transformadora.

Depreende-se, portanto, que a formação pedagógica em educação sexual deve contemplar o desenvolvimento de competências que articulem o domínio técnico-científico com posicionamento crítico perante as demandas socioeducacionais contemporâneas, recusando a redução da prática educativa à lógica do mercado (Fioravanti; Brancher; Moreira, 2020; Nogueira; Cavalcanti; Cavalcante, 2021). Tal formação deve habilitar o docente como agente de transformação social, conjugando rigor técnico com compromisso político e humanista, representando avanço teórico-conceitual ao propor a integração das dimensões técnica, humana e política na constituição identitária do profissional docente (Libâneo, 2018).

3.3.2.2 Tradicionalismo e resistências docentes: obstáculos socioculturais à educação sexual

A esse panorama somam-se desafios decorrentes do desconhecimento sobre a importância da educação sexual e da persistência de mitos e tabus sociais e culturais, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Esses fatores promovem desconforto entre estudantes e docentes, contribuindo para o silenciamento e a negação da relevância desse tema educativo, conforme evidenciado nas falas dos docentes apresentadas no Quadro 1.

A análise do DSC revelou que os docentes utilizam argumentos baseados no senso comum e em valores axiológicos, refletindo suas concepções sobre a educação sexual no EMI do Ifac. Observou-se também a tendência de valorização dos conhecimentos propedêuticos e técnico-profissionais em detrimento de temáticas interdisciplinares e transversais (Quadro 1). Tais concepções inter-relacionam-se e influenciam significativamente as percepções individuais sobre as possibilidades e limitações do desenvolvimento de práticas educativas nesse campo. Os docentes tendem a considerar a educação sexual um tema difícil e inadequado para o ambiente

escolar, restringindo assim a promoção de uma educação inclusiva e crítica nesse contexto (Altmann, 2013).

Quadro 1 – A (des)importância das práticas educativas em educação sexual e (super)valorização dos conteúdos da formação geral e técnica no currículo integrado na concepção dos docentes do EMI do Ifac.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Exemplos de fragmentos das falas utilizadas na elaboração do DSC
Tematização irrelevante para o contexto do currículo integrado	“Essa <u>temática é inócua</u> e que ocuparia um tempo precioso que deveria ser destinado a <u>algo mais útil na vida futura dos alunos</u>.” (Docente 15) “Não trabalhei e <u>não acho necessário trazer isso para sala de aula</u>.” (Docente 41)
Valorização dos conteúdos básicos, técnicos e, por vezes, já obsoletos e tangenciamento da educação sexual no currículo integrado	“Na minha opinião, as matérias já existentes estão devendo e muito aos alunos, diversos temas científicos dentro da Biologia, Física, Química, Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Educação <u>Moral e Cívica</u>, <u>Organização Política Brasileira</u>, Direito Constitucional, quando indagado aos alunos eles nunca correspondem às expectativas.” (Docente 29) “Escola <u>deve ter outras preocupações, as quais estão sendo defasadas</u> com o passar dos anos. Por exemplo, História, Matemática, Língua Portuguesa, onde o <u>conhecimento básico</u> apresentado pelos alunos que ascendem ao Ensino Médio é baixíssimo, algo alarmante, raros são os casos que destoam dessa situação.” (Docente 4)

Fonte: Dados da pesquisa.

Reconhece-se que nenhum docente constitui uma *tabula rasa* em sala de aula, uma vez que cada profissional carrega consigo sua trajetória de vida e convicções que integram sua construção social e cultural. Deve-se considerar que muitos educadores receberam sua educação sexual em períodos históricos nos quais a sociedade estava permeada por tabus e preconceitos acerca das questões relacionadas à sexualidade, ou sequer tiveram acesso a essa formação, o que repercute diretamente em sua prática profissional (Choé, 2022; Barbosa *et al.*, 2023).

Por essa razão, muitos docentes não se sentem suficientemente confortáveis, seguros ou preparados para abordar determinados temas, gerando resistências que dificultam a inserção da educação sexual em sua prática pedagógica. Essa dinâmica promove o que Santos *et al.* (2014, p.1) denominam como “acordo tácito de silêncio, dissimulação e negação a respeito da sexualidade” nas escolas, com reflexos diretos na saúde sexual dos estudantes.

Ademais, para a abordagem de quaisquer temáticas no ambiente escolar, é fundamental que as posturas individuais dos docentes não sejam priorizadas. Embora se reconheça que os sujeitos são constituídos por múltiplos discursos, é imprescindível considerar que determinadas concepções pessoais podem se afastar dos princípios de inclusão, equidade e justiça social que orientam os processos educativos contemporâneos (Silva; Guimarães, 2022).

Dessa forma, considera-se que, ainda que a escola não detenha o poder de determinar de forma definitiva as identidades sociais dos indivíduos, mas é inegável que suas proposições, imposições ou proibições, veiculadas por meio do currículo (seja ele formal, oculto ou vivido), das práticas pedagógicas, das normas institucionais e das relações sociais que nela se estabelecem, geram “efeitos de verdade” que moldam a percepção da realidade e impactam diretamente as trajetórias dos estudantes, desempenhando um papel crucial na construção e consolidação de políticas educacionais e na formação de subjetividades e identidades (Louro, 2018).

Por conseguinte, sua potência formativa na constituição dos sujeitos não deve ser subestimada, mas orientada em prol de uma educação pluralista que reconheça o discurso não apenas como “instrumento e efeito de poder”, mas também “obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (Foucault, 1999, p.97). Portanto, a responsabilidade ética e política da escola e de seus profissionais reside em garantir que a abordagem dessas temáticas esteja em consonância com os princípios de uma educação libertadora, inclusiva e emancipatória.

3.3.2.3 Disputa de responsabilidade: tensionamentos ideológicos e políticos como entraves às práticas docentes em educação sexual

No contexto político-educacional brasileiro recente, observa-se uma significativa influência de posicionamentos ultraconservadores, provenientes de esferas políticas e religiosas, sobre os direcionamentos educacionais. Essa conjuntura gerou um intenso cenário de disputas ideológicas e narrativas, particularmente no que se refere à abordagem de questões relativas a gênero e sexualidade na escola (Miskolci; Campana, 2017). Nessa arena pública de embates, destacou-se a expressão “ideologia de gênero”, frequentemente empregada por setores

conservadores para desqualificar a importância do debate sobre a temática no ambiente escolar (Junqueira, 2018). Tais discursos associam a educação sexual a um suposto intuito de doutrinação, alienação ou erotização das crianças e adolescentes, conforme nos assevera Balieiro (2018).

Para seus críticos, “gênero” seria o nome de uma “ideologia”, de definição tão abrangente quanto difusa, de consequências nocivas a crianças e adolescentes. Nos posicionamentos mais diversos de seus opositores, diagnostica-se sua presumida indução à homossexualidade, à pedofilia e até mesmo ao comunismo (Balieiro, 2018, p. 9).

Essa narrativa e “pânico moral coletivo” constitui uma falácia, utilizando desonestidade intelectual e formulando argumentos sem fundamentos científicos (Reis; Eggert, 2017). Assim, a propagação dessa retórica contribuiu para retrocessos no campo da educação sexual, buscando, em alguns casos, incitar a desconfiança em relação aos educadores e defender a primazia (ou exclusividade) da família na educação moral e sexual dos filhos.

Nesse cenário, entre 2014 e 2022, foram apresentados 217 projetos de lei no Brasil destinados a proibir explicitamente o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas. Nesse cenário de polarização, essas questões tornaram-se um foco central de discussões e polêmicas, tanto no interior quanto fora dos ambientes escolares (Paulo, 2023). Assim, essas tensões e controvérsias constituem-se como um importante desafio para a efetivação das abordagens pedagógicas em educação sexual mesmo em uma modalidade educacional como a EPT.

Diante disso, as controvérsias sobre qual é o papel da escola e de quem é a responsabilidade pela educação sexual são notórias. Frequentemente, as famílias se isentam de abordar o assunto em casa, tratando-o com indiferença ou transferindo essa atribuição integralmente para a instituição escolar (Sfair; Bittar; Lopes, 2015). Em contrapartida, parte desses mesmos grupos familiares repudia ativamente a abordagem escolar da temática, considerando-a disruptiva aos valores domésticos e influenciada por preceitos morais e religiosos (Brandão; Lopes, 2018).

Em decorrência desse quadro controverso, somado à ausência de formação adequada, parte dos docentes enfrentam desconforto e receio em trabalhar com essas temáticas. O medo de conflitos com pais ou com os próprios alunos, e a concepção de que a temática é irrelevante, levam muitos profissionais a evitarem,

abordar superficialmente ou silenciar sobre o tema em suas práticas pedagógicas (Groff; Maheirie; Mendes, 2016; Manchini; Jacinto; Silva, 2020). Frequentemente, tentam transferir a tarefa de discutir sexualidade para a família ou para outras áreas do conhecimento por não compreenderem sua importância e seu caráter interdisciplinar e transversal, ou mesmo para outros profissionais, conforme evidenciado nos discursos destacados no Quadro 2.

Quadro 2 – Concepções dos docentes do EMI do Ifac sobre a transferência da responsabilidade da educação sexual para o âmbito familiar.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Exemplos de fragmentos das falas utilizadas na elaboração do DSC
<i>Responsabilização da educação sexual exclusivamente à esfera familiar</i>	“Creio que a educação sexual seja uma educação que <u>deva começar em casa</u> e os alunos desenvolvem ao longo de suas vidas, nos diálogos e entendimentos diários pela convivência entre eles.” (Docente 8) <u>“Os pais é que tem que fazerem esse trabalho”</u> (Docente 33)

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa atitude docente, impulsionada pelo contexto de vigilância e normatização, compromete o caráter formativo do ambiente escolar, especialmente no contexto do currículo integrado. A EPT, em sua proposta de formação integral e emancipatória, busca preparar sujeitos críticos para o exercício da cidadania, a promoção dos direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades sociais, incluindo aquelas relacionadas a gênero e sexualidade (Machado, 2008; Amorim; Rocha, 2024).

3.3.2.4 Concepções reducionistas: limitação docente à educação sexual

A análise do DSC revelou outro fator que compromete a inserção da educação sexual no EMI, relacionado às concepções restritivas dos próprios docentes sobre a temática (Quadro 3). Essas concepções caracterizam-se por uma abordagem predominantemente centrada em aspectos biológicos e preventivos, comprometendo a compreensão dos aspectos mais abrangentes da sexualidade.

Quadro 3 – Concepção reducionista da educação sexual pelos docentes do EMI do Ifac.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Exemplos de fragmentos das falas utilizadas na elaboração do DSC
Reduccionismos acerca de gênero, sexualidade, identidade e diversidade	<u>“Essa temática deve ser tratada nas disciplinas das áreas de ciências da natureza</u>, não tem relação com as minhas disciplinas” (Docente 25) “O sexo é uma coisa individual de cada ser humano, <u>uma questão de opção.</u>” (Docente 10).

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa perspectiva limitada observada entre os docentes é corroborada pelo fato de que 84,6% (n=33) dos participantes da pesquisa que realizaram alguma prática pedagógica voltada à sexualidade no EMI do Ifac concebem a educação sexual como estratégia de redução de comportamentos sexuais considerados de risco, priorizando aspectos preventivos relacionados à gravidez não planejada e às infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

As dimensões mais amplas da sexualidade, como direitos sexuais e reprodutivos, diversidade de gênero, relações afetivas e aspectos socioculturais, aparecem de forma tangencial ou superficial nas afirmativas dos participantes. Essa abordagem reducionista reflete uma problemática mais ampla da educação sexual no ambiente escolar brasileiro, que permanece restrita a uma compreensão limitada da sexualidade (Furlanetto *et al.*, 2018).

Os conteúdos relacionados à sexualidade são frequentemente abordados de maneira superficial, vinculando-a essencialmente a aspectos reprodutivos e sanitários, enquanto negligenciam dimensões sociais, culturais, afetivas e psicológicas intrínsecas ao desenvolvimento humano (Altmann, 2013; Campos, 2015).

Esse modelo preventivista influencia tanto a prática pedagógica quanto a percepção dos estudantes, que frequentemente associam a temática da sexualidade, quando presente nas escolas, exclusivamente à prevenção de agravos à saúde (Gava; Villela, 2016). Como resultado, reforça-se a concepção de que a sexualidade constitui um fenômeno de cunho exclusivamente biológico, desconsiderando suas expressões como componente constitutivo da identidade e das relações sociais (Furlani, 2016).

Nesse sentido, Silva e Guimarães (2022) afirmaram que:

Abordagens científicas, que tentam explicar a sexualidade humana em termos exclusivamente biológicos como se os significados sobre o corpo e as práticas sexuais fossem imutáveis e/ou descontextualizados das configurações históricas e culturais de sua produção, dificultam uma educação sexual que problematize e compreenda o corpo como objeto interpretado pela cultura. Dessa maneira, para o estudo da sexualidade em suas práticas culturais, valorizando os sujeitos, suas relações e formas de vivenciar o corpo, devemos apostar numa educação que tenha como escopo a diversidade humana (Silva; Guimarães, 2022, p.163).

Os estudantes, por sua vez, frequentemente manifestam questionamentos fundamentais acerca de suas vivências corporais e da construção identitária, uma vez que desenvolvem conhecimentos experienciais baseados, em grande medida, em concepções inadequadas que permanecem não problematizados no ambiente escolar. Essa condição os expõe a situações de vulnerabilidade no que diz respeito ao bem-estar físico e emocional. Contudo, em vez de uma educação sexual pautada nas demandas reais dos discentes, predomina uma abordagem que reduz a sexualidade a seus aspectos estritamente biológicos, relegando suas dimensões socioculturais a um plano secundário (Silva; Guimarães, 2022).

Ademais, a ausência de formação docente específica sobre educação sexual contribui para a perpetuação dessa lógica reducionista, uma vez que muitos professores se sentem despreparados para abordar temas considerados polêmicos ou complexos, preferindo restringir-se aos conteúdos técnico-biológicos e resulta em práticas pedagógicas que reproduzem concepções normativas, biologistas e preventivas sobre corpo, gênero e sexualidade (Melo; Pacheco; Freitas, 2020). Assim, evidencia-se a necessidade de superação desse modelo em direção a uma abordagem que contemple a sexualidade como fenômeno multidimensional, articulado aos direitos humanos, à diversidade sexual e à promoção da equidade de gênero (Figueiró, 2009).

Quando questionados sobre a finalidade da educação sexual no EMI, emergiu um aspecto promissor. Embora em número reduzido (13,9%; n=7), alguns docentes que desenvolveram práticas pedagógicas sobre sexualidade no Ifac buscaram promover a formação humana integral e omnilateral dos estudantes. Essa perspectiva evidencia a potencialidade de conciliar a formação técnica e geral com uma educação

humanizadora, fundamentada em uma abordagem crítica, inclusiva e de transformação social no contexto do EMI (Frigotto, 2024).

Dessa forma, esse achado “esperançoso” indica que, apesar das adversidades, há docentes que buscam inserir práticas pedagógicas dialógicas em educação sexual. Essas práticas refletem a perspectiva freireana da estreita relação necessária entre docentes e estudantes, na qual ocorre uma transformação mútua durante o processo educativo, com ambos aprendendo e ensinando simultaneamente. Portanto, para uma aprendizagem efetiva, torna-se imprescindível uma prática pedagógica problematizadora que considere o educando como agente ativo. Nesse sentido, intervenções e metodologias motivadoras que promovam o diálogo e atendam às necessidades dos alunos são cruciais, incentivando e gerando um aprendizado mais próximo da realidade individual (Freire, 1987; Moreira, 2011).

Essa postura docente materializa a concepção freireana de que “esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir” (Freire, 1992, p.11), configurando-se como resistência ativa e compromisso ético-político com a formação integral dos estudantes. Assim, esses profissionais, ainda que constituam uma minoria, representam a possibilidade de transformação pedagógica que podem contribuir com mudanças mais amplas no Ifac.

3.3.2.5 Invisibilidade da educação sexual no currículo integrado: entrave à interdisciplinaridade e à transversalidade

Outro fator determinante que limita a inserção de práticas pedagógicas relacionadas à educação sexual reside na ausência de sua incorporação nos projetos político-pedagógicos dos cursos do EMI do Ifac, bem como no desconhecimento acerca das potencialidades da interdisciplinaridade e da transversalidade na abordagem dessa temática, conforme evidenciado nos discursos docentes (Quadro 4).

Essa lacuna curricular revela um distanciamento entre as bases conceituais e os princípios que orientam a EPT e as práticas pedagógicas efetivamente realizadas no que tange à educação sexual. O Ifac, especialmente por meio do EMI, configura-se como um espaço privilegiado para a formação integral, omnilateral e politécnica dos estudantes, devendo contemplar, em seu currículo, conteúdos relacionados ao

meio ambiente, ao corpo e à saúde, dentre outros, a fim de prepará-los para a vida em sociedade e para o mundo do trabalho (Azevedo; Silva; Medeiros, 2015; Sant’Ana; Nogueira; Brito, 2020).

Quadro 4 – Ausência de integração curricular e desconhecimento docente acerca da abordagem transversal e interdisciplinar da educação sexual no EMI do Ifac.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Exemplos de fragmentos das falas utilizadas na elaboração do DSC
Desconhecimento acerca da abordagem transversal e interdisciplinar e falta de integração curricular da educação sexual	“A matemática <u>não se aplica nessa área do conhecimento</u>, pelo menos que eu tenha conhecimento, e se tiver eu gostaria de ser informado.” (Docente 5) “<u>No PPP do meu curso não tem nada que exija que temos que trabalhar com educação sexual nas nossas disciplinas</u>” (Docente 37)

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse contexto, as questões vinculadas à sexualidade devem ser inseridas no EMI mediante a adaptação curricular às especificidades de cada realidade educacional. As propostas pedagógicas voltadas à educação sexual, além de estarem respaldadas por arcabouço legal, assim como por políticas públicas educacionais e de saúde (Cassiavillani; Albrecht, 2023), precisam dialogar com as novas demandas socioculturais, ampliando as possibilidades de aprendizagem (Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021; Gemaque; Cavalcanti; Jesus, 2021), superando uma concepção fragmentada e compartimentada de ensino e adotar uma concepção de currículo integrado, fundamentada no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico das práticas formativas no âmbito da EPT (Frigotto, 2024).

Todavia, embora a educação sexual escolar implique uma abordagem transversal e interdisciplinar em suas práticas, os resultados deste estudo indicam a persistência de uma divergência entre o que é preconizado pelas normativas e os princípios orientadores da EPT e a forma como as ações são efetivamente conduzidas no contexto educacional (Bessa *et al.*, 2019).

Para além da existência de diretrizes que recomendam a transversalidade e interdisciplinaridade, torna-se necessário refletir sobre as condições concretas oferecidas aos docentes para a efetivação do que é proposto. Reitera-se, portanto, que a ausência de formação específica e de condições institucionais adequadas se configura como um dos entraves à inserção de uma educação sexual (Camargo,

2022). Além disso, a persistência do silêncio e da invisibilidade dessa temática contribui para a perpetuação de preconceitos, desigualdades e violência, impactando diretamente a vivência e a formação integral dos estudantes.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, evidenciou-se um cenário complexo de desafios para a consolidação da educação sexual, marcado pela dissonância entre os princípios da formação integral da EPT e as concepções e práticas docentes efetivamente desenvolvidas no EMI do Ifac. Identificaram-se desafios inter-relacionados, como: ausência de formação docente inicial e continuada específica, concepções inadequadas sobre a relevância da temática, tradicionalismo e resistências socioculturais, transferência da responsabilidade exclusivamente às famílias, predominância de abordagens reducionistas centradas em aspectos biológicos ou preventivos e invisibilidade curricular de questões concernentes a gênero, sexualidade, identidade, diversidade, saúde sexual e reprodutiva.

Para superar esses obstáculos, são necessárias estratégias organizacionais que priorizem a formação continuada dos docentes. Essa formação deve pautar-se em perspectivas emancipatórias e desenvolver competências pedagógicas para abordagens interdisciplinares da educação sexual no contexto do EMI.

Paralelamente, torna-se essencial promover a reestruturação curricular que assegure a institucionalização da educação sexual através de eixos transversais e a criação de Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual, como já implantados em outros Institutos Federais, bem como a ampliação da articulação e o diálogo com as famílias e a comunidade intra e extraescolar.

Os dados desta análise situacional podem servir como referência para a construção de uma proposta de qualificação docente centrada em práticas pedagógicas críticas sobre educação sexual na EPT, contribuindo para a efetivação de uma educação verdadeiramente integral e transformadora.

Por fim, espera-se que o presente estudo, embora apresente limitações, como a amostragem por conveniência que pode ter introduzido vieses de seleção, a não inclusão das perspectivas discentes, das famílias e da equipe gestora, bem como a

desconsideração de possíveis diferenças entre os diversos *campi* da instituição, que podem refletir contextos socioculturais distintos.

Não obstante essas limitações, espera-se que este estudo contribua para a superação da dualidade entre teoria e prática, estimulando novas pesquisas sobre a temática e a construção de uma EPT comprometida com uma formação crítica, plural e inclusiva, bem como com a desconstrução de concepções reducionistas e dos silenciamentos que historicamente permeiam a abordagem escolar da educação sexual.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.13, p.69-82, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000100004>. Acesso em: 02 abr. 2025.

AMORIM, G. J.; ROCHA, J. A. A formação integrada nos institutos federais: qual o princípio pedagógico? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.24, p.1-17, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15213>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 05 fev. 2025.

AZEVEDO, M. A.; SILVA, C. D.; MEDEIROS, D. L. M. Educação profissional e currículo integrado para o ensino médio: elementos necessários ao protagonismo juvenil. **Holos**, v.4, p.77-88, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.3190>. Acesso em: 15 maio 2025.

BADARANE, A. M. **Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/mpecim/menu/dissertacoes/turma-2018/dissertacao-amanda-moura-badarane.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BADARANE, A. M. FREITAS, F. E. L. Concepções multifacetadas de sexualidade em uma instituição de educação profissional. **Anais do X CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109544>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral das crianças sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n.53, p.1-15, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BARBOSA, V. P. *et al.* Educação sexual no contexto escolar: o olhar docente sobre a questão. **Revista Latino-Americana de Diversidade e Inclusão**, v.3, n.7, p.1-31, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/reladi/article/view/64>.

Acesso em: 02 abr. 2025.

BATISTA, A. M. D. *et al.* O uso do discurso do sujeito coletivo para a análise de dados qualitativos no campo da educação. **Revista Humanidades & Inovação**, v.8, n.36, p.130-142, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4273>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BERMUDES, W. L. *et al.* Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Vértices**, v.18, n.2, p.7-20, 2016. Disponível em:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.v18n216-01>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BESSA, C. R. L. *et al.* Interdisciplinaridade no ensino médio integrado: considerações para uma formação omnilateral. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.9, p.1-16, 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.15628/rbept.2020.9496>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRANDÃO, E. R.; LOPES, R. F. F. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação.

Civitas: Revista de Ciências Sociais, v.18, n.1, p.100-123, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28265>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 2021. Seção 1, p. 19. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 5 fev. 2025.

CAMARGO, D. **Formação continuada em gênero e sexualidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. 2022. 280f. Dissertação (Mestrado) –

Universidade Católica de Santos, Santos, 2022. Disponível em:

<https://tede.unisantos.br/handle/tede/7883>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CAMARGO, D. Programa de inclusão e diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.13516>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CAMPOS, L. M. L. Gênero e diversidade sexual na escola: a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. **Ciência & Educação**, v.21, n.4, p.I-IV, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320150040001>. Acesso em: 03 maio 2025.

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v.39, p.1-23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469839794> Acesso em: 28 mar. 2025.

CASTRO, M. G (org.) **Juventude, gênero, sexualidade, família e escola**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2018. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2018/12/Cadernos-Flacso-N-14-Juventude-Ge%CC%82nero-Sexualidade-Fami%CC%81lia-e-Escola.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CHOÉ, J. F. C. Educação sexual escolar: percepção dos alunos e professores. **Horizontes**, v.40, n.1, p.1-31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1340>. Acesso em: 02 abr. 2025.

Clavatta, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade *In*: FRIGOTTO, G.; Clavatta, M.; Ramos, M. N. (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CORRER, R.; MATOS, J. M. C.; PICOLO, G. S. Ensino médio, gênero e educação em sexualidade: conhecimentos e práticas de professores. Ensino médio, gênero e educação em sexualidade: conhecimentos e práticas de professores. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v.17, n.10, p.1-25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.10-187>. Acesso em: 28 mar. 2025.

COSTA JÚNIOR, J. F. *et al.* Um estudo sobre o uso da escala de *Likert* na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v.17, n.1, p.360-376, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-021>. Acesso em: 22 mar. 2025.

DRABACH, N. P. A escola unitária em Gramsci e a educação profissional no Brasil. **Trabalho necessário**, v.16, n.31, p.263-283, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 05 fev. 2025.

FEIJÓ, J. P. **EPT no ensino médio: institutos federais e escola unitária**. 2022. 120f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69194>. Acesso em: 05 fev. 2025.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.141-171. Disponível em: https://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/Educacao_Sexual_Multiplos_Temas.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

FIORAVANTI, T. S.; BRANCHER, V. R.; MOREIRA, H. C. Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v.1, p.207-219, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/article/view/e202025>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

FOWLER JR., F. J. **Pesquisa de levantamento**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

FRANÇA, F. F.; CALSA, G. C. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, v.24, n.2, p.111-120, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2828>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FRANCO, N.; SANTOS, W. B.; MAIO, E. R. Docentes da educação básica e a compreensão da sexualidade como conteúdo curricular. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades**, v.2, n.2, p. 27-53, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/view/5114/4086>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 336p. Disponível em: <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1992-pedagogia-da-esperanca.pdf/view>. Acesso em: 10 maio 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 129p. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

FRIGOTTO, G. Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.24, p.1-18, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17172>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v.48, n.168, p.550-571, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145084> Acesso em: 07 fev. 2025.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 343p.

GAVA, T.; VILLELA, W. V. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 24, p.157-171, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07.a>. Acesso em: 03 maio 2025.

GEMAQUE, R. S.; CAVALCANTI, N. C. S. B.; JESUS, J. G. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.13516>. Acesso em: 15 mar. 2025.

GENARO, L. E. *et al.* Discurso do sujeito coletivo: bases conceituais, enfoques e aplicações em pesquisas qualitativas. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v.12, n.32, p.553-569, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2024.v.12.n.32.739>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; PANISSON, G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, v.27, n.3, p.558-568, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p558>. Acesso em: 28 mar. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

GROFF, A. R.; MAHEIRIE, K.; MENDES, P. O. S. P. A educação sexual e a formação de professores/as: um convite ao dissenso. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp2, p.1431-1444, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8329>. Acesso em: 30 abr. 2025.

GUIMARÃES, E. B. M. *et al.* Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, v.39, p.1-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841675>. Acesso em: 28 mar. 2025.

INOCÊNCIO, J. V.; GARZONI, L. C.; MARCUSSO, M. F. Horizontes para uma educação emancipatória: a articulação entre gênero, sexualidade e mundo do trabalho na EPT a partir de uma sequência didática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12882/pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista de Psicologia Política**, v.18, n.43, p.449-502, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004. Acesso em: 15 abr. 2025.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, v.38, n.139, p.331-354, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>. Acesso em: 22 mar. 2025.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.23, n.2, p.502-507, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072014000000014>. Acesso em: 22 mar. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. Editora: Cortez, 2018, 288.p.

LOCATELLI, C. A pós-graduação para os professores da educação básica: um estudo a partir dos planos estaduais de educação. **Educar em Revista**, v.37, p.1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.70684>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184 p.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 224 p.

MACHADO, L. R. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.1, p.8-22, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, v.23, n.3, p.577-591, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-05>. Acesso em: 20 maio 2024.

MAIA, R. N.; LIMA NETO, A. A. Erotizar o currículo e (re)integrar as sexualidades na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.22, p.1-15, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2022.13698>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MANCHINI, I. C.; JACINTO, J. C.; SILVA, R. D. A sexualidade silenciada no ambiente escolar e as contribuições da série *Sex Education*. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. esp3, p.1780-1792, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14276>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MARTINS, M. F. Gramsci, educação e escola unitária. **Educação e Pesquisa**, v.47, p.1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 05 fev. 2025.

MELO, S. M. M.; PACHECO, R. V.; FREITAS, M. Educação sexual emancipatória e o pensamento crítico: reflexões sobre saberes e fazeres do grupo EDUSEX.

Poiésis, v.14, n.26, p.438-453, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/9780/5466>. Acesso em: 10 maio 2025.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de Gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.32, n.3, p.725-747, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em: 08 abr. 2025.

MOLL, J. *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. 2.ed. São Paulo: E.P.U Ltda., 2011.

MOURA, D. H. A Formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.1, p.23-38, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2008.2863>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v.2, p.4-30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11> Acesso em: 28 mar. 2025.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. 112 p.

NOGUEIRA, N. M.; CAVALCANTI, N. C. S. B; CAVALCANTE, I. F. Mapeamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica: as políticas de diálogos inclusão nos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-19, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13518>. Acesso em: 28 mar. 2025.

OLIVEIRA, R. Ensino Médio Integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.23, p.1-17, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688/3721>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PASQUALLI, R.; VIELLA, M. A.; VIEIRA, J. A. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Educar em Revista**, v.39, p.1-20, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.73172>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PAULO, V. S. Ensino de gênero nas escolas: projetos e discursos em disputa. **Anais do Colóquio de História Unicap e VII Colóquio do PPGH: Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: Desafios e Perspectivas**, v.17, p.183-193, 2023. Disponível em:

<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/2665>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PEDROSO, I. Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: primeiras aproximações. **Anais do IV CONEPT...** Araraquara, 2018. Disponível em: <https://ocs.ifsp.edu.br/conept/iv-conept/paper/viewFile/4021/794>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PEINADO, G. L. R.; ARNT, A. M.; GIROTTO JÚNIOR, G. Educação Sexual no currículo escolar e na formação docente. **Anais do XII ENPEC...** Natal, 2019. Disponível em: <https://abrapec.com/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R1014-1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PEREIRA, D. O.; ALVES, G. S. Educação profissional: do paradigma fragmentado a uma pedagogia da integração. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.20, p.1-18, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10117>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PICOLO, G. S. **Educação integral em sexualidade na escola: concepções de professores/as e gestores/as da rede pública e privada de ensino médio**. 2024. 287f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2024. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/ed4defed-b720-4be9-9c5d-06a0ca7785ef>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PIRES, F. T. A formação e a atuação docente na educação profissional e tecnológica: o que revelam as pesquisas dos últimos dez anos? v.2, n.17, p.1-15, 2019. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8573>. Acesso em: 28 mar. 2025.

QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, n.43, p.205-224, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000100014>. Acesso em: 20 maio 2024.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Caderno de Pesquisa em Educação**, v.19, n.39, p.1-29, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 28 mar. 2025.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2025.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de Gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v.38, n.138, p.9-26, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SALES, F.; SOUZA, F. C.; JOHN, V. M. O emprego da abordagem DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) na pesquisa em educação. **Linhas**, v.8, n.1, p.124-145, 2007. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1361>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SANT'ANA, W. P.; NOGUEIRA, S. M. S.; BRITO, W. A. Reflexões sobre o currículo integrado na educação profissional e tecnológica: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.18, p.1-9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2020.8813>. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS NETO, J. T. Diversidade sexual e de gênero no currículo escolar e na formação docente: desafios e práticas de respeito. **Revista de ciências sociais**, v.52, n.3, p.111-132, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/rcs.52.3.d05>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SANTOS, N. *et al.* Discutindo a sexualidade com alunos do Ensino Médio. **Anais do IV PIBID – URI**. Erechim, p.1-3, 2014. Disponível em: https://san.uri.br/sites/anais/anaispibid2014/PIBID-Resumos/biologia/nataliadossantosresumo_22295_522.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

SAVIANI, D. Pós-graduação em educação e a especificidade da pesquisa educacional. **Argumentos Pró-Educação**, v.2, n.4, p.3-19, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24280/ape.v2i4.184>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde e Sociedade**, v.24, n.2, p.620-632, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200018>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SILVA, M. F.; FIORI, A. P. S. M. A pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional e tecnológica. In: SILVA, C. N. N.; ROSA, D. S. (orgs.). **As bases conceituais na EPT**. Brasília: Grupo Nova Paideia, 2021. p.163-178. Disponível em: <https://doi.org/10.36732/EditoraNovaPaideia.2021.231>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SILVA, T. S.; GUIMARÃES, K. N. Desafios da educação sexual na escola: reflexões sobre gênero e sexualidade a partir dos discursos de professores de uma escola pública em João Pessoa-PB. **Porto das Letras**, v.8, n.4, p.163-192, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11567>. Acesso em: 02 abr. 2025.

SOUSA, L. M. A.; MOURA, M. G. C. A especificidade da docência na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.16, p.1-17, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7506>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SOUZA, M. L.; BARBOSA, A. M. A; QUEIROZ, M. S. B. A experiência de uma proposta formativa envolta nas questões de gênero e diversidade sexual sob o olhar

da(os) formadora(es). *In*: DIAS, A. F. *et al.* (orgs.) **Gênero e sexualidades**: entre invenções e desarticulações. Aracaju: IFS, 2017.105-107 p. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1185>. Acesso em: 28 mar. 2025.

VALENÇA, C. R.; CARVALHO, K. L. Gênero, sexualidade e protagonismo juvenil: relato de uma experiência no CEFET-RJ. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.20, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10516>. Acesso em: 01 fev. 2025.

4 ARTIGO III

DO MAPEAMENTO AO CATÁLOGO: “PRODUTO (DES)EDUCACIONAL” EM SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar o mapeamento sistemático de Produtos Educacionais (PEs) do ProfEPT e descrever o desenvolvimento de um catálogo como estratégia didático-metodológica para incentivar práticas educativas dialógicas em educação sexual no Ensino Médio Integrado (EMI). A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, utilizou o mapeamento sistemático como procedimento metodológico, estruturado em três etapas principais: 1) Planejamento, que envolveu o estabelecimento da questão norteadora e dos objetivos do Produto Educacional (PE); 2) Seleção, consistindo na busca dos PEs nos sites do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), repositórios institucionais, Observatório do ProfEPT e portal eduCAPES; e 3) Análise e síntese, caracterizada pela organização dos 27 PEs selecionados em matriz analítica, à luz dos pressupostos e normativas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para produtos educacionais, culminando no desenvolvimento do catálogo. Os resultados do mapeamento identificaram que os PEs sobre educação sexual foram desenvolvidos em 19 das 40 instituições da Rede Federal que oferecem o ProfEPT. Os produtos foram classificados em cinco categorias de recursos técnico-tecnológicos, demonstrando diversidade metodológica que inclui sequências didáticas, cartilhas, jogos educacionais, rodas de conversa, podcasts e manuais orientadores. O catálogo “Onde o saber encontra o corpo” foi desenvolvido como “Produto (Des)Educativo”, articulando conhecimentos científicos com reflexões políticas, sociais e culturais para promover uma compreensão ampla e multifacetada da sexualidade. O catálogo configura-se como uma contribuição para a área da educação sexual e para o EMI, disponibilizando aos docentes um repertório estruturado de metodologias capazes de contemplar diferentes estilos de aprendizagem e auxiliar na redução de lacunas formativas. A natureza provocativa da terminologia Produto (Des)Educativo serve como convite à reflexão crítica, desafiando os docentes a transcenderem abordagens reducionistas. Mais que um produto acabado, o material se apresenta como um ponto de partida para a superação de desafios e a construção colaborativa de uma educação sexual, crítica e inclusiva na EPT, alinhada às demandas contemporâneas da formação profissional integral.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica; educação sexual; produtos educacionais; mapeamento sistemático; formação integral.

Abstract

This study aimed to analyze the systematic mapping of Educational Products (EPs) from ProfEPT and describe the development of a catalog as a didactic-methodological strategy to encourage dialogical educational practices in sexual education within Integrated High School (IHS). The research, applied in nature with a qualitative approach, employed systematic mapping as the methodological procedure, structured in three main stages: 1) Planning, which involved establishing the guiding question and objectives of the Educational Product (EP); 2) Selection, consisting of searching for EPs on the Professional Master's Program in Professional and Technological

Education (ProfEPT) websites, institutional repositories, ProfEPT Observatory, and eduCAPES portal; and 3) Analysis and synthesis, characterized by organizing the 27 selected EPs in an analytical matrix, guided by the assumptions and regulations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) for educational products, culminating in the catalog development. The mapping results identified that EPs on sexual education were developed in 19 of the 40 Federal Network institutions offering ProfEPT. The products were classified into five categories of technical-technological resources, demonstrating methodological diversity that includes didactic sequences, booklets, educational games, conversation circles, podcasts, and guidance manuals. The catalog "Where Knowledge Meets the Body" was developed as an "Educational (Dis)Product," articulating scientific knowledge with political, social, and cultural reflections to promote a comprehensive and multifaceted understanding of sexuality. The catalog serves as a contribution to the field of sexual education and IHS, providing teachers with a structured repertoire of methodologies capable of accommodating different learning styles and helping reduce training gaps. The provocative nature of the "Educational (Dis)Product" terminology serves as an invitation to critical reflection, challenging teachers to transcend reductionist approaches. More than a finished product, the material presents itself as a starting point for overcoming challenges and collaboratively constructing critical and inclusive sexual education in Professional and Technological Education, aligned with contemporary demands of comprehensive professional training.

Keywords: professional and technological education; sexuality education; educational products; systematic mapping; comprehensive training.

4.1 INTRODUÇÃO

A historiografia da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil revela que essa modalidade educacional está em constante processo de evolução e (re)construção, sendo remodelada conforme as demandas socioculturais e políticas e os desafios emergentes da sociedade contemporânea para a formação humana integral, omnilateral e politecnicidade (Souza; Benites, 2021; Saviani, 2021).

Diante desse cenário, a EPT deve superar uma visão restritiva ao mercado de trabalho, indo além da formação técnico-profissional imediatista pautada pelas necessidades da produção e do capital, e incorporando uma perspectiva humanizadora que integre educação, trabalho e desenvolvimento social. Nessa perspectiva, é essencial reconhecer seu papel na ruptura das estruturas dominantes que perpetuam desigualdades socioeconômicas, preconceitos étnico-raciais, de gênero e identitários, além da negação da educação de qualidade para a população (Ciavatta, 2023).

Nesse sentido, o Ensino Médio Integrado (EMI) deve ser um espaço de formação integral, articulando saberes técnico-profissionais e propedêuticos com temáticas relevantes, como promoção da saúde, identidade, equidade de gênero e valorização da diversidade, preparando os estudantes tanto para a inserção qualificada no mundo do trabalho quanto para sua participação consciente e ativa na vida em sociedade.

Contudo, no Instituto Federal do Acre (Ifac), conforme discutido em: *Entre saberes e práticas: os desafios da educação sexual no ensino médio integrado no Instituto Federal no Acre* (Arruda; Freitas; Pereira, manuscrito não publicado), a efetivação das práticas educativas em sexualidade enfrenta múltiplos obstáculos, destacando-se a falta de formação continuada de docentes, as dificuldades dos professores em abordar diferentes questões relacionadas à sexualidade, frequentemente tensionadas por tabus sociais, culturais, religiosos e valores axiológicos, a invisibilidade curricular, a carência de diretrizes institucionais claras sobre transversalidade e interdisciplinaridade, além da escassez de recursos pedagógicos atualizados e contextualizados. Como consequência, muitos docentes não desenvolvem abordagens pedagógicas ou as fazem com uma concepção equivocada sobre a importância da temática para os estudantes do EMI no Ifac.

Para contribuir com a superação desses entraves, os Produtos Educacionais (PEs) apresentam-se como alternativa viável. Conforme Rizzatti *et al.* (2020), o PE na Área de Ensino constitui o resultado concreto de uma pesquisa voltada à resolução de problemática do campo de atuação profissional, podendo assumir a forma de artefato físico, virtual ou processo. Além de possibilitar a socialização do conhecimento construído, o PE atua como instrumento de interlocução entre docentes de diferentes realidades, favorecendo a disseminação de práticas pedagógicas inovadoras e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino (Buss; Mafezoni, 2025).

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), presente em 40 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPT) distribuídas em todos os estados brasileiros, viabiliza a produção de conhecimento interdisciplinar que integra trabalho, ciência e cultura, visando otimizar processos educativos e a gestão pedagógica em contextos formais e não formais. Os PEs desenvolvidos neste programa, elaborados a partir de

pesquisas aplicadas, oferecem recursos didáticos contextualizados, metodologias inovadoras e abordagens interdisciplinares que contribuem tanto para a inovação tecnológica quanto para a melhoria do ensino na EPT. Disponíveis em diferentes plataformas digitais de domínio público, esses materiais auxiliam os docentes na implementação de práticas educativas mais efetivas e alinhadas aos princípios da formação integral (Brasil, 2019a; 2019b; Urbanetz; Cassiano; Bettoni, 2020).

Dessa forma, este estudo teve como objetivo analisar o mapeamento sistemático de Produtos Educacionais (PEs) do ProfEPT e descrever o desenvolvimento de um catálogo como estratégia didático-metodológica para incentivar práticas educativas dialógicas em educação sexual no Ensino Médio Integrado (EMI).

4.2 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (Ifac), vinculado à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Macroprojeto 3 – Práticas Educativas no Currículo Integrado. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa em que se empregou como procedimento metodológico o mapeamento sistemático (Kitchenham, 2004).

Assim, para garantir a precisão metodológica e a confiabilidade dos resultados no desenvolvimento do produto, o método foi estruturado em três etapas principais, adaptadas das propostas por Kitchenham (2004):

1) Planejamento: Inicialmente, estabeleceu-se a questão norteadora do mapeamento e o objetivo do Produto (Des)Educativo, bem como a delimitação das bases de busca, dos descritores e do método para a identificação dos PEs. A questão central que orientou o processo foi: *Quais PEs sobre educação sexual foram desenvolvidos no âmbito do ProfEPT e que fomentam a intencionalidade pedagógica de práticas educativas emancipatórias no Ensino Médio Integrado (EMI)?* A coerência interna nesta fase foi decisiva para o sucesso das etapas subsequentes do processo investigativo-constutivo.

2) Seleção: A busca dos PEs relevantes à temática foi realizada, inicialmente, na base de dados dos sites do ProfEPT e os repositórios institucionais de todas as

instituições associadas, nos quais dissertações e produtos encontravam-se disponibilizados. Para tanto, empregaram-se descritores combinados: “*práticas educativas*”, “*sexualidade*”, “*educação sexual*”, “*gênero*”, “*identidade*”, “*diversidade*”, “*ensino médio integrado*”, “*EMI*”; “*Educação Profissional e Tecnológica*”, “*EPT*”, “*Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica*” e “*ProfEPT*”, todos indexados no Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased).

Visando ampliar o escopo da pesquisa, a busca foi estendida ao Observatório do ProfEPT e ao portal educacional eduCAPES. Essas plataformas são repositórios abrangentes que reúnem PEs de todas as instituições participantes do programa. Essa abordagem estratégica ampliou significativamente a identificação de PEs relevantes para a temática e diretamente vinculados ao ProfEPT.

Quanto aos critérios de elegibilidade, foram incluídos PEs que abordassem práticas educativas em educação sexual, demonstrassem relevância para EMI e estivessem alinhados ao objetivo do mapeamento. Por outro lado, foram excluídos produtos que se apresentaram como duplicados, inacessíveis ou sem autorização expressa para reprodução e publicação.

Ao final das buscas, 32 PEs sobre educação sexual foram identificados como potencialmente elegíveis. A triagem desses PEs ocorreu com base em seus títulos e nas informações da ficha técnica. Em seguida, os produtos pré-selecionados foram submetidos a uma leitura criteriosa, com consulta às dissertações sempre que necessário, para verificar sua pertinência temática. Esse processo resultou na seleção final de 27 PEs, sendo excluídos aqueles que não passaram por um processo de validação, que não apresentavam qualidade técnica adequada para compor o catálogo, conforme os critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e/ou que não contemplavam temáticas e abordagens pedagógicas alinhadas ao objetivo da presente pesquisa.

3) Análise e síntese: Os 27 PEs foram incluídos e organizados em uma matriz analítica no *Microsoft® Office Excel 2016*. Essa organização permitiu a análise sistemática de informações essenciais como: autor(es), ano de defesa/publicação, título do PE e da dissertação, link de acesso online, formato/tipologia, público-alvo principal, além dos conteúdos/temas específicos da educação sexual e os objetivos de utilização propostos por seus autores. Todos esses dados foram, então, utilizados para o desenvolvimento do catálogo.

Para a análise dos dados extraídos dos PEs foram consideradas os pressupostos presentes nas normativas e documentos da CAPES. Especificamente, utilizou-se a Portaria nº 83, de 6 de junho de 2011 (Brasil, 2011), o Documento de Área 46 - Ensino e o anexo da ficha de avaliação da área de Ensino (Brasil, 2019a; 2019b), que estabelecem as diretrizes metodológicas para o desenvolvimento e os critérios de avaliação e validação (estética e organização, fundamentação teórico-metodológica, aplicabilidade pedagógica, criticidade e criatividade e adequação ao público-alvo) dos diferentes tipos de PEs desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação Profissionais da área de Ensino. Dessa forma foi considerado como sendo um PE todas as produções que são:

Resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado (Brasil, 2019a, p.16).

Além disso, foram utilizadas produções acadêmicas e textos referenciais que abordam a EPT, a intencionalidade pedagógica da educação sexual. A síntese interpretativa desses materiais fundamentou a estruturação argumentativa deste artigo, considerando tanto as implicações quanto as possibilidades de aplicação dos resultados do mapeamento nas práticas de educação sexual no currículo integrado.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante das concepções e dos desafios enfrentados pelos docentes do EMI do Ifac, os quais limitam as práticas educativas em sexualidade, emergiu a necessidade de desenvolver um PE fundamentado em uma proposição crítica de um “Produto (Des)Educativo”, terminologia elaborada de forma estratégica para evidenciar seu caráter propositivo e desconstrutivo em relação à intencionalidade pedagógica tradicional, superficial e limitada no que se refere às práticas educativas em sexualidade.

O uso do termo “(Des)Educativo” não se refere à negação da educação, mas à necessidade de desconstrução e superação de práticas que, embora amplamente

utilizadas, não promovem efetivamente a aprendizagem significativa, o desenvolvimento crítico ou a formação humana integral dos estudantes, acabando por limitar o potencial formativo, emancipatório e transformador da EPT.

Assim, desenvolveu-se *“Onde o saber encontra o corpo”*: *catálogo de Produtos Educacionais do ProfEPT para práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado*, um Produto (Des)Educativo que se configura como ponto de partida para a reflexão e ressignificação do fazer docente, incentivando os professores a desaprenderem determinadas práticas pedagógicas e se abrirem para a possibilidade de aprimoramento de abordagens didático-metodológicas que se articulem com os princípios que fundamentam a EPT e a perspectiva freireana de educação dialógica (Apêndice C).

O produto (Des)Educativo, um catálogo consultivo, constitui uma contribuição para o campo da educação sexual na EPT ao sistematizar PEs do ProfEPT em âmbito nacional e disponibilizar aos docentes estratégias aplicáveis em diversos contextos de ensino-aprendizagem. Destaca-se, no entanto, que sua eficácia depende de adaptações às especificidades institucionais e às características do público-alvo.

O material visa não apenas colaborar com as práticas educativas sobre gênero, sexualidade, diversidade e saúde reprodutiva e sexual, mas também fomentar abordagens contextualizadas, interdisciplinares, críticas e emancipatórias, contrapondo-se a perspectivas reducionistas e neotecnicistas que comprometem a formação humana integral.

O mapeamento evidenciou que os PEs integrantes do catálogo sobre educação sexual foram desenvolvidos em 19 das 40 instituições que oferecem o ProfEPT em todo o país. Esses trabalhos, defendidos entre 2019 e 2024, concentram-se predominantemente nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

A região Norte registrou a menor produção, revelando uma distribuição desigual da produção acadêmica sobre educação sexual no ProfEPT. Essa disparidade reflete a alta concentração de centros de ensino, pesquisa e pós-graduandos nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste (Sidone; Haddad; Mena-Chalco, 2016).

A região Norte, com seus sete Institutos Federais (IFs) e 73 unidades estrategicamente distribuídas, demonstra um compromisso com a interiorização da EPT na Amazônia (Brasil, 2025). No entanto, a escassa produção acadêmica local

sobre educação sexual revela a invisibilidade do tema e evidencia a necessidade urgente de políticas equitativas que incentivem pesquisas nessa área nas instituições amazônicas, especialmente no Ifac.

Essa insuficiência pode estar relacionada ao preconceito sobre o tema, que tem se intensificado devido a discursos ideológicos, religiosos e político-partidários (Balieiro, 2018). Tais posicionamentos acabam desmotivando a abordagem da educação sexual nas escolas ou esvaziando a dimensão científica e educacional das iniciativas pedagógicas (Reis; Eggert, 2017). Faz-se necessário, portanto, desenvolver abordagens mais contextualizadas e interdisciplinares dessa temática fundamental para a formação integral dos estudantes.

Com relação as práticas educativas propostas, o mapeamento revelou diferentes estratégias didático-metodológicas e recursos educacionais empregados para abordar a educação sexual nos PEs do ProfEPT. Esses materiais foram classificados em cinco categorias, conforme os critérios de avaliação da CAPES (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorização dos recursos educacionais e estratégias didático-metodológicas dos PEs sobre educação sexual no ProfEPT para desenvolvimento do catálogo, conforme classificação CAPES (2019-2024).

Categoria dos Produtos Técnico-Tecnológicos (PTT)*	Recursos educacionais e estratégias didático-metodológicas
PTT1 - Material didático/instrucional para o ensino	Sequências didáticas, cartilhas educativas, guias orientativos, jogos educacionais de mesa ou virtuais, portfólios, histórias em quadrinhos, literatura de cordel e e-books (livros)
PTT5 - Evento Organizados	Rodas de conversa, ciclos de palestras, cineclubes e ações extensionistas
PTT7 - Acervo	Exposições iconográficas
PTT8 - Produto de comunicação	Episódios de podcast
PTT9 - Manual/Protocolo	Manuais orientadores

Nota: *A classificação pode variar, e alguns produtos podem pertencer a múltiplas categorias, dependendo de sua aplicação e propósito educacional.

Fonte: Dados da pesquisa.

A diversidade de recursos educacionais presentes nos PEs oferece vantagens significativas, pois amplia o alcance, a aplicabilidade e o impacto do conhecimento gerado. Além disso, estimula a inovação e a adaptabilidade às múltiplas realidades educacionais, atendendo a diversos estilos de aprendizagem e necessidades

específicas de diferentes níveis de ensino (Rizzatti *et al.*, 2020). Dessa forma, o conhecimento produzido transcende modelos únicos, ganhando flexibilidade para ser reutilizado e adaptado, o que, por sua vez, impulsiona tanto a criatividade quanto a transformação das práticas docentes.

Mesmo com os desafios, os PEs desenvolvidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* se firmam como recursos para aprimorar a qualidade educacional. Eles oferecem aos professores materiais diversificados que permitem a ampliação de estratégias pedagógicas, a promoção de interações mais efetivas entre professor e aluno, e a articulação significativa entre teoria e prática (Pasqualli; Vieira; Castaman, 2018; Zaidan; Reis; Kawasaki, 2020).

A disponibilidade desses produtos não só facilita a reflexão sobre a ressignificação das práticas de ensino à luz das teorias educacionais, mas também incentiva a produção autoral de materiais didáticos (Souza; Belizário; Ferreira, 2021). Consequentemente, o acesso a esses recursos amplia o repertório metodológico dos educadores, subsidia sua formação continuada e viabiliza práticas educativas mais contextualizadas e eficazes.

A multiplicidade de abordagens fortalece a educação sexual, área que apresenta déficit de materiais pedagógicos contextualizados às realidades dos estudantes, de estratégias didático-metodológicas inovadoras e de recursos atualizados e pertinentes para as práticas de ensino em sexualidade. Essa escassez é agravada pela persistência de lacunas formativas e pela invisibilidade curricular e institucional da temática no EMI (Badarane, 2021; Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021; Valença; Carvalho, 2021).

Neste contexto, destaca-se que a Área de Ensino da CAPES se caracteriza por uma natureza essencialmente translacional, isto é, voltada à transposição do conhecimento teórico para a prática educativa. Essa perspectiva pressupõe que a produção acadêmico-científica esteja orientada à aplicação em contextos e problemáticas concretas, favorecendo tanto a replicabilidade quanto a inovação pedagógica (Brasil, 2019a; Freitas, 2021).

Assim, o conhecimento gerado pelas pesquisas e seus PEs, sistematizado e disponibilizado em formato de catálogo, constitui um instrumento para aplicação e aprimoramento das práticas educativas em sexualidade e pode contribuir, conforme

seu uso, para o fortalecimento dos processos formativos e a consolidação de políticas públicas educacionais voltadas às demandas da EPT.

O catálogo também se propõe a contribuir para a desconstrução da lógica do mercado, que se foca apenas na formação técnica, negligenciando o trabalho como princípio educativo. Ao desconstruir essa abordagem, é possível considerar as nuances sociais, culturais e políticas que envolvem a educação sexual, a vida em sociedade e a dinâmica do trabalho (Ciavatta, 2023).

Sob essa perspectiva, a análise das cinco categorias de produtos técnico-tecnológicos também evidenciou como os PEs do ProfEPT transcendem formatos tradicionais, incorporando tecnologias contemporâneas, linguagens artísticas e metodologias inovadoras na busca pela transversalidade e interdisciplinaridade para uma discussão mais ampla e contextualizada sobre sexualidade intra e extraescolar.

Essa diversidade metodológica demonstra como os pesquisadores transformam a pesquisa em princípio pedagógico, criando soluções inovadoras para os desafios educacionais contemporâneos. Consequentemente, o catálogo apresenta potencial para desconstruir práticas reprodutivistas e tecnicistas, ancoradas na concepção bancária de educação (Freire, 1987; Brighente; Mesquida, 2016). Alinhado a essa perspectiva de ruptura com abordagens acríticas e descontextualizadas, o material estruturou-se com diferentes propostas de Metodologias Ativas (MAs) e recursos pedagógicos para o ensino da sexualidade.

As MAs consolidaram-se como opção pedagógica viável e inovadora para a abordagem da educação sexual escolar, incentivando os estudantes a assumir papel ativo, colaborativo, reflexivo e autônomo na construção do conhecimento (Marques *et al.*, 2021). Ademais, além das MAs podem ser utilizados recursos educacionais atualizados e contextualizados, uma vez que existem múltiplas formas de aprender e esses materiais também podem estimular a participação ativa dos alunos, potencializando o processo de ensino-aprendizagem (Nobre; Mallman, 2016; Camargo; Daros, 2018)

Os PEs analisados evidenciam uma compreensão ampla e multifacetada da educação sexual. Os conteúdos abordados perpassam desde questões fundamentais de saúde sexual e reprodutiva até dimensões socioculturais complexas, incluindo identidade e nome social, diversidade sexual e de gênero, problematização de sistemas normativos, violências baseadas em gênero, direitos sexuais e reprodutivos,

entre outros, articulando conhecimentos científicos com reflexões políticas, sociais e culturais essenciais para uma formação humana integral (Figura 1).

Historicamente, a educação sexual no Brasil evoluiu de uma concepção higienista e controladora, baseada em valores morais e religiosos, para uma abordagem predominantemente preventivista que negligencia as dimensões emocional, social e psicológica dos estudantes (Bueno; Ribeiro, 2018).

Figura 1 – Exemplos da multidimensionalidade dos conteúdos e temáticas abordadas nos PEs do ProfEPT que compõem o catálogo de práticas educativas em sexualidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Essa limitação constitui um desafio enfrentado pelos docentes do EMI do Ifac, conforme descrito em *Entre saberes e práticas: os desafios da educação sexual no ensino médio integrado no Instituto Federal no Acre* (Arruda; Freitas; Pereira, manuscrito não publicado). Esse contexto gera múltiplas consequências que comprometem tanto as práticas pedagógicas quanto a formação integral dos estudantes.

A abordagem reducionista na educação sexual gera insegurança pedagógica e resistência entre os docentes, decorrentes da falta de formação adequada e da

ausência de diretrizes institucionais claras, o que leva muitos docentes a restringirem a temática a aspectos biológicos e preventivos, evitando discussões sobre diversidade sexual e de gênero. Essa postura não apenas marginaliza a educação sexual no currículo, mas também deixa os profissionais despreparados para abordar questões relacionadas à sexualidade no cotidiano escolar (Madureira; Branco, 2015; Brandão; Lopes, 2018).

Consequentemente, na ausência de diálogos estruturados, as informações fragmentadas perpetuam mitos, preconceitos e vulnerabilidades entre os estudantes, que desenvolvem compreensão limitada sobre direitos sexuais e reprodutivos, identidade, diversidade e questões de gênero, tornando-se mais suscetíveis a comportamentos de risco à saúde, violências e discriminações (Miranda; Campos, 2022).

Para superar essas limitações, as práticas educativas em sexualidade no EMI devem promover reflexão abrangente sobre os múltiplos fatores da sexualidade humana (Furlanetto *et al.*, 2018) e uma formação crítica que supere concepções preconceituosas, reducionistas e segregadoras (Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021; Camargo, 2022).

Nessa direção, a educação sexual escolar deve alinhar-se aos princípios da EPT mediante uma visão multifacetada da sexualidade (Badarane; Freitas, 2024a; Barbosa *et al.*, 2023). Os PEs analisados e inseridos no catálogo materializam essa perspectiva ao incorporar temas emergentes como identidade de gênero, diversidade sexual e empoderamento feminino, promovendo crítica consistente às estruturas normativas de poder e contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e autônomos. Essa diversidade oferece uma compreensão ampla e multifacetada da educação sexual.

Consequentemente, o desenvolvimento do catálogo para práticas educativas em sexualidade no EMI constitui alternativa pedagógica com potencial para ampliar conhecimentos específicos sobre educação sexual, “(des)educar” docentes de abordagens tradicionais reducionistas e possibilitar práticas dialógicas, fomentando a aprendizagem significativa. Os PEs contemplam diferentes conteúdos, metodologias e materiais que se complementam e abordam dimensões biológicas, socioculturais e políticas da sexualidade.

Outro aspecto relevante evidenciado nos PEs analisados refere-se ao fato de que estes materiais atenderam aos processos de avaliação e validação preconizados pela CAPES, contemplando critérios de estética e organização, fundamentação teórico-metodológica, aplicabilidade pedagógica, criticidade, criatividade e adequação ao público-alvo (Brasil, 2019b). Essa certificação de qualidade técnico-científica reforça a aplicabilidade do catálogo pelos docentes do EMI, assegurando que as práticas propostas possuem rigor metodológico e pertinência educacional.

O atendimento a esses critérios garante que os materiais sejam pedagogicamente consistentes e culturalmente adequados ao contexto da EPT, facilitando sua incorporação às práticas curriculares. Dessa forma, a validação não apenas legitima o uso desses recursos, mas também oferece segurança pedagógica aos docentes para abordar temas sensíveis relacionados à sexualidade, contribuindo para a superação de resistências e inseguranças comumente enfrentadas no cotidiano escolar (Leite, 2018; Rizzatti *et al.*, 2020; Freitas, 2021).

Nessa perspectiva, o catálogo foi desenvolvido priorizando os PEs do ProfEPT que articulavam educação sexual com os referenciais teórico-metodológicos da educação dialógica freireana (Freire, 1987). Ao conectar princípios da educação libertadora com demandas contemporâneas, os PEs que compõem o material podem potencializar espaços de diálogo e práticas educativas que confrontam tabus e promovam autonomia dos estudantes.

Assim, buscando integrar teoria e prática, selecionou-se os PEs que apresentavam abordagens crítico-reflexivas com potencial para a preparação dos estudantes tanto para a vida em sociedade quanto para o mundo do trabalho. Essas abordagens reúnem condições para romper com a concepção fragmentada da educação sexual e incentivar a construção coletiva de conhecimentos emancipatórios sobre sexualidade, gênero e direitos humanos (Sousa, 2021; Badarane; Freitas, 2024b).

Diante disso, o material consultivo não tem caráter prescricional, mas constitui-se como recurso didático-pedagógico destinado a ser estudado, adaptado e aplicado pelos docentes nas suas práticas de educação sexual por meio do diálogo crítico, do reconhecimento dos conhecimentos prévios dos estudantes sobre sexualidade e da problematização da realidade em que estão inseridos.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento dos PEs revelou a diversidade de abordagens pedagógicas que se entrelaçam para construir uma educação sexual na EPT emancipatória e disruptiva. Esta multidimensionalidade não se apresenta como fragmentação, mas como complementaridade estratégica que atende às múltiplas dimensões da formação humana integral, permitindo o desenvolvimento de um catálogo consultivo destinado aos docentes para a realização de práticas educativas dialógicas em sexualidade no EMI.

Ao propor a articulação de conhecimentos científicos com reflexões políticas, sociais, culturais para a compreensão ampla e multifacetada da sexualidade, o catálogo configura-se como uma possibilidade de contribuição para abordagem da temática no EMI do Ifac, disponibilizando aos docentes um repertório sistematizado de estratégias didático-metodológicas e uma multiplicidade de tipos e temáticas relacionadas à sexualidade.

Essa diversidade demonstra o potencial dos PEs elaborados no ProfEPT para atender diferentes estilos de aprendizagem e auxiliar na redução de lacunas formativas. Orientados por princípios norteadores da EPT, todos os produtos incluídos no catálogo convergem para uma abordagem emancipatória da educação sexual. A convergência entre materiais diversos evidencia a coerência político-pedagógica do ProfEPT e sua contribuição para a construção de uma educação mais justa, democrática e transformadora no campo da sexualidade.

Embora o catálogo tenha caráter consultivo e respeite a autonomia docente, sua aplicação demanda adaptações às realidades locais, levando em conta as especificidades institucionais, o perfil dos estudantes, a infraestrutura disponível e o apoio institucional. No entanto, o material apresenta limitações, já que não contempla mecanismos de atualização contínua nem prevê o acompanhamento dos impactos nas práticas docentes ao longo do tempo. Para torná-lo mais eficaz, é necessária a realização de pesquisas para a sua aplicação e validação junto aos docentes do EMI, identificando desafios, potencialidades e ajustes necessários, especialmente diante da constante evolução do conhecimento e das metodologias em educação sexual.

Por fim, a coletânea “Onde o saber encontra o corpo” representa não um ponto de chegada, mas um ponto de partida para a construção coletiva de práticas

educativas em sexualidade que contribuam efetivamente para a formação crítica e inclusiva no contexto da EPT.

REFERÊNCIAS

BADARANE, A. M. **Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/mpecim/menu/dissertacoes/turma-2018/dissertacao-amanda-moura-badarane.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BADARANE, A. M. FREITAS, F. E. L. A educação dialógica como estratégia no desenvolvimento de práticas educativas sobre sexualidade no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do acre. **Anais do X CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2024b. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109544>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BADARANE, A. M. FREITAS, F. E. L. Concepções multifacetadas de sexualidade em uma instituição de educação profissional. **Anais do X CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2024a. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109544>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BALIEIRO, F. F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral das crianças sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n.53, p.1-15, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530002>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BARBOSA, V. P. *et al.* Educação sexual no contexto escolar: o olhar docente sobre a questão. **Revista Latino-Americana de Diversidade e Inclusão**, v.3, n.7, p.1-31, 2023. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/reladi/article/view/64>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRANDÃO, E. R.; LOPES, R. F. F. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v.18, n.1, p.100-123, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28265>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Ensino**. Brasília: CAPES, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Anexo da ficha de avaliação da área de ensino orientações quanto ao registro de resultados e produções intelectuais: ensino**. Brasília: CAPES, 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de->

avaliacao/colegio-de-ciencias-exatas-tecnologicas-e-multidisciplinar/multidisciplinar/Resultados_producoes_intelectuais_2025_ensino.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 83, de 6 de junho de 2011**. Cria as áreas de avaliação: Biodiversidade, Ciências Ambientais, Ensino e Nutrição. Brasília: CAPES, 2011. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=691>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/rede-federal>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BRIGHENTE, M. F.; MESQUIDA, P. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, v.27, n.1, p.155-177, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607909>. Acesso em: 8 jun. 2025.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.29, n.1, p.49-56, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>. Acesso em: 07 fev. 2025.

BUSS, J. J.; MAFEZONI, A. C. O produto educacional no mestrado profissional em educação: possibilidades de socialização do conhecimento. **Educar em Revista**, v. 41, p.1-17, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.92159>. Acesso em: 08 jun. 2025.

CAMARGO, D. **Formação continuada em gênero e sexualidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. 2022. 280f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2022. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/7883>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CAMARGO, F.; DAROS, T. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.

ClAVATTA, M. História da Educação Profissional: Esperanças, lutas e (in)dependências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.23, p.1-16, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2023.14776>. Acesso em: 8 jun. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 129p. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

FREITAS, R. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.5, n.2, p.5-20, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i2.1229>. Acesso em: 08 jun. 2025.

FURLANETTO, M. F. *et al.* Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v.48, n.168, p.550-571, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em: 07 fev. 2025.

INOCÊNCIO, J. V.; GARZONI, L. C.; MARCUSSO, M. F. Horizontes para uma educação emancipatória: a articulação entre gênero, sexualidade e mundo do trabalho na EPT a partir de uma sequência didática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12882/pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele: Keele University, 2004. (Technical Report TR/SE-0401). Disponível em: <https://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kitchenham.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

LEITE, P. S. C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. *In: ATAS CIAIQ2018*, v.1, p. 330-339, 2018. Disponível em: https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/10066/1/0213-9529_38_2_185.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

MADUREIRA, A. F. A.; BRANCO, A. U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas em Psicologia**, v.23, n.3, p.577-591, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-05>. Acesso em: 20 maio 2024.

MARQUES, H. R. *et al.* Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação**, v.26, n.3, p.718-741, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772021000300005>. Acesso em: 07 fev. 2025.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. C. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v.12, n.34, p.108-126, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732>. Acesso em: 8 jun. 2025.

NASCIMENTO, A. C. A. *et al.* Caminhos para a construção dialógica de uma educação sexual para a diversidade: uma revisão sistemática. **Revista Diversidade e Educação**, v.11, n.1, p.257-282, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/de.v11i1.15454>. Acesso em: 8 jun. 2025.

NOBRE, A. M. J. F.; MALLMANN, E. M. Recursos Educacionais Abertos: transposição didática para transformação e coautoria de conhecimento educacional em rede. **Indagatio Didactica**, v.8, n.2, p.152-165, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/id.v8i2.2548>. Acesso em: 6 jun. 2025.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Educitec**, v.4, n.7, p.106-120, 2018. Disponível em:

<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/449>. Acesso em: 08 jun. 2025.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de Gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v.38, n.138, p.9-26, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, v.5, n.2, p.1-17, 2020. Disponível em: <http://periodicos.utfpr.edu.br/actio>. Acesso em: 08 jun. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12 ed. Campinas: Autores associados, 2021. 370p.

SIDONE, O. J. C.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. A. Ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **TransInformação**, v. 28, n.1, p.15-31, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SOUSA, F. R. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Práxis Educativa**, v.16, p.1-18, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89468047011/html/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SOUZA, E.; BENITES, L. C. Educação profissional e tecnológica no Brasil: uma história de avanços e retrocessos. **Revista Cocar**, v.15, n.32, p.1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4135>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SOUZA, T. C.; BELIZÁRIO, V. A.; FERREIRA, H. M. Caderno pedagógico como produto educacional do Mestrado Profissional em Educação: contribuições para a formação docente. **Devir Educação**, v.5, n.2, p.31-48, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30905/rde.v5i2.435>. Acesso em: 8 jun. 2025.

URBANETZ, S. T.; CASSIANO, E. L.; BETTONI, V. O mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e o significado dessa oferta de formação em pós-graduação no Brasil. **Movimento-Revista de educação**, v.7, n.14, p.135-156, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i14.43914>. Acesso em: 03 jun. 2025.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. F.; KAWASAKI, T. F. Produto educacional: desafio do mestrado profissional em educação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.16, n.35, p.1-12, 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1707>. Acesso em: 04 jun. 2025.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudou-se panoramicamente as abordagens pedagógicas da educação sexual no contexto da EPT, considerando as vivências dos docentes do EMI no Ifac. Os resultados revelaram uma complexa teia de contradições entre os marcos legais existentes, os princípios orientadores da EPT e a realidade das práticas pedagógicas. Essas contradições sinalizam que a educação sexual precisa ser compreendida em suas dimensões sociais, políticas, culturais, afetivas e psicológicas, todas intrínsecas ao desenvolvimento humano integral.

A análise dos aspectos legais e políticas públicas intersetoriais evidenciou um panorama robusto do arcabouço jurídico-político que fundamenta a inserção da educação sexual no contexto educacional brasileiro, demonstrando a existência de respaldo legal suficiente para sua inserção no currículo integrado da EPT. A análise histórica revela uma trajetória de conquistas normativas importantes, reforçando que a educação sexual não apenas possui legitimidade, mas é reconhecida como um direito fundamental e componente necessário da formação integral dos alunos, incluindo aspectos que transcendem as competências e habilidades propedêuticas e profissionalizantes, essenciais à atuação dos indivíduos no mundo do trabalho e na sociedade contemporânea.

Todavia, o processo investigativo revelou o distanciamento existente entre esses marcos normativos e a realidade vivenciada pelos docentes do Ifac. Os achados demonstram que a maioria dos docentes não incorpora práticas de educação sexual em suas atividades pedagógicas e sente-se inadequadamente preparada para abordar essa temática. Essa lacuna evidencia que, apesar do respaldo legal identificado no primeiro estudo, existem concepções reducionistas, silenciamentos, barreiras culturais e formativas, bem como a persistência de visões fragmentadas do currículo que não favorecem abordagens interdisciplinares e transversais, desafiando a efetivação de uma educação sexual no âmbito do EMI.

Para superar essas limitações e concretizar o potencial transformador da educação sexual na EPT, são necessárias estratégias integradas, sistêmicas e organizacionais. Primeiramente, torna-se fundamental a formação continuada para docentes que transcenda a mera instrumentalização técnica e promova uma

compreensão crítica e humanizadora da sexualidade como um fenômeno multidimensional.

Em segundo lugar, é essencial a reformulação do currículo do EMI para incorporar explicitamente a educação sexual como um eixo transversal e interdisciplinar. Essa institucionalização curricular deve ser acompanhada pela elaboração de recursos didáticos apropriados e pela criação de espaços de discussão e planejamento coletivo entre docentes de diferentes áreas do conhecimento.

Adicionalmente, recomenda-se a criação de núcleos ou grupos de trabalho dedicados à diversidade e educação sexual nos diferentes *campi* do Ifac, seguindo experiências tidas como exitosas em outros Institutos Federais. Esses núcleos poderiam articular ações de formação, pesquisa e extensão, promover o diálogo com a comunidade escolar e as famílias, e desenvolver projetos educativos inovadores que materializem os princípios da formação integral e omnilateral propostos pela EPT.

Configura-se como igualmente relevante o estabelecimento de estratégias de comunicação e sensibilização direcionadas às famílias e à comunidade local. Tais estratégias devem objetivar a desconstrução de concepções equivocadas acerca da educação sexual escolar e fomentar a compreensão de que a educação sexual constitui direito fundamental dos estudantes e responsabilidade compartilhada entre família e escola. Esse diálogo deve ser construído de forma respeitosa e democrática, ao reconhecer as diversidades culturais e religiosas, sem, contudo, prescindir do compromisso ético-político com uma educação inclusiva e emancipatória.

Destaca-se ainda que, enquanto Produto “(Des)Educativo”, o catálogo de PEs do ProfEPT com foco na educação sexual não tem o intuito de se apresentar como um documento prescritivo, mas como uma estratégia didático-metodológica de consulta, apoio e incentivo aos docentes. Nessa direção, o catálogo visa desconstruir práticas ancoradas na educação bancária, privilegiando metodologias, temáticas multidimensionais e abordagens educativas dialógicas, contextualizadas, interdisciplinares e inclusivas. Busca-se destacar experiências bem-sucedidas na área da educação sexual desenvolvidas nas diversas instituições integrantes da RFEPT, bem como divulgar e compartilhar os PEs elaborados no ProfEPT em âmbito nacional.

Embora este estudo traga contribuições relevantes para a discussão sobre educação sexual na EPT, é importante reconhecer suas limitações. A pesquisa

concentrou-se exclusivamente nos docentes do EMI do Ifac, restringindo a possibilidade de generalização dos resultados para outros contextos da RFEPCT, considerando a diversidade regional, cultural e organizacional entre as instituições.

A pesquisa priorizou a perspectiva dos professores, sem contemplar as vozes de estudantes, gestores e famílias, atores fundamentais para uma compreensão mais ampla das dinâmicas que envolvem a educação sexual no ambiente escolar. Outra limitação refere-se à ausência de análise mais detalhada sobre obstáculos institucionais, como restrições orçamentárias ou resistências políticas, que podem comprometer a implementação de práticas pedagógicas dialógicas, críticas e transformadoras.

Apesar dessas limitações, os achados são válidos e relevantes, apontando para a necessidade de novos estudos com escopo ampliado, capazes de fortalecer o diálogo entre teoria, política e prática na educação sexual no âmbito da EPT. Almeja-se que o presente estudo constitua ponto de partida para novas investigações acerca de práticas pedagógicas que subsidiem as políticas educacionais, fundamentadas em um posicionamento ético-político e no reconhecimento de que a educação sexual constitui componente indispensável para a formação integral de sujeitos críticos e autônomos, capacitados para o exercício pleno da cidadania e da participação social.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DO PROFEPT: PANORAMA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SEXUALIDADE NO EMI DO IFAC

Prezados docentes do Instituto Federal do Acre, me chamo Eder Ferreira de Arruda. Estou realizando a pesquisa de mestrado no ProfEPT/IFAC, orientado pela Professora Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas e coorientado pelo Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira, que tem como tema: **“Educação sexual para uma formação integral: panorama das práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre”**. A pesquisa tem por objetivo compreender as práticas educativas e conhecer as metodologias adotadas pelos docentes para a educação em sexualidade no ensino médio integrado (EMI) do IFAC. Nesse intuito, convidamos você a colaborar com esta pesquisa respondendo às questões objetivas propostas abaixo (leva menos de 10 minutos). Informamos que não haverá identificação do destinatário, com manutenção de sigilo absoluto. Caso tenham alguma dúvida ou necessidade de esclarecimentos, disponibilizo meus contatos de Celular (68) 992521060 e E-mail: ederarrud@gmail.com.

PERGUNTAS

1. Você compreendeu a natureza e objetivo da pesquisa e concorda em participar de livre e espontânea vontade? Se, sim assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
2. Qual modalidade de formação superior foi exigida para sua contratação como docente do IFAC?
3. Qual o seu maior nível de formação?
4. Qual a sua principal área de atuação?
5. Qual campus você trabalha?
6. Quanto tempo atua na educação profissional e tecnológica?
7. Quanto tempo atua ou atuou como docente do ensino médio integrado (EMI)?
8. A educação sexual ou, também denominada, educação sexual, consiste em um processo de orientações e/ou intervenções didático-pedagógicas intencionais e sistematizadas voltadas à reflexão sobre aspectos relativos à sexualidade, à saúde reprodutiva, aos direitos sexuais, às relações de gênero, à diversidade sexual e ao desejo afetivo-sexual, visando que os estudantes possam entender melhor a si e ao outro, assim como tomar decisões assertivas sobre sua vida sexual. Na sua prática docente, já trabalhou algum tema relacionado a educação sexual no EMI?
9. Se respondeu "Sim", indique a(s) temáticas(s) abordadas.
10. Se já trabalhou algum tema relacionado a educação sexual no EMI, como ocorreu?
11. Na sua concepção, é importante tratar de temas relacionados a educação sexual no EMI?
12. Na sua opinião, a Educação Sexual no EMI escolar serve para quê?
13. Ao longo do seu percurso como docente do EMI já recebeu formação sobre temas relacionados a Educação Sexual?
14. Se respondeu "Sim", indique a(s) temáticas(s) abordadas:
15. O que pensa da sua aptidão para abordar temas relacionados a Educação Sexual?
16. Caso se sinta pouco ou nada apto, quais são os principais motivos?
17. Se outros, qual(is)?
18. Você considera importante a utilização de Metodologias Ativas na sua prática docente?
19. Qual(is) metodologia(s) de ensino você costuma utilizar no desenvolvimento de suas aulas?
20. Quais recursos educacionais ou atividades didáticas você entende que poderiam melhorar sua prática docente para abordar temas relacionados a Educação Sexual EMI?
21. Quais aspectos você considera mais relevantes no planejamento pedagógico de suas aulas?
22. Você sente necessidade de formação na temática de Educação Sexual?
23. Qual tipo de formação você considera mais adequada no momento, para atender as suas necessidades de conhecimento em relação a sua prática educativa?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, **Eder Ferreira de Arruda, Prof.^a Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas e Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira**, pesquisadores do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (IFAC), estamos realizando um estudo intitulado: **“Educação sexual para uma formação integral: panorama das práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre”** que tem por objetivo compreender as práticas educativas e identificar as metodologias utilizadas pelos docentes na educação sexual no Ensino Médio Integrado (EMI) do Ifac. Esta pesquisa é importante porque visa contribuir para a melhoria das estratégias educacionais na abordagem da educação sexual no EMI a partir das percepções e práticas pedagógicas dos docentes e do produto educacional proposto como produto educacional desta pesquisa.

a) A população alvo é constituída por docentes do Ifac. Os procedimentos metodológicos de coleta de dados são uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa e de natureza aplicada a partir da aplicação de questionário online aos docentes dos 06 campi do Ifac.

b) Trata-se de uma pesquisa de Mestrado e, para realizá-la, precisamos de sua contribuição e, neste sentido, convidamos você a participar da referida pesquisa.

c) A sua participação na pesquisa consiste em responder um questionário online.

d) Para tanto você deve acessar o link do formulário eletrônico.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser: alguns riscos como, por exemplo, os invasão de privacidade, que pode causar possíveis desconfortos como: sensação de julgamentos, não se sentir à vontade para responder ou se sentir constrangido ou envergonhado. Além disso, é possível ainda que possa ocorrer perda de confidencialidade dos dados coletados. O participante será esclarecido que não necessita responder perguntas que lhe cause constrangimento, julgamentos e vergonha, bem como ele poderá deixar de participar, a qualquer momento, caso não se sinta à vontade. Igualmente, visando evitar ou eliminar o risco da perda da confidencialidade dos dados e preservar a identidade dos respondentes, somente o pesquisador principal armazenará e terá acesso às informações na íntegra. Além disso, será utilizada a letra “D” de estudante seguida de números para identificação nas citações das falas dos participantes (D1, D2, D3...).

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são: possibilitará diretamente que os professores revisem suas práticas educativas de maneira intencional e consciente do significado de suas aulas para a formação integral e emancipadora, valorizando e enfatizando a experiência diária e interesse dos alunos como um meio de transformação. Além disso, possibilitará a criação de um ambiente educacional mais estimulante e eficaz para tratar da saúde e educação sexual dos estudantes. No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderão contribuir para o avanço científico.

h) Os pesquisadores **Eder Ferreira de Arruda, Renata Gomes de Abreu Freitas, orientadora** e **Ricardo dos Santos Pereira**, responsáveis por este estudo poderão ser contatados telefone (68)992521060 para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Bem como, qualquer dúvida poderá ser esclarecida também pelo **Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Hospital Estadual do Acre (CEP – FUNDHACRE)** no endereço: BR 364, Km 02, Estrada Dias Martins s/nº, Distrito Industrial, CEP: 69914-220, Rio Branco/AC, telefone: (68) 3226-4809, e-mail: cep.hc@ac.gov.br

i) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido assinado.

j) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, **para que seja preservada sua identidade e mantida a confidencialidade dos dados coletados.**

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro, nem qualquer outro tipo de compensação.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Fica assegurada uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ao participante da pesquisa, sendo este documento assinado, em todas as páginas, pelo pesquisador responsável e pelo participante da pesquisa.

Eu, _____, declaro que li esse termo de consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo intitulado: **“Educação sexual para uma formação integral: panorama das práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre”**, do qual concordei em participar de livre e espontânea vontade. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem ter que justificar minha decisão e nem sofrer quaisquer tipos de coação ou punição. Tenho conhecimento de que não terei nenhum custo e nem serei remunerado pela minha participação e que não serei identificado nas publicações dos resultados da pesquisa. Eu entendi o que não posso fazer durante a pesquisa.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Assino abaixo e nas páginas 1, 2 e 3 deste TCLE como prova do meu Consentimento Livre e Esclarecido em participar da pesquisa.

(Assinatura do participante da pesquisa ou responsável legal)

(Nome Do Pesquisador Responsável ou Orientador)

Testemunhas:

1 - _____ : _____
Nº do RG Assinatura legível (não rubricar)

2 - _____ : _____
Nº do RG Assinatura legível (não rubricar)

Pesquisador

Rio Branco – AC, ____ de _____ de 2025.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DO ACRE -
HCA/FUNDHACRE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação sexual para uma formação integral: panorama das práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre (Ifac)

Pesquisador: Eder Ferreira de Arruda

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88782925.9.0000.5009

Instituição Proponente: Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.575.233

Apresentação do Projeto:

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade de ensino que busca a formação integral, omnilateral e politécnica. Para isso, é necessário abordar no currículo do ensino médio integrado (EMI) temas relacionados à cidadania e civismo, ciência e tecnologia, economia, meio ambiente, multiculturalismo e saúde, que preparem o indivíduo para a vida em sociedade e o mundo do trabalho. Dentre esses temas, se destaca a educação sexual, que requer práticas de ensino dialógicas e contextualizadas que ajudem na construção ativa, reflexiva e crítica do conhecimento dos estudantes sobre a sua saúde sexual e reprodutiva. Dessa forma, o objetivo da pesquisa será compreender as práticas educativas e identificar as metodologias utilizadas pelos docentes na educação sexual no Ensino Médio Integrado (EMI) do IFAC. A presente proposta de pesquisa se insere na Linha de pesquisa 1 - Práticas educativas em educação profissional e tecnológica (EPT) e Macroprojeto 3 - Práticas educativas no currículo integrado, sendo caracterizada por ser uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, com abordagem quali- quantitativa e de natureza aplicada a partir da aplicação de questionário online com docentes do Ifac. Os dados coletados serão tratados e analisados seguindo as técnicas de análise estatística e análise do discurso coletivo. Para tanto, se espera contribuir para a melhoria das estratégias educacionais na abordagem da educação sexual no EMI a partir das percepções e práticas pedagógicas dos docentes e do fascículo educacional proposto como produto educacional desta pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

compreender as práticas educativas e identificar as metodologias utilizadas pelos docentes na educação sexual no Ensino Médio Integrado (EMI) do Ifac.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

No protocolo de pesquisa foi apresentado os riscos e benefícios para os participantes segundo a Resolução 466/12 CNS. No projeto foi apresentado os riscos com providências e cautelas, bem como a apresentação dos benefícios de forma direta e indireta.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Importante por contribuir para a melhoria das estratégias educacionais na abordagem da educação sexual no EMI a partir das percepções e práticas pedagógicas dos docentes do Ifac.

Endereço: BR 364 - Km 02. Prédio do auditório

Bairro: Distrito Industrial

CEP: 69.914-217

UF: AC

Município: RIO BRANCO

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- A) O protocolo apresentou documentação exigida por este CEP em base na Res. 466/12 e a norma operacional 001/2013.
- B) O protocolo apresenta Termo de Autorização Institucional Unificado.
- C) O TCLE apresenta uma linguagem acessível aos participantes. O texto apresentado não apresenta muita divergência de informação metodológica e procedimentos.
- D) Cronograma está dentro das recomendações da norma operacional 001/2013.
- E) O instrumento de coleta de dados está incluso no projeto detalhado

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa está apta eticamente. O CEP considera o protocolo APROVADO em base a res. 466/12 e a norma operacional 001/2013, do CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2561741.pdf	17/05/2025 01:06:46		Aceito
Declaração de concordância	TERMO_DE_COMPROMISSOassinado.pdf	17/05/2025 01:06:27	Eder Ferreira de Arruda	Aceito

Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_INICIACAO_DA_PESQUISAassinado.pdf	17/05/2025 01:05:51	Eder Ferreira de Arruda	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO_DO_PROJETO_AO_CEPassinado.pdf	17/05/2025 01:05:32	Eder Ferreira de Arruda	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AUTORIZACAO_INSTITUCIONALassinado.pdf	17/05/2025 01:05:10	Eder Ferreira de Arruda	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestrado.pdf	17/05/2025 01:04:46	Eder Ferreira de Arruda	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/05/2025 01:04:35	Eder Ferreira de Arruda	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rostoassinado.pdf	17/05/2025 01:04:26	Eder Ferreira de Arruda	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Assinado por:
PABLO JOSÉ CUSTÓDIO BEZERRA DA SILVA
Coordenador

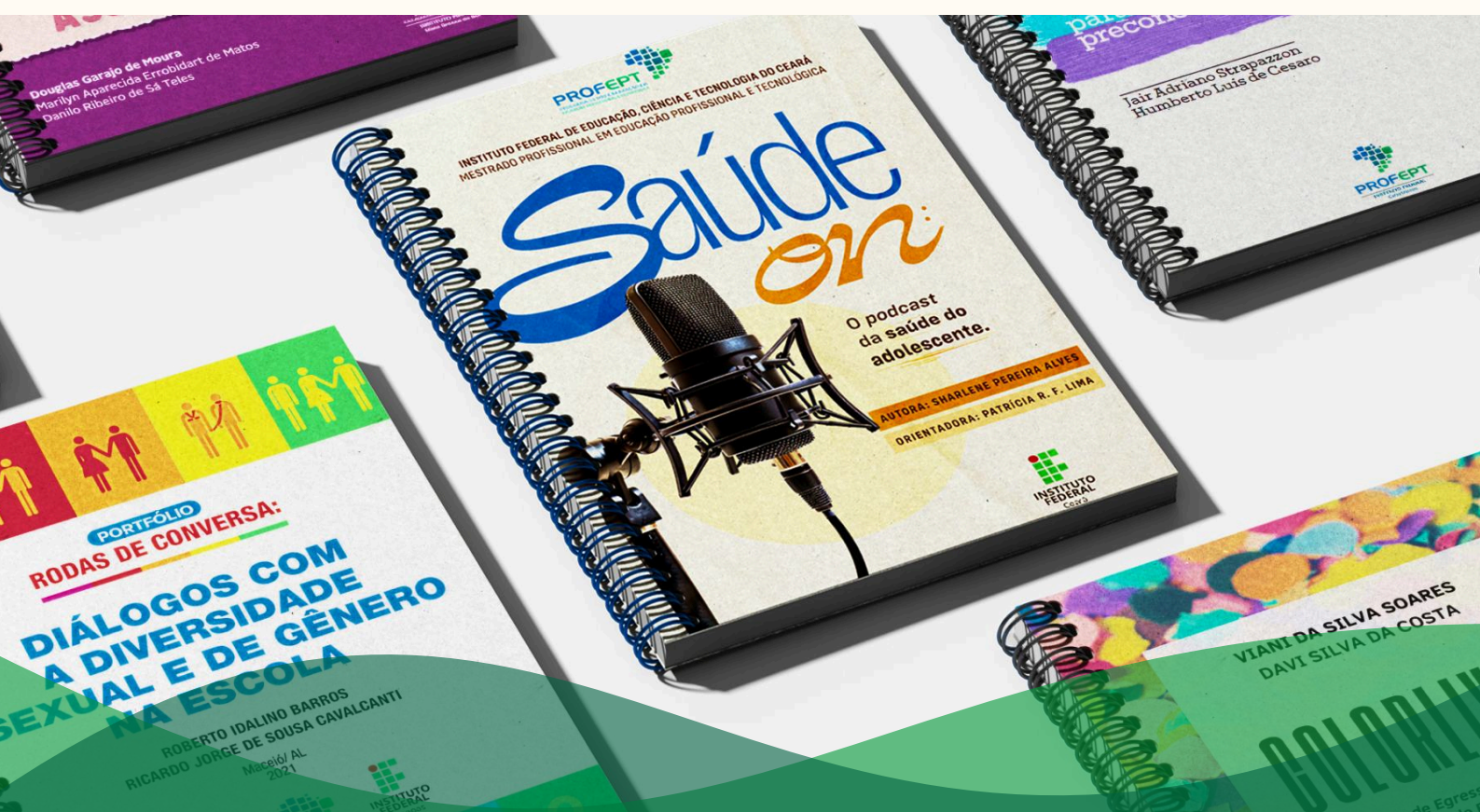


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO ACRE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT CAMPUS RIO BRANCO

“ONDE O SABER ENCONTRA O CORPO”

CATÁLOGO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS DO PROFEPT PARA PRÁTICAS
EDUCATIVAS EM SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

EDER FERREIRA DE ARRUDA
RENATA GOMES DE ABREU FREITAS
RICARDO DOS SANTOS PEREIRA



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Público-alvo: Docentes

Área de conhecimento: Ensino

Tipologia: Catálogo

Nível de ensino: Ensino Médio Integrado

Finalidade: Difundir estratégias didático-metodológicas para práticas educativas em Educação Sexual no Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Idioma: Português

Cidade: Rio Branco

País: Brasil

Ano: 2025

Origem do produto: Dissertação do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifac)

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação: Lucas Martins Amorim | Instagram: @amorim.dsg
| E-mail: lucasmartinsamorim22@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

A779e

Arruda, Eder Ferreira de.

Onde o saber encontra o corpo: catálogo de produtos educacionais do ProfEPT para práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado. / Eder Ferreira de Arruda, Renata Gomes de Abreu Freitas, Ricardo dos Santos Pereira. – Rio Branco / Acre: 2025.
44f. : il

Produto educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, Campus Rio Branco, 2025.
ISBN 978-65-01-59129-2

1. Catálogo. 2. Educação sexual. 3. Ensino médio. I. Freitas, Renata Gomes de Abreu. II. Pereira, Ricardo dos Santos. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre. IV. Título

CDD 372.372



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO ACRE**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT CAMPUS RIO BRANCO**

“ONDE O SABER ENCONTRA O CORPO”
CATÁLOGO DE PRODUTOS EDUCACIONAIS DO PROFEPT PARA PRÁTICAS
EDUCATIVAS EM SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

**EDER FERREIRA DE ARRUDA
RENATA GOMES DE ABREU FREITAS
RICARDO DOS SANTOS PEREIRA**

RIO BRANCO/AC - 2025

Sobre os autores



Me. Eder Ferreira de Arruda
E-mail: eder.arruda@ifac.edu.br



Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas
E-mail: renata.freitas@ifac.edu.br



Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
E-mail: ricbio@gmail.com

SUMÁRIO

APRESENTANDO O PRODUTO EDUCACIONAL!	04
CONEXÕES NECESSÁRIAS: EPT, EMI, PEs E AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL	05
REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SEXUALIDADE: COMO SUPERAR OS DESAFIOS E PROMOVER UMA FORMAÇÃO INTEGRAL NO EMI?	06
CATÁLOGO DE PEs DO PROFEPT: INSPIRAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL - DA TEORIA ÀS PRÁTICAS	09
REFERÊNCIAS	41

APRESENTANDO O PRODUTO EDUCACIONAL!

Prezados(as) docentes,

“Onde o saber encontra o corpo”: catálogo de Produtos Educacionais do ProfEPT para práticas educativas em sexualidade no ensino médio integrado é um Produto Educacional (PE) que surge como resposta à crescente demanda por estratégias didático-metodológicas contextualizadas e à necessidade de minimizar lacunas formativas na abordagem da educação sexual no Ensino Médio Integrado (EMI).

Esse PE é resultado da pesquisa intitulada **“Educação sexual e formação integral: análise das concepções docentes e dos desafios práticos no ensino médio integrado do Instituto Federal do Acre”**, conduzida por Eder Ferreira de Arruda no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Acre (Ifac). A pesquisa está inserida na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e no Macroprojeto 3 – Práticas Educativas no Currículo Integrado, sob a orientação da Prof.^a. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas e do Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira.

Diante dos desafios e da complexidade dessa temática no ambiente escolar, este catálogo foi concebido como um recurso educacional de apoio e consulta para os docentes que buscam incorporar a educação sexual em sua prática pedagógica de maneira multi, inter ou transdisciplinar e humanizada, alinhando-se aos princípios norteadores da EPT.

Nesse sentido, o principal objetivo é disponibilizar aos docentes um instrumento orientador, de apoio e incentivo à educação sexual sob a concepção freireana de uma abordagem dialógica¹, reflexiva e transformadora. Acredita-se que a troca de experiências e o acesso a diferentes perspectivas educativas podem enriquecer significativamente a prática docente, contribuindo para a formação integral dos estudantes do EMI.

Convidamos os (as) docentes a explorar este catálogo e a descobrir o potencial dos PEs do ProfEPT para transformar a maneira como a educação sexual é abordada em suas instituições. Espera-se que este material se torne um valioso aliado em sua jornada educativa, para fomentar discussões relevantes, desmistificar tabus e promover um ambiente escolar mais informado e acolhedor em relação à sexualidade.

“Onde o saber encontra o corpo” é um convite ao diálogo e à construção para práticas dialógicas em educação sexual no EMI

¹ Paulo Freire (1921-1997) defendia uma educação dialógica onde educador e educando constroem conhecimento juntos através do diálogo. Nessa abordagem, a relação é horizontal e colaborativa, com ambos aprendendo um com o outro pela troca de experiências, reflexão crítica e busca por soluções. Nas palavras do autor: “Não há o diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro. Pensar que não se aceita a dicotomia mundo-homens, mas reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade.” (FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 92).

CONEXÕES NECESSÁRIAS: EPT, EMI, PEs E AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL – UM PANORAMA INTRODUTÓRIO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) configura-se como uma modalidade educacional de referência no ensino básico, técnico e tecnológico, demandando abordagens integradoras e contextualizadas para a formação humana integral, proporcionando aos estudantes a articulação entre conhecimentos propedêuticos e técnico-profissionais a fim de superar a histórica dualidade e fragmentação do ensino no país (Ciavatta; Ramos, 2011; Saviani, 2021).

Nesse cenário, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), instituída pela Lei nº 11.892/2008, constitui um marco na expansão e democratização da EPT no Brasil (Brasil, 2008). Assim, a educação sexual emerge como componente essencial à formação humana integral, politécnica e omnilateral e encontra no Ensino Médio Integrado (EMI) um espaço promissor para a promoção do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes para atuação no mundo do trabalho e para a participação ativa na vida em sociedade (Saviani, 2007; Valença; Carvalho, 2021; Frigotto, 2024).

Contudo, o EMI, embora tenha uma função primordial e esteja em constante evolução teórica e prática, enfrenta desafios de efetivar uma abordagem contextualizada e interdisciplinar da educação sexual (Araujo; Frigotto, 2015), cuja integração no currículo encontra respaldo em um robusto arcabouço jurídico-político nacional (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

A produção de recursos educacionais específicos para a educação sexual na EPT torna-se necessária, dada a crescente demanda por estratégias didático-metodológicas e a persistência de lacunas formativas na abordagem da temática no EMI, principalmente devido às dificuldades docentes em conduzir discussões dialógicas sobre sexualidade, frequentemente tensionadas por tabus sociais, culturais e ideológicos, pela invisibilidade curricular e institucional, pela escassez de materiais pedagógicos instrucionais atualizados e pertinentes às realidades dos estudantes (Badarane, 2021; Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021).

A insuficiência de materiais didáticos interdisciplinares restringe o acesso a informações cruciais para uma vivência responsável da sexualidade e compromete a formação integral dos estudantes, impedindo o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre temas contemporâneos essenciais ao exercício pleno da cidadania e à promoção da saúde, direitos humanos, equidade de gênero e valorização da diversidade.

Frente a esse panorama, o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), mestrado profissional em rede nacional criado em 2016, está presente em 40 instituições em todos os estados brasileiros. O programa destaca-se pela produção de conhecimento interdisciplinar, integrando trabalho, ciência, cultura e tecnologia para otimizar processos educativos e gestão pedagógica em contextos formais e não formais. Além disso, desenvolve Produtos Educacionais (PEs) e materiais técnico-científicos em consonância com suas linhas de pesquisa, visando inovação tecnológica e melhoria do ensino (Brasil, 2019; Urbanetz; Cassiano; Bettoni, 2020).

Entretanto, pesquisas sobre educação sexual no contexto específico da EPT apontam múltiplos desafios para a efetivação de práticas educativas concernentes a questões de gênero, orientação sexual, identidade e diversidade, tanto intra quanto extraescolar. Esses estudos destacam a necessidade de recursos educacionais e formação docente continuada específica em educação sexual, elementos fundamentais para ampliar o processo formativo dos estudantes, de modo que a EPT cumpra efetivamente sua função de preparar os estudantes tanto para sua inserção qualificada no mundo do trabalho quanto para sua participação consciente e ativa na vida em sociedade (Fioravanti; Brancher; Moreira, 2020; Gemaque; Cavalcanti; Jesus, 2021; Camargo, 2021).

Nesse contexto, esse PE representa uma modesta contribuição para o campo da educação sexual na EPT, disponibilizando aos docentes, a partir do mapeamento sistematizado dos PEs desenvolvidos no âmbito do ProfEPT, um recurso educacional estruturado como catálogo consultivo que possibilita o acesso ao conhecimento de produtos educacionais aplicados às temáticas relacionadas à educação sexual.

Desse modo, esse catálogo oferece aos docentes um repertório diversificado de estratégias didático-metodológicas aplicáveis em diferentes ambientes de aprendizagem, cujas adaptações às especificidades institucionais devem ser consideradas por quem for utilizá-lo. Ademais, esse PE visa não apenas colaborar com as práticas educativas em sexualidade, mas também fomentar a intencionalidade pedagógica de abordagens dialógicas, contextualizadas, interdisciplinares, críticas e emancipatórias, contrapondo-se a perspectivas reducionistas e neotecnistas que limitam a formação humana integral.

REFLETINDO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SEXUALIDADE: COMO SUPERAR OS DESAFIOS E PROMOVER UMA FORMAÇÃO INTEGRAL NO EMI?

Historicamente, a educação sexual no Brasil tem sido marcada por uma concepção higienista e controladora, caracterizada por valores morais e religiosos, evoluindo posteriormente para uma abordagem predominante preventivista que negligencia as dimensões emocional, social e psicológica dos estudantes. Tal limitação pode levar ao desinteresse pelo tema e não os prepara para uma vivência adequada da sexualidade (Bueno; Ribeiro, 2018).

As práticas educativas em sexualidade no EMI devem promover uma reflexão abrangente sobre os múltiplos fatores que envolvem a sexualidade humana (Furlanetto *et al.*, 2018). Nessa perspectiva, essas práticas devem ser concebidas para promover uma formação crítica e emancipatória que contribua para a desconstrução de concepções preconceituosas, reducionistas, preventivas e higienistas, bem como de modelos segregadores de educação (Inocêncio; Garzoni; Marcusso, 2021).

Assim, para que as práticas educativas em educação sexual possibilitem uma aprendizagem significativa e estejam alinhadas aos princípios da EPT, propõe-se que elas sejam orientadas pelas seguintes diretrizes:

Abordagem emancipatória e dialógica: A educação sexual deve ser um processo contínuo, incentivando a reflexão crítica sobre a sexualidade e sua relação com a realidade dos estudantes. A abordagem deve ser problematizadora, identificando dúvidas, anseios e opiniões para promover um aprendizado significativo. O espaço escolar precisa se adaptar às mudanças sociais, utilizando o diálogo para criar um ambiente favorável à educação sexual crítica e participativa (Freire, 1987; Badarane; Freitas, 2024).

Concepção multifacetada da sexualidade: A sexualidade é um fenômeno complexo, indo além dos aspectos biológicos e reprodutivos, ela envolve dimensões afetivas, culturais, sociais, ambientais, políticas e axiológicas. Uma abordagem educativa eficaz deve reconhecer essa multidimensionalidade, integrando-a como parte fundamental da identidade e do bem-estar psicossocial. Isso permite estratégias mais abrangentes e eficientes na educação sexual, superando modelos reducionistas tradicionais (Badarane; Freitas, 2024b).

Transversalidade e Interdisciplinaridade: A educação sexual a partir da perspectiva da participação ativa e colaborativa de docentes de diversas áreas do conhecimento, cada um contribuindo com métodos e perspectivas próprias de sua disciplina. Essa colaboração enriquece o ensino, permitindo uma discussão mais ampla e contextualizada sobre sexualidade. Para tanto, exige-se a articulação entre os diferentes componentes curriculares, garantindo que a temática seja abordada de maneira integrada e crítica, promovendo uma educação sexual mais dinâmica e significativa, preparando os estudantes para compreender e refletir sobre as múltiplas dimensões da sexualidade na sociedade (Carvalho; Jardim; Guimarães, 2019).

Utilização de Metodologias Ativas e Recursos Inovadores: Para práticas educativas emancipatórias em educação sexual, é necessário superar as abordagens tradicionais baseadas em aulas expositivas e palestras, adotando-se sequências didáticas interativas, gamificação e dinâmicas digitais podem tornar o aprendizado mais participativo e atrativo, enquanto rodas de conversa e debates promovem a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento (Mecenas *et al.*, 2024). Nesse sentido, estratégias como Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), Aprendizagem Baseada em Times (TBL) e Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPr) incentivam os estudantes a aplicar conhecimentos na resolução de desafios reais, desenvolvendo habilidades práticas. A problematização e a instrução por pares estimulam a autonomia e o diálogo, enquanto o ensino híbrido e a sala de aula invertida oferecem flexibilidade e aprofundamento (Almeida; Angeli; Pereira, 2021; Marques *et al.*, 2021). Além disso, o uso de recursos educacionais, como materiais impressos (mapas conceituais, mapas mentais, panfletos) e digitais (mural interativo, cartilhas, e-books, aplicativos, vídeos, podcasts) enriquece o processo de ensino-aprendizagem. Quando bem aplicadas, essas estratégias transformam a educação sexual em uma experiência dinâmica e significativa, aproximando os estudantes do tema de forma crítica e participativa (Santana; Rossini; Pretto, 2012).

Formação docente e apoio institucional: A formação docente continuada é fundamental para a inserção de práticas educativas em educação sexual, visto que muitos professores demonstram falta de preparo teórico-metodológico e desconforto ao abordar as temáticas, devido à ausência de formação específica ou a conflitos com valores axiológicos pessoais. A formação continuada em gênero e sexualidade é necessária para alinhar as práticas educativas aos direitos humanos, abrangendo conhecimentos técnicos e estratégias pedagógicas adaptadas às diferentes realidades educacionais (Santos Neto, 2022; Guimarães *et al.*, 2023).

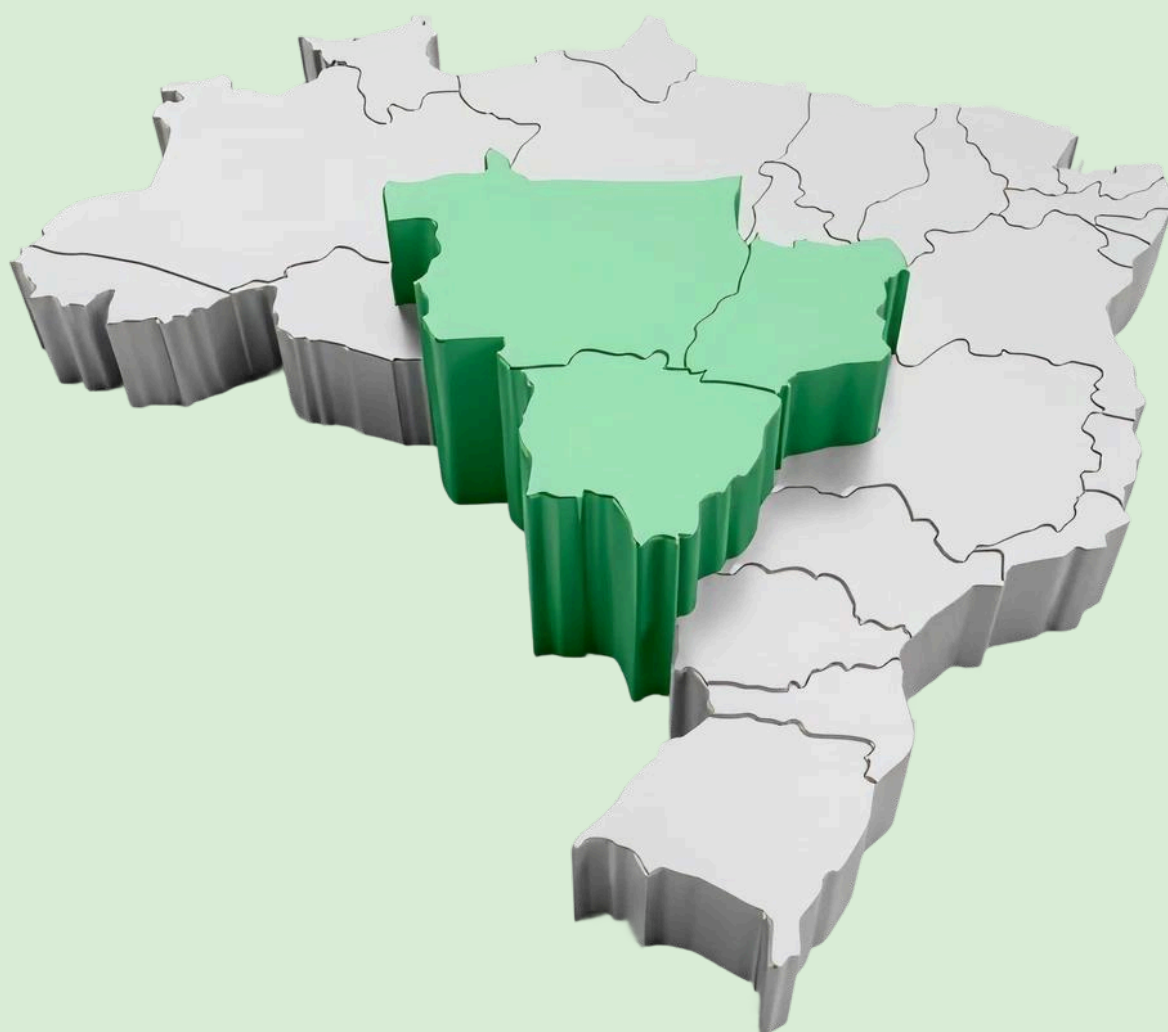
Participação da família e comunidade: embora a escola seja a base da educação sexual formal, a participação familiar é essencial para uma formação integral. Dessa forma, as práticas educativas devem fortalecer o diálogo entre o núcleo familiar e a escola. Isso inclui: programas de orientação para pais, criação de canais de comunicação e desenvolvimento de recursos educacionais que facilitem a discussão no âmbito familiar, visando uma educação sexual integrada e efetiva (Lima; Pavinati, 2023).



CATÁLOGO DE PEs DO PROFEPT:

INSPIRAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL - DA TEORIA ÀS PRÁTICAS

Região Centro-Oeste



Cartilha de prevenção e
enfrentamento ao assédio
sexual no IFMS



Produto Educacional

Cartilha de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual no IFMS

Título da dissertação

Assédio sexual: uma proposta de prevenção e enfrentamento no IFMS

Autores

Douglas Garajo de Moura
Marilyn Aparecida Errobidart de Matos
Danilo Ribeiro de Sá Teles

Ano de publicação

2023

Tipologia

Cartilha

Para quem é este produto

Docentes, estudantes e demais membros da comunidade escolar

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre o assédio sexual como uma forma de violência de gênero/sexualidade. Além disso, aborda seus conceitos, apresenta exemplos, oferece orientações de prevenção, explica como buscar acolhimento e fazer denúncias, e detalha as consequências administrativas para o assediador.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Fornecer informações claras e objetivas para um ambiente educacional seguro e respeitoso, prevenindo e enfrentando o assédio sexual, e capacitando estudantes, servidores e colaboradores a reconhecer, prevenir e combater essa grave violação.



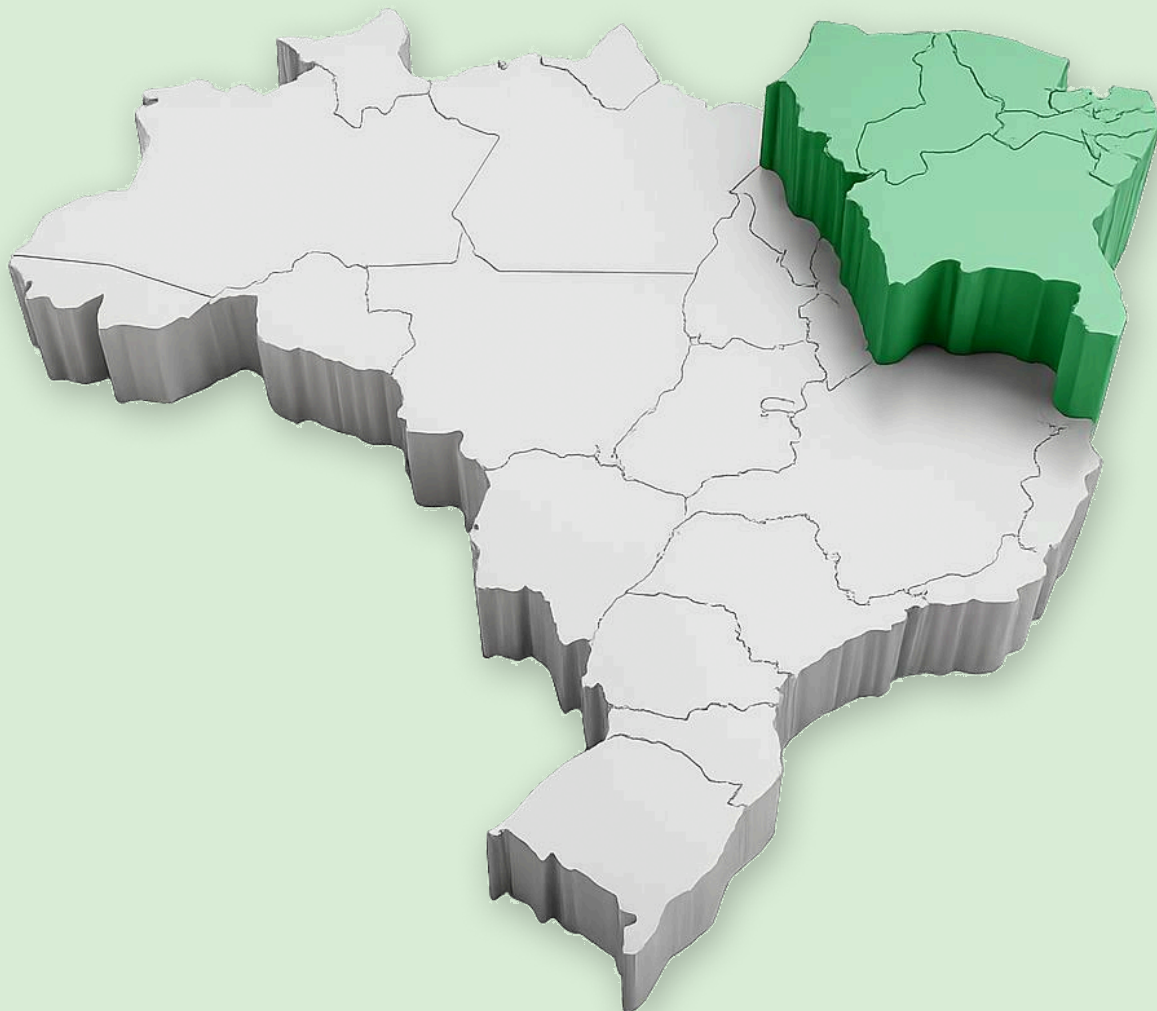
Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/739532>

Região Nordeste



Sequência Didática: proposta para abordagem dos temas HIV e AIDS em cursos técnicos de nível médio em segurança do trabalho

Rodas de conversa: diálogo com a diversidade sexual e de gênero na escola

Colorlivro: narrativas de egresses LGBTQIAP+ do Instituto Federal de Educação Profissional Baiano campus Serrinha

"Desatando nós, atando laços": sequência didática sobre o sistema sexo-gênero para o ensino de História

"Pedagogia das diferenças": o cineclube como difusão cultural e ação educativa no ensino médio técnico-integrado

Saúde on: O podcast da saúde do adolescente

"Dominadores Dominados?" a masculinidade na berlinda

Saberes "Akaiutibiró": artesanaria indígena LGBTQIAPN+

Guia de Inclusão das Pessoas LGBTQIA+

O empoderamento feminino em discussão

Cartilha de Atividades LGBTI+

Assédio sexual na escola, Não!

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal)



Produto Educacional

Sequência Didática: proposta para abordagem dos temas HIV e AIDS em cursos técnicos de nível médio em segurança do trabalho

Título da dissertação

Desenvolvimento de sequência didática como produto educacional: os temas HIV e AIDS em módulos de aprendizagem

Autores

Deyvison Campos dos Santos
Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti

Ano de publicação

2020

Tipologia

Sequência Didática (SD)

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Embora o tema principal seja HIV e AIDS, o enfoque é na saúde sexual, incluindo formas de infecção e prevenção.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Reconhecer a importância dos temas HIV e AIDS em ambientes laborais, elaborando e utilizando recursos de ordem didática e pedagógica. O material pretende ser um recurso didático-pedagógico para ser estudado, criticado, adaptado e aplicado em salas de aula.

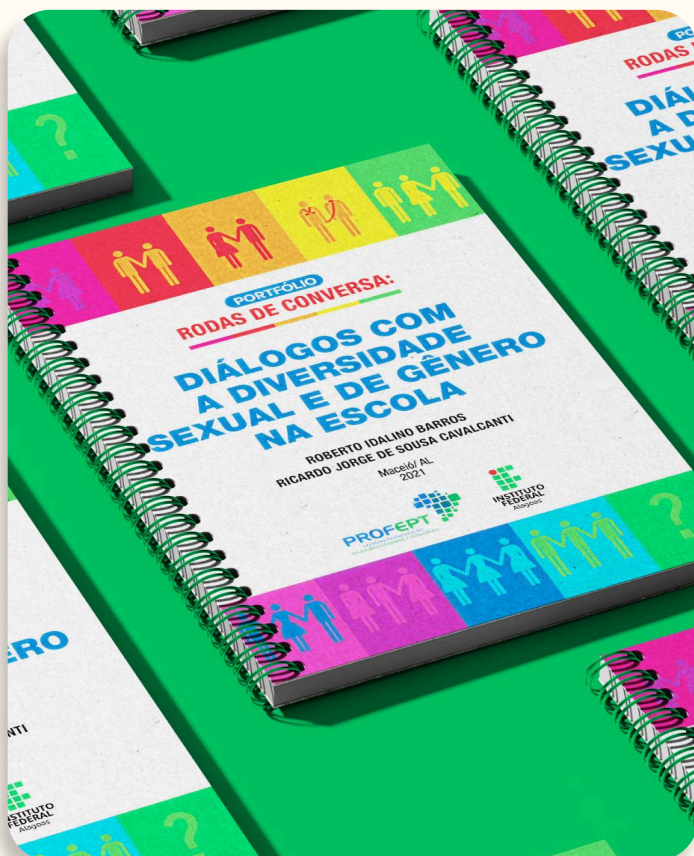


Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/581804>



Produto Educacional

Rodas de conversa: diálogo com a diversidade sexual e de gênero na escola

Título da dissertação

Identidades LGBTQIA+ silenciadas: rodas de conversa sobre diversidade sexual e de gênero na educação profissional e tecnológica de nível médio

Autores

Roberto Idalino Barros
Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti

Ano de publicação

2020

Tipologia

Portfólio com um encarte didático, tendo as rodas de conversa como metodologia central e um game interativo

Para quem é este produto

Estudantes, docentes, pedagogos (as) e assistentes sociais

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre os conceitos de sexo, gênero, sexualidade, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, performance de gênero, direitos sexuais, múltiplas formas de violência, LGBTfobia e educação, diversidade sexual e de gênero e família, e transversalidade curricular com enfoque na pluralidade de gêneros, discutindo a representação LGBTQIA+ em livros didáticos e a discriminação no mercado de trabalho.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Contribuir para o debate acerca da pluralidade identitária sexual com vistas à transversalidade do currículo na EPT. Visa também analisar as vozes dos participantes da pesquisa e apresentar um material advindo das interações. O game interativo busca debater conceitos sobre diversidade sexual e de gênero.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/603459>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)



Produto Educacional

Colorlivro: narrativas de egressos LGBTQIAP+ do Instituto Federal de Educação Profissional Baiano campus Serrinha

Título da dissertação

O sacrifício de Izaque: narrativas das vivências de egressos LGBTQIAPN+ na educação profissional técnica de nível médio do IfBaiano Campus Serrinha

Autores

Viani da Silva Soares
Davi Silva da Costa

Ano de publicação

2023

Tipologia

E-book. O nome é inspirado no arco-íris, símbolo da comunidade LGBTQIAP+

Para quem é este produto

Docentes e estudantes de todas as orientações sexuais, mas o foco é na juventude LGBTQIAP+

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre narrativas dos enfrentamentos de estudantes egressos LGBTQIAP+, orientações sexuais, aceitação de pares, sentimentos de encontro e desencontro até a assunção das identidades, abordando o acolhimento da comunidade LGBTQIAP+.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Realizar uma releitura criativa e prazerosa das narrativas para jovens, buscando ser uma contribuição para a ampliação e fortalecimento das pesquisas envolvendo a comunidade LGBTQIAP+, particularmente a juventude, ajudando-os na assunção de suas identidades.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738628>



Objetivos propostos para a utilização deste produto

Apoiar professores, especialmente de História no planejamento de aulas sobre gênero e sexualidade, desenvolvendo nos estudantes uma compreensão crítica das construções sócio-históricas e subjetivo-culturais destes temas, buscando suprir as lacunas dos livros didáticos quanto à representação de identidades de gênero plurais, oferecendo uma abordagem histórico-subjetiva para discussão destes conteúdos em sala de aula.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586018?mode=full>



Produto Educacional

“Desatando nós, atando laços”: sequência didática sobre o sistema sexo-gênero para o ensino de História



Título da dissertação

“O nó de Górdio”: regimes de verdade sobre o sistema sexo-gênero no ensino de história



Autores

Débora Lins Epaminondas
José Washington de Moraes
Medeiros



Ano de publicação

2020



Tipologia

Sequência Didática (SD)



Para quem é este produto

Docentes, especialmente de História, e estudantes.



Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Sistema sexo-gênero, gênero e sexualidade. Foca em construções/manifestações sócio-históricas e subjetivoculturais que envolvem o gênero e a sexualidade. Aborda a formação da masculinidade e da feminilidade e o binarismo de gênero, bem como o respeito às pessoas que vivenciam a sexualidade de forma não padronizada.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)



Produto Educacional

Saúde on: O podcast da saúde do adolescente

Título da dissertação

Saúde Sexual e reprodutiva de alunos do ensino médio integrado: a voz dos adolescentes no IFCE Tauá

Autores

Sharlene Pereira Alves
Patrícia Ribeiro Feitosa Lima

Ano de publicação

2024

Tipologia

Episódios de podcast disponíveis via QR code e link de acesso

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre saúde sexual e reprodutividade e sexualidade na adolescência.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Entender a concepção de saúde sexual e reprodutiva de alunos. Abordar tópicos importantes da educação sexual e reprodutiva utilizando recursos e métodos que aproximem os estudantes e os tornem protagonistas, com diálogo e escuta para a busca de novos conhecimentos. Esclarecer dúvidas sobre saúde sexual e reprodutiva.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/917572>



Objetivos propostos para a utilização deste produto

Discutir a masculinidade hegemônica e as articulações sobre gênero e poder.



Produto Educacional

“Dominadores Dominados?” a masculinidade na berlinda



Título da dissertação

“Masculinidade Hegemônica?": a concepção sobre masculinidade em meninos no ensino médio técnico-integrado e integral



Autores

Narciso Genuino
José Washington de Moraes Medeiros



Ano de publicação

2023



Tipologia

Ciclo de Palestras



Para quem é este produto

Docentes, estudantes do EMI e Integral e demais membros da comunidade escolar



Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Gênero e sexualidade, masculinidade hegemônica, abordando a relação entre gênero e poder que promovem desigualdade entre os sexos, e outras formas de vivenciar o gênero além do binário.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/739840>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)



Produto Educacional

"Pedagogia das diferenças": o cineclube como difusão cultural e ação educativa no ensino médio técnico-integrado

Título da dissertação

"Okùnrin Dùdù": 'Geração Z', formação omnilateral e a imagética do negro gay cinematografado

Autores

Petrônio Pereira da Silva
José Washington de Moraes
Medeiros

Ano de publicação

2023

Tipologia

Ação extensionista: Cineclubista

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre masculinidade, raça e etnia e gênero e sexualidade no cenário da Geração Z.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Compreender a experiência de um projeto de extensão de cineclube com enfoque nas questões de masculinidade, etnia e gênero nos espaços educacionais. Além disso, capacitar os estudantes a reconhecerem e respeitarem a diversidade humana, além de combaterem estereótipos, preconceitos e discriminações.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/739604>



Produto Educacional

Saberes "Akaiutibiró": artesanaria indígena LGBTQIAPN+

Título da dissertação

Salve Akaiutibiró! Ecologia de saberes e diversidade artesanal em indígenas potiguara LGBTQIAPN+

Autores

Adriano Sérgio Bezerra de Oliveira
José Washington de Moraes Medeiros

Ano de publicação

2024

Tipologia

Ação extensionista: Exposição iconográfica

Para quem é este produto

Docentes, estudantes e artesãos indígenas LGBTQIAPN+

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre LGBTQIAPN+, gênero e sexualidade, interseccionando com raça, etnia, interculturalidade, trabalho e artesanaria.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover o conhecimento sobre a artesanaria produzida por indígenas LGBTQIAPN+, visando auxiliar no debate sobre temas transversais para o ensino médio integrado e na difusão cultural e a descolonização do conhecimento, pensamento e ação.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/921252>



Produto Educacional

Cartilha de Atividades LGBTI+

Título da dissertação

Gênero e diversidade sexual: as experiências de estudantes LGBTI+ na educação profissional e os desafios no mundo do trabalho

Autores

Johana de Angelis Cavalcanti de Moraes
Kleber Fernando Rodrigues

Ano de publicação

2020

Tipologia

Cartilha

Para quem é este produto

Docentes, estudantes e demais membros da comunidade escolar

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Sexualidade e identidade de gênero, padrão heteronormativo, respeito às diferenças, causa LGBTI+. Inclui conceitos sobre identidade e sexualidade.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Facilitar o entendimento sobre sexualidade e identidade de gênero, promover uma reflexão crítica sobre o padrão heteronormativo e estimular o respeito às diferenças no ambiente educacional e na sociedade em geral.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/583817>



Produto Educacional

Guia de Inclusão das Pessoas
LGBTQIA+

Título da dissertação

O núcleo de gênero e diversidade e
a população LGBTQIA+: rupturas,
avanços e tensões no cotidiano de
um Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia

Autores

Ivanildo Alves de Lima Júnior
Bernardina Santos Araújo de Sousa

Ano de publicação

2020

Tipologia

Guia orientativo

Para quem é este produto

Docentes, gestores, estudantes e
demais membros da comunidade
escolar

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Aborda a diversidade sexual e
identidades de gênero, direitos das
pessoas LGBTQIA+, importância do
nome social e formas de atuação
do núcleo de gênero e diversidade.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Contribuir para um melhor diálogo no que se
refere às questões de diversidade sexual e
identidades de gênero. Além de informar,
sensibilizar e formar a comunidade acadêmica
para a consolidação dos compromissos
institucionais de promover formação humana
integral e acolher a população LGBTQIA+.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597276>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)



→ Produto Educacional

O empoderamento feminino em discussão

→ Título da dissertação

Mulheres integrantes de núcleos de gênero e diversidade na educação profissional e tecnológica: narrativas sobre

→ Autores

Maria Aparecida Cruz
Bernardina Santos Araújo de Sousa

→ Ano de publicação

2024

→ Tipologia

Episódios de podcast, estruturado em três episódios com miniconferências e narrativas.

→ Para quem é este produto

Docentes, estudantes e demais membros da comunidade escolar, especialmente mulheres.

→ Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Aborda a conceituação do empoderamento feminino (suas definições, pilares como consciência cognitiva e conscientização política, distinção entre individual e coletivo, e críticas ao esvaziamento midiático do conceito) e as narrativas femininas nos espaços de pesquisa e extensão no IF.

→ Objetivos propostos para a utilização deste produto

Ampliar discussões sobre gênero, diversidade e sexualidade na perspectiva do empoderamento feminino, bem como, demonstrar como a memória e ressignificação das experiências femininas possibilitam processos de libertação e renovação pessoal através da interseccionalidade e empoderamento.



Aponte a câmera
do celular



🔗 Link de acesso

<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/1503>



Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover a compreensão sobre o assédio sexual e os crimes sexuais no ambiente escolar, esclarecendo suas causas e formas de identificação e contribuir para o combate a essa violência, garantindo que os alunos se sintam seguros para denunciar e que os educadores estejam preparados para reconhecer e agir diante de sinais de abuso, reforçando o compromisso da instituição com uma formação cidadã, ética, segura e inclusiva.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<http://bia.ifpi.edu.br:8080/jsui/handle/123456789/1621>



Produto Educacional

Assédio sexual na escola, Não!



Título da dissertação

Assédio sexual na rede federal de ensino: reflexão e conscientização



Autores

Georges Cobiniano Sousa de Melo
Márcio Aurélio Carvalho de Moraes



Ano de publicação

2022



Tipologia

Cartilha



Para quem é este produto

Docentes, estudantes e demais membros da comunidade escolar.



Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Discute a violência sexual no ambiente escolar, explicando suas diferentes formas e as consequências legais para os agressores. Além disso, oferece recursos práticos, como materiais de fácil acesso, para auxiliar na identificação de comportamentos suspeitos. Por fim, reforça a importância de denunciar esses casos, seja de forma anônima ou não, e buscar ajuda especializada.

Região Norte

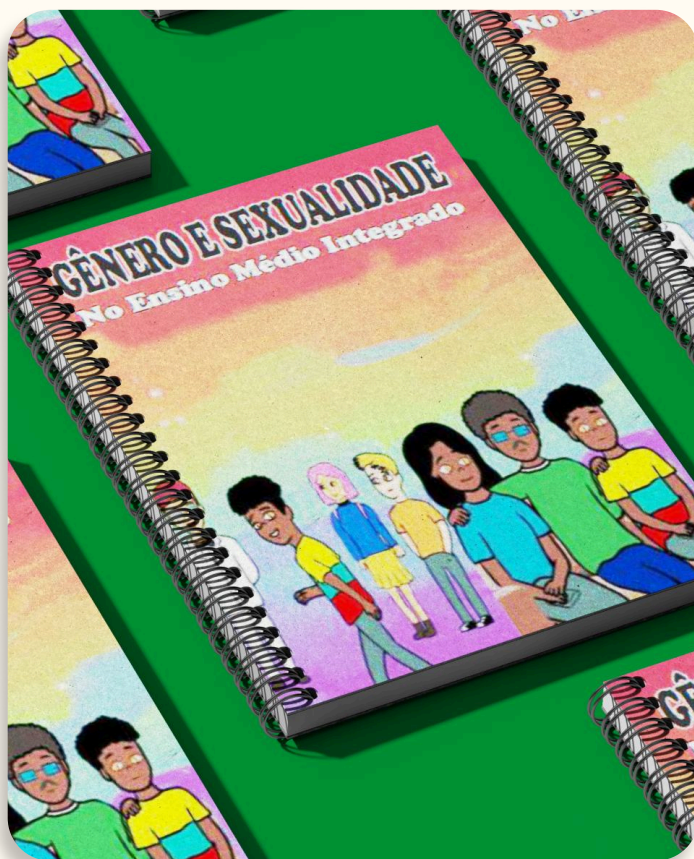


Gênero e Sexualidade no
Ensino Médio Integrado

Manual de orientações sobre
gênero e diversidade sexual

Uma abordagem sobre as
infecções sexualmente
transmissíveis: um guia didático

Corpo e consciência: educação
em sexualidade para adolescentes



Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover diálogos que reflitam a realidade e as experiências dos estudantes, tanto daqueles que se identificam como LGBTI+ quanto dos que convivem com essa diversidade, buscando ampliar a compreensão sobre o uso de histórias em quadrinhos como ferramenta pedagógica eficaz no processo educativo.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586370>



Produto Educacional

Gênero e Sexualidade no Ensino Médio Integrado



Título da dissertação

Professora, o quê que eu sou?
Gênero e Sexualidade no Ensino Médio Integrado.



Autores

Robelania dos Santos Gemaque
Natália Conceição Silva Barros
Cavalcanti



Ano de publicação

2020



Tipologia

História em Quadrinhos (HQ)



Para quem é este produto

Docentes e estudantes



Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Conceitos fundamentais sobre gênero, sexo e sexualidade, a relação entre família, escola e homossexualidade e os desafios das pessoas trans no mercado de trabalho. O conteúdo utiliza a sigla LGBTI+ para garantir representatividade de toda a diversidade sexual e de gênero, promovendo conhecimento, respeito e inclusão.



Produto Educacional

Manual de orientações sobre gênero e diversidade sexual

Título da dissertação

Relações de gênero no âmbito educacional: o que dizem e sugerem estudantes acerca dos papéis de gênero

Autores

Julia de Souza Lopes Basso
Janina Maria de Paula

Ano de publicação

2020

Tipologia

Manual orientador

Para quem é este produto

Docentes, estudantes e demais membros da comunidade escolar

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Aborda a diferença entre sexo biológico e gênero, apresentando os quatro elementos da sexualidade: identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico e expressão de gênero. Discute como os estereótipos de gênero perpetuam desigualdades. Enfatiza a necessidade de combater discriminações e promover equidade, alertando sobre a violência contra pessoas trans no Brasil. Inclui um glossário com termos essenciais sobre diversidade sexual e de gênero.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover a compreensão sobre diversidade sexual e de gênero, esclarecendo conceitos sobre identidades e orientações. Seu propósito é reduzir preconceitos, fomentar o respeito e garantir tratamento igualitário a todos, independentemente de características individuais. Ao desconstruir estigmas, busca contribuir para uma sociedade mais justa e democrática, onde cada pessoa seja acolhida com dignidade.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/583362>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)



Produto Educacional

Uma abordagem sobre as infecções sexualmente transmissíveis: um guia didático

Título da dissertação

Sequência didática para os cursos técnicos em saúde: uma abordagem sobre as infecções sexualmente transmissíveis

Autores

Aline de Sousa Silva
Rosa Maria Machado de Sena

Ano de publicação

2023

Tipologia

Sequência Didática (SD)

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

A SD está organizada em três módulos temáticos sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Além do conteúdo técnico, o material incorpora discussões sobre sexualidade, desmitificando tabus e combatendo estigmas sociais associados às ISTs, utilizando dados atualizados e propostas de atividades pedagógicas interativas para facilitar a aprendizagem.



Aponte a câmera
do celular



Objetivos propostos para a utilização deste produto

Dinamizar o ensino sobre ISTs na educação profissional, preenchendo lacunas de conhecimento e superando tabus por meio de estratégias didáticas inovadoras para docentes. Para tanto, busca promover uma aprendizagem significativa que integre as dimensões conceitual, procedimental e atitudinal, conscientizando sobre prevenção e saúde sexual enquanto estimula a reflexão crítica entre adolescentes. Além disso, visa capacitar futuros profissionais de saúde como agentes promotores de saúde, construindo conhecimentos aplicáveis tanto à vida pessoal quanto à prática profissional. Por fim, ao fomentar diálogos abertos e contextualizados, o material contribui para uma formação integral, ética e crítica dos educandos.

 Link de acesso

<https://portal.ifto.edu.br/profept/produtos-educacionais/produto-educacional-aline-1.pdf/view>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)



Produto Educacional

Corpo e consciência: educação em sexualidade para adolescentes

Título da dissertação

Educação em saúde sexual e reprodutiva para estudantes do ensino médio sob a perspectiva da formação humana integral

Autores

Marina da Silva Junqueira
Rosa Maria Machado de Sena

Ano de publicação

2024

Tipologia

Sequência Didática (SD) na forma de E-book

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abrange o desenvolvimento da sexualidade, reprodução e fecundação (incluindo puberdade), métodos contraceptivos, gravidez precoce e não intencional, comportamentos sexuais de risco, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), saúde sexual e reprodutiva, e a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover o conhecimento sobre educação sexual e reprodutiva, especialmente para adolescentes, aprofundando a compreensão do corpo e permitindo uma sexualidade consciente e prazerosa, buscando esclarecer questões e combater mitos, originando-se da percepção da falta de informação adequada e sendo desenvolvido para oferecer uma formação humana integral a estudantes do ensino médio integrado.



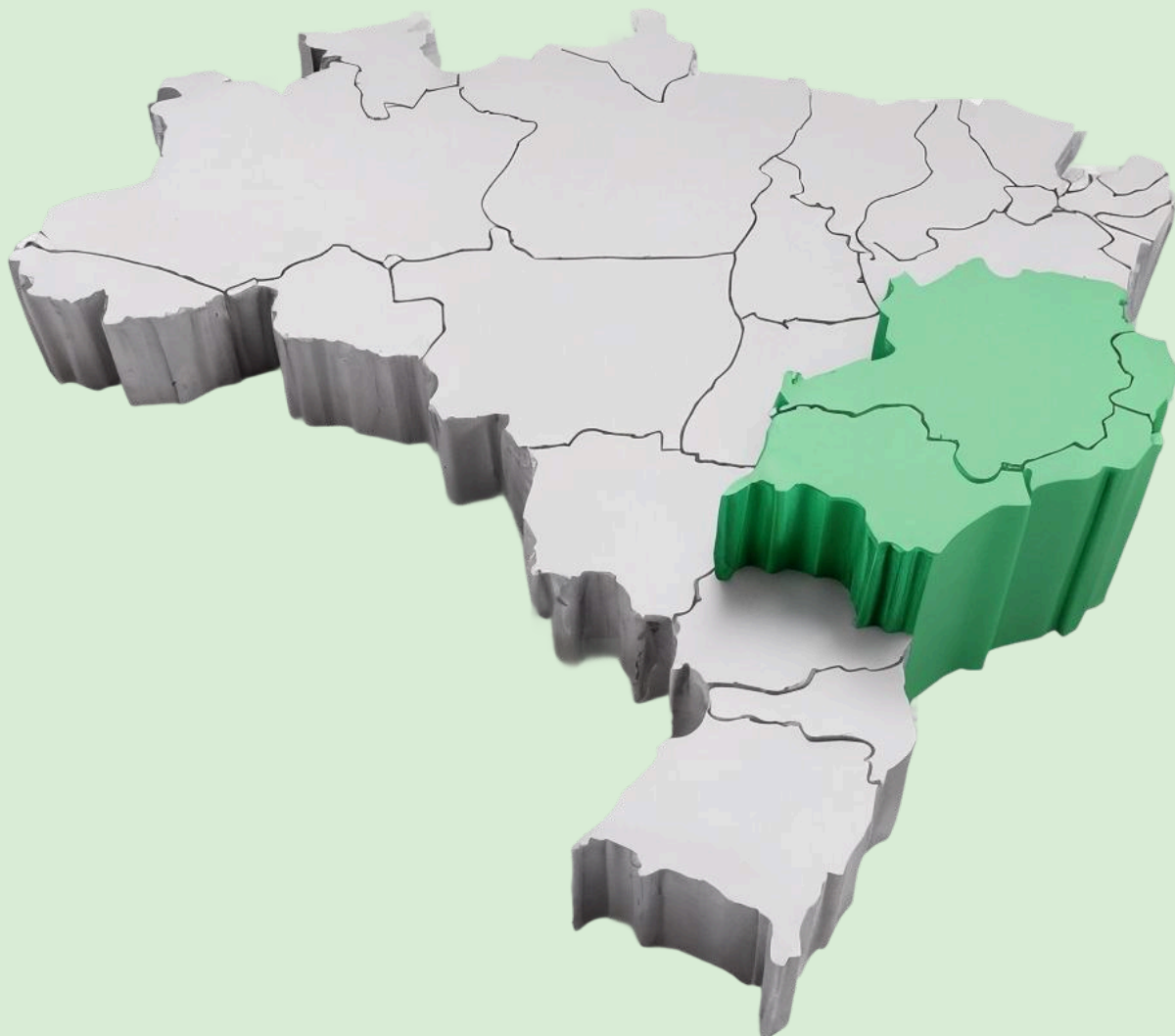
Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

https://portal.ifto.edu.br/profept/produtos-educacionais/pe_junqueira-machado_de_sena_corpo-e-consciencia-versao-final-com-ficha-catal-compactado.pdf/view

Região Sudeste



Sequência didática: É de menino ou de menina? Uma abordagem sobre questões de gênero nas rotinas pedagógicas na formação de professores/as em nível médio técnico

Discutindo gênero e sexualidade por meio de HQ'S e jogos eletrônicos: Um guia didático-pedagógico para educadores

Sequência didática: discriminações e violências de gênero e sexuais: conhecer, combater e superar

Guia de Uso do Infográfico "Trans in formação"

Sexualidade humana: questões para discutir e refletir no ensino técnico

O menino que nasceu aos quinze anos

Cidadania e diversidade: dialogando com as transformações



Produto Educacional

Sequência didática: É de menino ou de menina? Uma abordagem sobre questões de gênero nas rotinas pedagógicas na formação de professores/as em nível médio técnico

Título da dissertação

É de menino ou de menina? Questões de gênero na formação de professores/as em nível médio técnico

Autores

Juliana Carvalho de Castro
Marcel Alvaro de Amorim

Ano de publicação

2021

Tipologia

Sequência Didática (SD)

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Aborda questões de gênero como construção social, diferenciando-o do sexo biológico, para promover igualdade e diversidade na escola. Discute como os papéis de gênero e a socialização perpetuam desigualdades, enfatizando a necessidade de integrar essas reflexões no currículo e práticas pedagógicas. Analisa como brincadeiras e rotinas escolares reforçam estereótipos, propondo novas abordagens para combater o sexismo.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Contribuir com a formação de (futuros) docentes com conhecimentos e estratégias para atuar de forma proativa na educação sexual e viabilizar com esse material uma intencionalidade pedagógica para criar ambientes inclusivos, desconstruir normas tradicionais e fomentar o respeito às diferenças.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROPPI/juliana_de_carvalho_castro.pdf



Produto Educacional

Discutindo gênero e sexualidade por meio de HQ'S e jogos eletrônicos: Um guia didático-pedagógico para educadores

Título da dissertação

Discutindo gênero e sexualidade por meio de histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos: um caminho para a formação integral

Autores

Michele Rodrigues Teixeira
Nemésio Freitas Duarte Filho

Ano de publicação

2021

Tipologia

Guia orientativo/História em Quadrinhos (HQ) e Jogo virtual

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Aborda questões fundamentais sobre diversidade e inclusão social, examina as normas sociais relacionadas à heterossexualidade e às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, e analisa as formas de discriminação e preconceito presentes tanto no ambiente virtual dos jogos quanto na sociedade em geral.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

contribuir com orientações para aulas lúdicas que promovam reflexão sobre estereótipos e diversidade, sensibilizem para discriminações contra mulheres e comunidade LGBTQIA+, e desenvolvam leitura crítica da mídia, contribuindo para a formação de cidadãos engajados na construção de uma sociedade mais igualitária e superando abordagens educacionais tradicionalmente limitadas.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643266>



Produto Educacional

Sequência didática: discriminações e violências de gênero e sexuais: conhecer, combater e superar

Título da dissertação

Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: uma sequência didática para o ensino médio integrado

Autores

Ivan Pedroso
Ricardo Castro de Oliveira

Ano de publicação

2019

Tipologia

Sequência Didática (SD)

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual:

Examina a violência sexual e de gênero no Brasil, desconstrói a visão biológica da sexualidade, analisa as desigualdades de gênero no capitalismo e explora a repressão na ditadura militar. Finaliza com a produção de histórias em quadrinhos pelos estudantes para consolidar as reflexões sobre esses temas.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Abordar criticamente as discriminações e violências de gênero e sexualidade, relacionando-as ao sistema capitalista e promovendo uma formação integral e emancipadora dos alunos. A proposta busca desconstruir visões naturalizadas, analisar o cenário de violências no Brasil, questionar explicações biológicas sobre gênero e sexualidade, e explorar a repressão histórica (inclusive durante a ditadura militar) que controlou corpos e sexualidades. Para consolidar esse aprendizado, os alunos são incentivados a criar histórias em quadrinhos, transformando a educação em uma ferramenta de conscientização e capacitando-os a combater desigualdades sociais.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553143>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)



→ Produto Educacional

Guia de Uso do Infográfico “Trans in formação”

→ Título da dissertação

O uso de infográficos interativos como ferramenta de acesso a informações para conscientização e acolhimento as estudantes travestis e mulheres transexuais nos campi do IFSP

→ Autores

Guia orientativo/História em Quadrinhos (HQ) e Jogo virtual

→ Ano de publicação

2021

→ Tipologia

Guia orientativo/Infográfico interativo

→ Para quem é este produto

Docentes e estudantes

→ Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Aborda temáticas de diversidade sexual e de gênero, explorando conceitos fundamentais como identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual, com ênfase na realidade da população trans e do movimento LGBTQIAP+. Integra aspectos históricos, dados estatísticos e desafios contemporâneos como transfobia e inclusão no mercado de trabalho, articulando essas discussões com os princípios da EPT.

→ Objetivos propostos para a utilização deste produto

Contribuir com orientações para promover a educação sobre gênero e sexualidade, com foco em transgeneridade, para desenvolver consciência crítica nos estudantes, incluindo combater a transfobia e exclusão social, fomentar o respeito às diversidades de gênero e orientação sexual, e criar ambientes educacionais inclusivos.



Aponte a câmera do celular



 Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/738501>



Produto Educacional

O menino que nasceu aos quinze anos

Título da dissertação

Caminhos da gestão: o nome social como ferramenta para a identidade de gênero dos discentes transexuais na Educação Profissional e Tecnológica do IFES – Campus Colatina a partir do Decreto 8.727/2016

Autores

Maria do Carmo Conopca
Octavio Cavallari Junior

Ano de publicação

2019

Tipologia

Literatura de cordel

Para quem é este produto

Docentes e estudantes

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre a importância do uso do nome social como ferramenta para a identidade de gênero de estudantes transexuais na educação profissional e tecnológica.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover a discussão de políticas de inclusão para estudantes LGBTQIAPN+ através da educação para a diversidade de gênero e sexualidade. Além disso, visa comunicar e sensibilizar sobre a relevância do nome social para estudantes transexuais.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433743>



Produto Educacional

Cidadania e diversidade:
dialogando com as transformações

Título da dissertação

Educação, gênero e cidadania: a
formação para a diversidade no
ensino médio integrado ao técnico
da educação profissional e
tecnológica

Autores

Ana Paula Quintino Rocha
Maria Aparecida Colares Mendes

Ano de publicação

2020

Tipologia

Cartilha

Para quem é este produto

Docentes, estudantes, egressos e
demais membros da comunidade
escolar

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre identidade
gênero, diversidade, sociedade
heteronormativa e LGBTfobia.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Aprofundar conceitos e a discussão sobre
diversidade sexual e de gênero, provocando
reflexões sobre o impacto dessa temática na
EPT e na construção de uma cidadania que seja
verdadeiramente plena e emancipada.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575526>



Produto Educacional

Sexualidade humana: questões para discutir e refletir no ensino técnico

Título da dissertação

A formação integral dos estudantes na EPT implica pensar e refletir na prática educativa a sexualidade como dimensão da vida humana

Autores

Eliana Aparecida Pereira Pêgo
Wanderson Pereira Araújo

Ano de publicação

2024

Tipologia

Cartilha

Para quem é este produto

Docentes, estudantes, familiares e profissionais de saúde

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, prevenção de ISTs, autoestima, bullying e outros temas relacionados.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover a reflexão e o diálogo sobre sexualidade como uma dimensão da vida humana, contribuindo para a formação integral dos estudantes EPT.



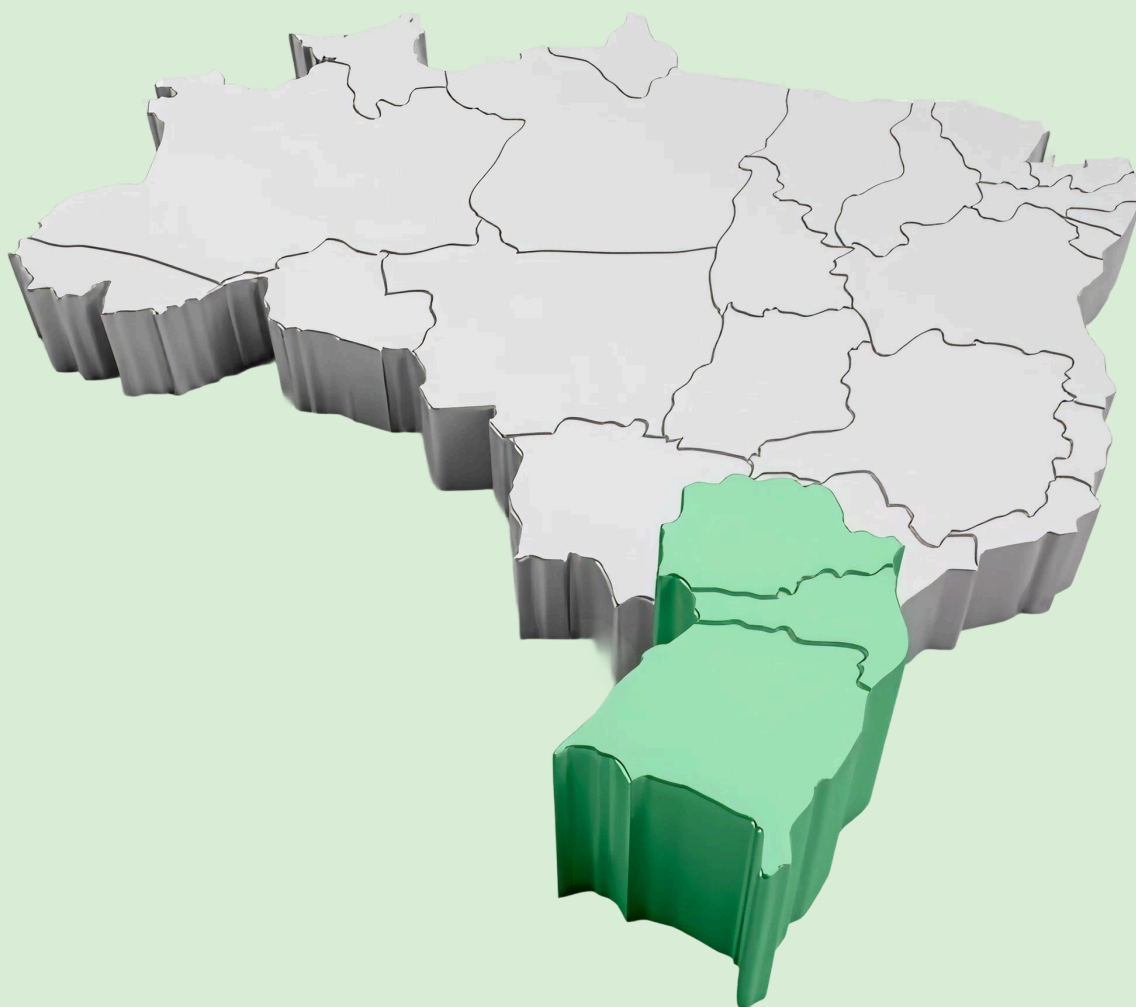
Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

https://drive.google.com/file/d/1oJUG2dw7vIcUoql38yo2O8nE1_N1I8B5/view

Região Sul



Guia-sugestões de oficinas sobre
gênero e sexualidade

Diversidade Sexual e de Gênero:
construir conhecimentos para
desconstruir preconceitos

Superando tabus: um jogo educativo
para a educação em sexualidade



Objetivos propostos para a utilização deste produto

Promover uma educação para a diversidade, questionando as noções naturalizadas de gênero e revelando suas raízes sociais e culturais. Valorizar as conquistas feministas, compreender os fundamentos culturais das identidades de gênero e enfrentar a homofobia e o sexismo para construir uma sociedade mais inclusiva. Aplicar os princípios dos direitos humanos na escola, estimulando debates críticos sobre sexualidade e gênero, transformando o espaço escolar em um ambiente democrático, seguro e acolhedor para todas as identidades.



Produto Educacional

Guia-sugestões de oficinas sobre gênero e sexualidade



Título da dissertação

Gênero e sexualidade em cena: dos modos de (Re) existência numa perspectiva de educação para diversidade



Autores

Arthur Felipe Kinzel Fauth
Daniela Medeiros de Azevedo Prates



Ano de publicação

2019



Tipologia

Guia orientativo



Para quem é este produto

Docentes e estudantes



Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Explora gênero e sexualidade como eixos centrais para a diversidade, desconstruindo conceitos biológicos e analisando o feminismo e suas conquistas, além de discutir a homofobia e preconceitos, ressaltando a importância dos Direitos Humanos para uma educação inclusiva e valorizadora da diversidade sexual.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/560445>



Produto Educacional

Superando tabus: um jogo educativo para a educação em sexualidade

Título da dissertação

Superando tabus: um jogo educativo para a educação em sexualidade no ensino médio

Autores

Najara Nogari de Mello
Everton Ribeiro

Ano de publicação

2021

Tipologia

Jogo educativo de mesa

Para quem é este produto

Docentes, estudantes e demais membros da comunidade escolar

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Aborda diversos aspectos da sexualidade humana, desde questões biológicas como saúde reprodutiva, mudanças corporais na puberdade e métodos contraceptivos, até temas de saúde pública como as infecções sexualmente transmissíveis. Explora também as dimensões sociais e culturais, discutindo diversidade sexual e de gênero, relações interpessoais, violência de gênero e desigualdades sociais. Inclui ainda reflexões sobre saúde mental, autoestima e bem-estar emocional no contexto do desenvolvimento sexual, promovendo uma visão abrangente e integrada da sexualidade como parte fundamental da formação humana.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Ampliar o conhecimento sobre sexualidade de forma dinâmica e interativa, utilizando recursos lúdicos para facilitar a aprendizagem e fixação de conceitos, ao mesmo tempo que estimula o diálogo e a troca de ideias entre estudantes, criando um ambiente aberto, acessível e atraente para explorar diversos aspectos da sexualidade.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/602771>



Produto Educacional

Diversidade Sexual e de Gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos

Título da dissertação

O atendimento ao público LGBTQI+ no campus Camboriú – Instituto Federal Catarinense: por uma política institucional não excludente no ensino médio

Autores

Jair Adriano Strapazzon
Humberto Luís de Cesaro

Ano de publicação

2021

Tipologia

E-book. Apresenta-se de forma prática e didática, com sugestões de leituras, filmes, séries e curtas-metragens

Para quem é este produto

Docentes, estudantes, familiares e demais membros da comunidade escolar

Conteúdos/temas específicos da educação sexual

Abordagem sobre conceitos preliminares para compreender sexualidade e gênero, causas e consequências da LGBTQIfobia no contexto escolar.

Objetivos propostos para a utilização deste produto

Oferecer ao público-alvo informações fundamentais sobre diversidade, gênero, sexualidade, LGBTQIfobia e temas correlatos, com uma abordagem prática, didática, simples e acessível.



Aponte a câmera
do celular



Link de acesso

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643836>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F.; ANGELI, A. C.; PEREIRA, R. S. As metodologias ativas e a educação do século XXI. **Revista Conexão na Amazônia**, v.3, n.2, p.6-27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/29>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v.52, n.38, p.61-80, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BADARANE, A. M. **Concepções de professores e alunos sobre sexualidade e as estratégias utilizadas na abordagem dessa temática no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em: <http://www2.ufac.br/mpecim/menu/dissertacoes/turma-2018/dissertacao-amanda-moura-badarane.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BADARANE, A. M. FREITAS, F. E. L. A educação dialógica como estratégia no desenvolvimento de práticas educativas sobre sexualidade no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do acre. **Anais do X CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2024a. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109544>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BADARANE, A. M. FREITAS, F. E. L. Concepções multifacetadas de sexualidade em uma instituição de educação profissional. **Anais do X CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2024b. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/109544>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de Área – Ensino**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.29, n.1, p.49-56, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>. Acesso em: 07 fev. 2025.

CAMARGO, D. Programa de inclusão e diversidade do Senac São Paulo: identidade de gênero e educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-16. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.13516>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CARVALHO, L. G. L.; JARDIM, M. C.; GUIMARÃES, A. P. M. Educação sexual na perspectiva dos temas transversais: uma revisão de literatura. **Educationis**, v.7, n.2, p.19-29, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.6008/CBPC2318-3047.2019.002.0003>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v.39, p.1-23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469839794>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, v.5, n.8, p.27-41, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45>. Acesso em: 04 jul. 2024.

FIORAVANTI, T. S.; BRANCHER, V. R.; MOREIRA, H. C. Gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação profissional e tecnológica: os núcleos de gênero e diversidade. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v.1, p.207-219, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/article/view/e202025>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 129p. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

FRIGOTTO, G. Formação humana omnilateral e o Ensino Médio Integrado: a (des)conexão entre formação científica e política da juventude. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.1, n.24, p.1-18, 2024. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17172>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa**, v.48, n.168, p.550-571, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em: 07 fev. 2025.

GEMAUQUE, R. S.; CAVALCANTI, N. C. S. B.; JESUS, J. G. Nem Só Azul e Rosa: Diversidade Sexual e de Gênero na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2021.13516>. Acesso em: 15 mar. 2025.

GUIMARÃES, E. B. M. et al. Projetos pedagógicos de curso em análise: gênero e sexualidade na formação docente. **Educação em Revista**, v.39, p.1-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841675>. Acesso em: 6 jun. 2025.

INOCÊNCIO, J. V.; GARZONI, L. C.; MARCUSO, M. F. Horizontes para uma educação emancipatória: a articulação entre gênero, sexualidade e mundo do trabalho na EPT a partir de uma sequência didática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, n.21, p.1-17, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12882/pdf>. Acesso em: 07 fev. 2025.

LIMA, L. V.; PAVINATI, G. Educação sexual com adolescentes no contexto familiar à luz da (anti)dialogicidade freireana. **Interface**, v.27, p.1-18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220651>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MARQUES, H. R. et al. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. **Avaliação**, v.26, n.3, p.718-741, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/C9khps4n4BnGj6ZWkZvBk9z/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MECENAS, E. O. et al. Práticas de ensino-aprendizagem para a educação sexual na educação básica: narrativa de licenciandos do programa de residência pedagógica. **Ciclo Revista: Vivências em Ensino e Formação**, v.8, n.1, 2024. Disponível em: <https://ifgoiano.emnuvens.com.br/ciclo/article/view/1687>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. L. (Org.). **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas**. Salvador: Edufba, 2012. 246 p. Disponível em: <https://edufba.ufba.br/livros-publicados/recursos-educacionais-abertos-rea-praticas-colaborativas-e-politicas-publicas>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANTOS NETO, J. T. Diversidade sexual e de gênero no currículo escolar e na formação docente: desafios e práticas de respeito. **Revista de ciências sociais**, v.52, n.3, p.111-132, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36517/rcs.52.3.d05>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12 ed. Campinas: Autores associados, 2021. 370p.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p.152-165, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em: 15 jul. 2024.

URBANETZ, S. T.; CASSIANO, E. L.; BETTONI, V. O mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e o significado dessa oferta de formação em pós graduação no Brasil. **Movimento-Revista de educação**, v.7, n.14, p.135-156, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i14.43914>. Acesso em: 03 jun. 2025.

